

CENTRO UNIVERSITÁRIO ÁLVARES PENTEADO – UNIFECAP

MESTRADO EM CONTROLADORIA E CONTABILIDADE ESTRATÉGICA

Antonio Jorge Tavares da Silva

**A Contabilidade da Pequena e Micro Empresa Brasileira e as
Instituições de Crédito: Uma contribuição ao estudo das
informações contábeis e financeiras, aplicado a pequena e micro
empresa com objetivo à obtenção de recursos junto às Instituições
Financeiras.**

Dissertação apresentada ao Centro Universitário
Álvares Penteado – UNIFECAP, como requisito
parcial para a obtenção do título de Mestre em
Controladoria e Contabilidade Estratégica.

d 657.3
S586c
Ex. 2

Orientador: Prof. Dr. Francisco Carlos Fernandes

11/10/02

São Paulo

2003

**U
d
657.3
S586c
2003
Ex.2 BC**

N.Cham. d 657.3 S586c 2003
Autor: Silva, Antonio Jorge Tavares da
Título: A contabilidade da pequena e mic



44969 Ac. 38600

Ex.2 BC U

CENTRO UNIVERSITÁRIO ÁLVARES PENTEADO - UNIFECAP

Reitor: Prof. Manuel José Nunes Pinto

Vice-reitor: Prof. Luiz Fernando Mussolini Júnior

Pró-reitor de Extensão: Prof. Dr. Fábio Appolinário

Pró-reitor de Graduação: Prof. Jaime de Souza Oliveira

Pró-reitor de Pós-Graduação: Profª Drª Maria Sylvia Macchione Saes

Coordenador do Mestrado em Administração de Empresas: Profº Dirceu da Silva

Coordenador do Mestrado em Controladoria e Contabilidade Estratégica: Profº Dr. João B. Segreti

FICHA CATALOGRÁFICA

S586c	<p>Silva, Antonio Jorge Tavares da</p> <p>A contabilidade da pequena e micro empresa brasileira e as instituições de crédito: uma contribuição ao estudo das informações contábeis e financeiras aplicado a pequena e micro empresa com objetivo à obtenção de recursos junto às Instituições Financeiras / Antonio Jorge Tavares da Silva</p> <p>São Paulo : UniFecap, 2003</p> <p>203 p.</p> <p>Orientador: Prof. Dr. Francisco Carlos Fernandes</p> <p>Dissertação (mestrado) – Centro Universitário Álvares Penteado – UniFecap – Mestrado em Controladoria e Contabilidade Estratégica</p> <p>1. Contabilidade 2. Pequenas e micro empresas 3. Informação Financeira.</p> <p>CDD 657.3</p>
-------	---

FUNDAÇÃO ESCOLA DE COMÉRCIO ÁLVARES PENTEADO

CENTRO UNIVERSITÁRIO ÁLVARES PENTEADO

MESTRADO EM CONTROLADORIA E CONTABILIDADE ESTRATÉGICA

FOLHA DE APROVAÇÃO

Membros da Comissão Julgadora da Dissertação de Mestrado de **ANTONIO JORGE TAVARES DA SILVA**, apresentada ao Centro Universitário Álvares Penteado da Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado – UNIFECAP , em 15 /08 /2003.

Prof. Dr. Osmar Coronado

Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade FEA/USP

Prof. Dr. João Bosco Segreti
Centro Universitário Álvares Penteado - UNIFECAP

Prof. Dr. Francisco Carlos Fernandes
Centro Universitário Álvares Penteado – UNIFECAP
Professor Orientador – Presidente da Banca Examinadora

Agradecimentos

Durante o tempo em que busquei o título de mestre o esforço feito, certamente, não teria o êxito esperado se não fosse o apoio de todos os Professores no mesmo sentido, dando dicas, exigindo o conhecimento e incentivando a pesquisa. Por isso agradeço a todos.

Especialmente meu orientador, Prof. Dr. Francisco Carlos Fernandes, que se fez presente em 100% das vezes que o solicitei e aos professores que compuseram minha banca: Prof. Dr. João Bosco Segreti e Prof. Dr. Osmar Coronado, que deram importantes contribuições para a elaboração desta versão final.

Agradeço também, de forma muito especial, a minha esposa, Patrícia Maria Costa, a primeira incentivadora deste sonho que durante todo o tempo sempre me presenteava com um sorriso e uma palavra de incentivo para prosseguir.

Sou grato também pela sorte com minha turma de sala de aulas, cujas amizades vão ficar para o resto de minha vida.

RESUMO

Esta dissertação está centrada na questão da informação contábil e financeira das pequenas e micro empresas que, certamente, é a base do ferramental necessário para a avaliação da situação econômica e financeira dessas companhias por parte dos agentes fomentadores econômicos; instituições financeiras. Tem como objetivo abordar o problema da indisponibilidade e da credibilidade dessas informações nesse segmento, buscando mostrar qual esforço vem sendo realizado pelas instituições financeiras para buscar as informações que julgam necessárias, e o que pensam alguns gerentes e analistas de crédito. Baseada nesse enfoque, procura verificar se o que está sendo feito para a obtenção dessas informações está satisfatoriamente respaldado nas técnicas e modelos de análise e avaliação disponíveis. Especificamente, trata com detalhes a estrutura das Demonstrações Contábeis, de maneira a dar base à pesquisa, uma vez que a informação contábil e financeira em sua forma ideal seria a própria existência das Demonstrações e portanto, enfatiza a importância e a característica de cada tipo de informação. Posteriormente, este estudo aborda as técnicas e os modelos de Matarazzo e Olinquevitch & Santi Filho para análise e avaliação das Demonstrações Contábeis; visando verificar a disponibilidade de importantes ferramentas para avaliação dos números das empresas. Dessa maneira, faz inferências a respeito da adequação das informações coletadas pelas instituições financeiras junto às pequenas e micro empresas. Através de uma pesquisa exploratória, foram aplicados questionários para analistas de crédito e gerentes de dez bancos diferentes e coletados formulários de captação de informações contábeis e financeiras junto a cinco instituições de crédito instaladas no Brasil; os quais são preenchidos pelas empresas solicitadoras de crédito. Cada um dos formulários, com base em Estatística Descritiva, foi observado quanto à incidência de dados solicitados e comparados entre si. Fundamentado na Teoria da Estrutura das Demonstrações Contábeis e das Técnicas e Modelos de Avaliação da Situação Econômica e Financeira das Empresas, pôde-se inferir sobre a qualidade da informação solicitada nos formulários e sua adequação. Posteriormente, verificou-se que muito embora exista um mecanismo de coleta de informação, ele não está adequado à efetiva avaliação econômica e financeira da pequena e micro empresa brasileira. Essa situação talvez contribua para justificar a dificuldade de acesso ao mercado de crédito por parte desse segmento. No intuito de aliviar a carga das pesadas burocracias sociais, trabalhistas, fiscais e tributárias, as pequenas e micro empresas fazem opção por modelos simplificados de tributação, que permitem a inexistência de escrituração contábil e, conseqüentemente, de Demonstrações Contábeis gerando sua própria exclusão de alguns benefícios; como o crédito, por exemplo.

ABSTRACT

This dissertation is centered in the issue of accounting and financial information of small businesses which is certainly the necessary tool for the economic fomenter agents, the financial institutions, to evaluate the economic and financial situation of these companies. The aim is to approach the unavailability and credibility of such information in this field, and to demonstrate the effort made by financial institutions in order to pursue the essential data and the managers and credit analysts thought. Based on it, this work intends to verify if what is done to obtain the information is adequately backed by the available analysis and evaluation techniques and models. Specifically, deals in details with the structure of the Financial Statements in order to provide the basic underlying element to research, once the accounting and financial data, in its ideal form, would be the Financial Statements themselves, hence emphasizes the importance and features of each kind of fact. Subsequently, this study deals with the techniques and models proposed by Matarazzo and also Olinquevitch and Santi Filho for analysis and appraisal of the Financial Statements seeking to check the availability of relevant tools to assess the companies figures. Therefore, making inferences about the adequacy of the collected data from small businesses done by the financial institutions. The research consisted in addressing questionnaires to managers and credit analysts of ten different banks, and gathering the forms with financial and accounting information from five credit institutions in Brazil. The forms were completed by the companies which had applied for credit. Each form, based on descriptive statistics, was studied according to incidence of the inquired data which were compared and cross-referenced. Substantiated in the theory of structure of Financial Statements and the techniques and models of economic and financial assessment of the companies, it was possible to infer about the quality of the information asked in the forms as well as its adequacy. Thus, it was possible to verify that, even though there is an implement of information gathering, it is not suitable for an effective financial and economic estimation of Brazilian small businesses, and, perhaps, this would justify how difficult it is for these small businesses to have access to credit lines. In order to relieve the arduous social, working, fiscal and taxation bureaucracies the small businesses opt for simplified forms of tax avoidance, which exempt bookkepping and, consequently, Financial Statements. As a result they are excluded to some benefits as the one to obtain access to a credit line.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	A Informação Contábil e Financeira da Pequena e Micro Empresa e as Instituições Financeiras	17
Figura 2	Sistemas de Informação	45
Figura 3	Demonstração de Resultados	67
Figura 4	Demonstração Gráfica do Capital Circulante Próprio – CCP	98
Figura 5	Representação Gráfica dos Ciclos Operacionais e de Caixa	115
Figura 6	Demonstração de Fluxo de Caixa Construído	133

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Alavancagem de Crédito	23
Tabela 2	Desembolsos do BNDES por Porte de Empresas	28
Tabela 3	Tabela de Recolhimento Percentual de Pis e Cofins	79
Tabela 4	Índices Padrão de 339 Empresas de Eletroeletrônicos	137
Tabela 5	Incidência de Dados Contábeis nos Formulários	155

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Participação dos Bancos sobre o Crédito Bancário Total por Origem de Capital (%)	23
Gráfico 2	Curva de Eficiência de Índices	94
Gráfico 3	Classificação da Importância dos Itens de Crédito	149

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Balanço Patrimonial	50
Quadro 2	Apuração da NCG e sua Variação	130
Quadro 3	Conceito Atribuído aos Índices Segundo sua Posição Relativa.	140

SUMARIO

I	INTRODUÇÃO	14
I.1	Tema	16
I.2	Ambiente	17
I.3	Situação Problema	19
I.4	Hipóteses	20
I.5	Objetivo da Pesquisa	21
I.6	Justificativa do Tema	25
I.7	Delimitação do Tema	29
I.8	Metodologia Utilizada	31
I.8.1	Tipo de Pesquisa	31
I.8.2	Método de Abordagem	31
I.8.3	Método de Procedimento	33
I.9	Estrutura do Trabalho	34
II	CARACTERIZAÇÃO DA MICRO E PEQUENA EMPRESA	
	OBJETOS DE CRÉDITO	38
II.1	Caracterização	39
II.2	A Micro e Pequena Empresa Vistas como um Sistema.....	43
III	A ESTRUTURA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	46
III.1	O Balanço Patrimonial	48
III.1.1	Ativo Circulante	51
III.1.1.1	Disponível	52
III.1.1.2	Aplicações Financeiras	52
III.1.1.3	Direitos realizáveis no curso do exercício seguinte	53
III.1.1.4	Estoques	54
III.1.1.5	Aplicação de Recursos em Despesas do Exercício Seguinte	55
III.1.2	Ativo Realizável a Longo Prazo	55
III.1.3	Ativo Permanente	55
III.1.3.1	Investimentos	56
III.1.3.2	Imobilizado	56
III.1.3.3	Diferido	58
III.1.4	Passivo Circulante	59
III.1.5	Passivo Exigível a Longo Prazo	60
III.1.6	Resultado de Exercícios Futuros	61
III.1.7	Patrimônio Líquido	61
III.1.7.1	Capital Social	63
III.1.7.2	Reserva de Capital	64
III.1.7.3	Reserva de Reavaliação	64
III.1.7.4	Reserva de Lucro	64
III.1.7.5	Lucros ou Prejuízos Acumulados	65
III.2	O Demonstrativo de Resultado do Exercício (DRE)	65
III.2.1	Receita Operacional Bruta	67
III.2.2	Deduções da Receita Bruta	68
III.2.3	Receita Líquida	68

III.2.4	Custo das Vendas	69
III.2.4.1	Custo dos Produtos Vendidos (CPV)	70
III.2.4.2	Custo das Mercadorias Vendidas (VMV)	71
III.2.4.3	Custo dos Serviços Prestados	72
III.2.5	Lucro Bruto	72
III.2.6	Despesas Operacionais	73
III.2.6.1	Despesas de Vendas	73
III.2.6.2	Despesas Administrativas	73
III.2.6.3	Despesas Financeiras	74
III.2.6.4	Outras Receitas / Despesas Operacionais	75
III.2.7	Lucro/Prejuízo Operacional.....	76
III.2.8	Receitas e Despesas Não Operacionais	76
III.2.9	Lucro do Exercício Antes do Imposto de Renda	77
III.3	A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	80
III.4	Demonstração da Origem e Aplicação dos Recursos	80
IV	TECNICAS DE ANÁLISE E AVALIAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	83
IV.1	Um Breve Histórico da Análise de Balanço	86
IV.2	A Padronização da Informação Contábil	88
IV.3	Determinando Relevância Percentual	91
IV.4	92
IV.4.1	Índices de Liquidez	95
IV.4.1.1	Liquidez Geral	96
IV.4.1.2	Liquidez Corrente	98
IV.4.1.3	Liquidez Seca	99
IV.4.2	Índices de Estrutura de Capitais	100
IV.4.2.1	Participação de Capitais de Terceiros	101
IV.4.2.2	Composição do Endividamento	102
IV.4.2.3	Imobilização do Patrimônio Líquido	103
IV.4.2.4	Imobilização dos Recursos Não Correntes	104
IV.4.3	Índices de Endividamento Bancário	105
IV.4.3.1	Participação do Endividamento Bancário sobre Capital de Terceiros	106
IV.4.3.2	Participação de Bancos no Curto Prazo	107
IV.4.4	Índices de Rentabilidade	107
IV.4.4.1	Giro do Ativo	108
IV.4.4.2	Margem Líquida	109
IV.4.4.3	Rentabilidade do Ativo	110
IV.4.4.4	Rentabilidade do Patrimônio Líquido	111
IV.4.5	Índices de Prazos Operacionais	112
IV.4.5.1	Prazo Médio de Renovação dos Estoques	113
IV.4.5.2	Prazo Médio de Recebimento das Vendas	113
IV.4.5.3	Prazo Médio de Pagamento das Compras	114
IV.5	Índices Padrão	116
IV.6	Análise Vertical e Horizontal	119
IV.7	Análise das Necessidades de Capital de Giro	122
IV.7.1	Definições	122

IV.7.1.1	Ativo Circulante Operacional	123
IV.7.1.2	Ativo Circulante Financeiro	124
IV.7.1.3	Passivo Circulante Operacional	124
IV.7.1.4	Passivo Circulante Financeiro	125
IV.7.1.5	Necessidade de Capital de Giro	126
IV.7.2	Avaliação da Necessidade de Capital de Giro	126
IV.7.3	Variação das Necessidades de Capital de Giro	128
IV.8	Análise do Fluxo de Caixa e Geração de Recursos	132
IV.9	Modelos de Análise e Avaliação de Empresas	135
IV.9.1	Modelo de Matarazzo	135
IV.9.2	Modelo de Olinquevitch & Santi Filho	140
IV.9.2.1	As Variáveis do Modelo	141
IV.9.2.1.1	Necessidade Líquida de Capital de Giro	141
IV.9.2.1.2	Tesouraria	142
IV.9.2.1.3	Capital de Giro	143
IV.9.2.1.4	Longo Prazo	143
IV.9.2.2	Os Passos para Aplicação do Modelo	143
V	UMA PESQUISA EXPLORATÓRIA SOBRE A INFORMAÇÃO FINANCEIRA DA PEQUENA E MICRO EMPRESA	146
V.1	A Aplicação do Questionário	147
V.2	Os Modelos de Formulários Selecionados	151
V.2.1	A Incidência de Dados	154
V.2.2	A Relação dos Formulários com as Técnicas de Análise	157
V.3	A Análise das Hipóteses Formuladas	159
VI	CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS	164
BIBLIOGRAFIA.....	168	
GLOSSÁRIO	171	
ANEXOS	174	

I INTRODUÇÃO

Vários estudos já foram realizados com referência ao segmento de micro e pequenas empresas no Brasil na última década. Também têm sido instituídos vários programas de apoio a esse mercado, principalmente por parte dos organismos de Governo e através de iniciativas do chamado terceiro setor: Organizações Não Governamentais sem fins lucrativos (apoiadas por recursos de Fundações, Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento etc., dentre outros).

Isso se justifica pela representatividade do setor na questão sócio-econômica, não só no Brasil, como também no Mundo; cuja importância, fundamentalmente no oferecimento de postos de trabalho, é bastante expressiva.

Todos destacam a importância das pequenas e micro empresas em vários mercados, tanto no Brasil como no exterior, inclusive com a Organização das Nações Unidas, em sua conferência sobre Comércio e Desenvolvimento, enfatizando essa importância e dispondo sessões para discussão dos problemas e alternativas para melhorias no segmento.

Em muitas discussões, são notórias as preocupações e a relevância dada à questão da contabilidade para as pequenas e micro empresas, à apresentação de dados financeiros e à uma melhor visualização para que elas possam competir, se desenvolver, acessar o mercado de crédito, e até associarem-se.

Dentre os diversos estudos destaca-se a Dissertação de Mestrado do Prof. Dr. Anísio Cândido Pereira, apresentada à Faculdade de Economia Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo – FEA/USP (1986), intitulada: *Análise Contábil-Financeira e Avaliação de Projetos na Pequena e Média Empresa: Experiência e Sugestões*. Nesse trabalho, o autor, através da observação de dados essenciais para composição de uma solicitação de financiamento para reforço de Capital de Giro junto ao Programa de Operações Conjuntas (POC-FINAC) do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, faz a análise do projeto mostrando sua viabilidade e demonstrando depois, os efeitos causados pela injeção de recursos, analisando os três exercícios subseqüentes.

Posteriormente, através de casos, mostra as distorções encontradas, especialmente na pequena e média empresa onde, às vezes, técnicas e princípios contábeis são desprezados com o intuito de reduzir impostos ao invés de servirem como instrumento gerencial. Finalmente conclui sobre a importância da análise financeira retrospectiva e o desinteresse do empresariado brasileiro, principalmente da pequena e média empresa, pela contabilidade; provavelmente por desconhecê-la.

Seguindo essa mesma linha de pesquisa, que trata da questão da informação contábil e financeira da pequena e micro empresa, este trabalho, através de estudo exploratório, objetiva contribuir neste sentido, abordando a relação entre a forma como a informação contábil e financeira da pequena e micro empresa é disponibilizada ao setor bancário e o tratamento dado pelas Instituições Financeiras à essas informações no momento da solicitação de crédito.

I.1 Tema

O tema deste trabalho é a relação existente entre as técnicas disponíveis para a avaliação econômica e financeira das empresas a partir de suas Demonstrações Contábeis e as adaptações efetuadas na prática pelas Instituições Financeiras brasileiras para análise, avaliação e concessão de crédito no segmento de mercado das pequenas e micro empresas.

A realidade é que as Demonstrações Contábeis neste nicho de pequena e micro empresa padecem de confiabilidade, já que não são auditadas independentemente, ou sequer apresentadas ou disponibilizadas.

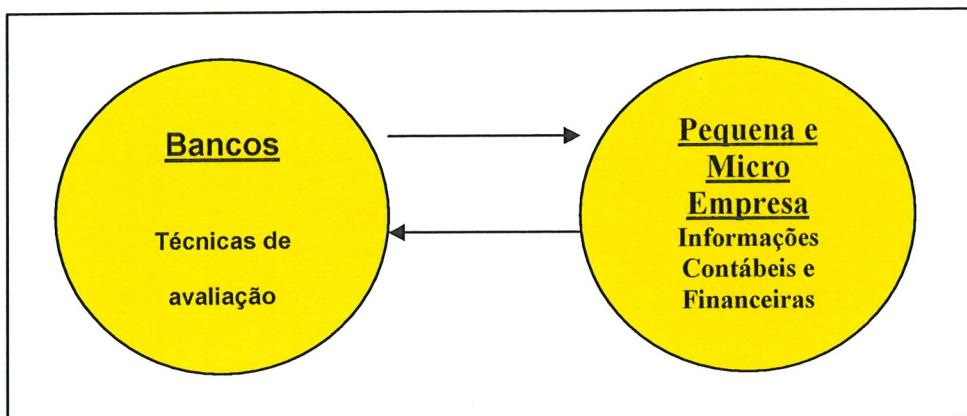
O caso da não apresentação, isso ocorre por opção dos próprios empresários com base na força da legislação brasileira (lucro presumido, simples, microempresa etc.).

As Instituições Financeiras, por sua vez, necessitam da informação para tomada de decisão e, dessa forma, recorrem à criação de mecanismos para obtê-la.

A avaliação do risco de crédito pelos Bancos através da análise e avaliação das informações coletadas junto às pequenas e micro empresas brasileiras é o “pano de fundo” desse trabalho. A forma com que essas Instituições se adaptaram frente às teorias, modelos e técnicas básicas para análise e avaliação da situação econômica e financeira através das Demonstrações Contábeis, em contrapartida à disponibilidade de informações existente no universo das pequenas e micro empresas, é o tema central desta dissertação.

A figura abaixo ilustra de forma gráfica este tema.

Figura 1: A Informação Contábil e Financeira da Pequena e Micro Empresa e as Instituições Financeiras



Elaboração do autor

I.2 Ambiente

O Mercado Financeiro Brasileiro é um típico mercado de país em desenvolvimento. Ainda que pese ser o Brasil a nona maior economia mundial¹, encontra-se fora do bloco econômico denominado "primeiro mundo", e é considerado pelos investidores como um país de risco elevado. Oferece no entanto, retornos mais atraentes aos fomentadores econômicos, cuja intermediação da captação e empréstimos se dá, em boa parte das vezes, através dos Bancos.

É também um mercado onde há uma quantidade predominante de pequenas e micro empresas, as quais encontram como um dos principais obstáculos para o desenvolvimento, justamente a falta de crédito.

Por questões várias, que não serão aprofundadas nesta dissertação, mas que vão desde a estrutura do modelo fiscal brasileiro, passando pela

¹ Jornal *O Estado de S.Paulo*, 13/08/2002, Fonte: UNCTAD – Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento

cultura do povo e pelo próprio Estatuto da Pequena e Microempresa, essas empresas acabam por manter controles muitas vezes simplórios ou realizados por mão-de-obra não especializada que, em sentido inverso, vão contra os agentes financiadores de negócios, as Instituições Financeiras, inseridas num mercado sofisticado com evoluída tecnologia de análise e avaliação que precisam de informações sustentadas para sua aplicação.

Durante a experiência desse pesquisador, em cerca de 10 anos de trabalho nas áreas de crédito de Bancos, não existe nenhuma lembrança com relação à apresentação por parte de uma pequena ou micro empresa que necessite buscar linhas de financiamento de um projeto de investimento elaborado dentro de uma técnica apurada, envolvendo um estudo mercadológico e cercado de uma boa técnica disponível de avaliação.

No entanto, verificou-se por parte das Instituições Financeiras, a existência da tentativa de melhorar a captação da informação para tentar inseri-la nas técnicas de análise disponíveis, com cada uma criando um modelo próprio.

Pode-se afirmar que, quanto melhor a informação disponibilizada, os riscos serão mais precisamente calculados e, consequentemente, bons projetos não padecerão por falta de apoio ou por custos dos financiamentos, inchados na inadequada avaliação, na burocracia da formalização da operação e das garantias e nas reciprocidades exigidas.

I.3 Situação Problema

A necessidade de linhas de crédito mais adequadas para as micro e pequenas empresas brasileiras, tanto para o financiamento de giro como para investimentos (com melhores custos, prazos e simplicidade de formalização, haja vista a importância dessas empresas para a economia de um país como o Brasil) passa pelos agentes de execução, isto é, fundamentalmente, os Bancos.

Esses agentes intermediam a alocação de recursos, captando de um lado e emprestando do outro. Nesse sentido submetem os tomadores à avaliação de crédito, cujo processo contém um item de fundamental importância: a análise econômica e financeira.

A base dessa análise é a informação financeira e a demonstração contábil.

Tais Instituições, no entanto, encontram nesse cliente (a micro e pequena empresa) uma situação desfavorável ao desenvolvimento desse mercado de crédito; tendo em vista a precariedade da informação contábil, simplicidade de estruturas e controles e, em muitos casos, a indisponibilidade dessa informação.

Há um grande problema de visualização na pequena e micro empresa no que se refere a sua situação econômica e financeira para os agentes de crédito, com destaque para as instituições financeiras.

A questão fundamental que aborda a situação problema desta dissertação é: Quando se trata de avaliar o crédito de uma pequena ou micro empresa no Brasil, o processo é pesadamente prejudicado pela precariedade

da informação contábil e financeira, levando os Bancos a um esforço adicional para captar as informações necessárias que permitam a utilização satisfatória das técnicas e modelos de análise da situação econômica e financeira, através da avaliação das demonstrações contábeis.

I.4 Hipóteses

Hipótese básica:

A apresentação das demonstrações contábeis pela pequena e micro empresa com o objetivo de obtenção de crédito junto à instituições financeiras, proporciona a visualização das informações de forma suficientemente adequada e, consequentemente, maior eficácia quando da análise econômica e financeira no processo de avaliação de crédito.

Hipóteses adjacentes.

- 1 – Os gestores da micro e pequena empresa fornecem os dados às instituições financeiras através das demonstrações contábeis.

- 2 – As instituições financeiras criam mecanismos para buscar junto à micro e pequena empresa os dados contábeis e financeiros que julgam necessários para a avalia-las econômica e financeiramente no momento da solicitação de crédito.

3 – Os mecanismos de busca da informação contábil e financeira junto à pequena e micro empresa, feitos pelas Instituições Financeiras proporcionam dados suficientes à adequada condição para utilização das técnicas e aplicação dos modelos de análise e avaliação econômico-financeira através das demonstrações contábeis.

I.5 Objetivo da Pesquisa

O objetivo desta pesquisa é verificar a importância das informações contábeis e financeiras para a micro e pequena empresa brasileira. Fornecendo aos bancos, subsídio importante para mensurar o risco de crédito no momento de sua avaliação.

Esse objetivo é parte integrante de um processo de evolução do crédito no Brasil. Principalmente após o advento do Plano Real, quando o mercado, que anteriormente passava por um histórico de inflação significativamente acentuada, experimentava a estabilidade de preços.

Isso indicava uma expressiva mudança estratégica para as Instituições Financeiras. Esperava-se uma forte elevação dos empréstimos, inclusive havendo vários estudos que apontavam nesse sentido, já que não eram mais beneficiadas pelo mecanismo de transferência de riquezas do setor produtivo através da inflação.

Pereira (2001, p.6) justifica em seu trabalho essa tendência.

Essa expectativa de expressivo aumento do crédito era reforçada pelo fato de que o estoque de crédito bancário brasileiro equivalia a apenas 29% do PIB. Essa relação atinge 160% nos

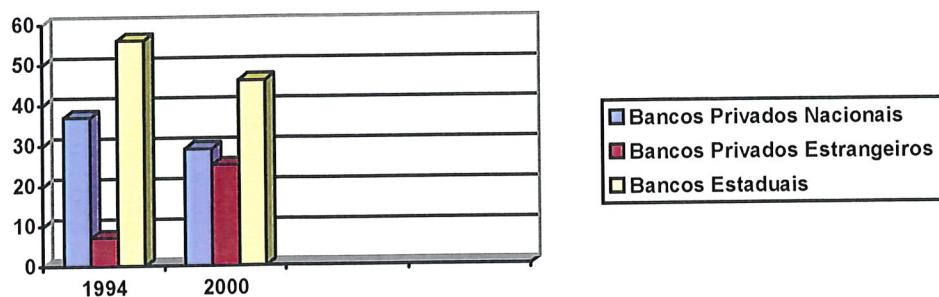
Estados Unidos, 143% no Japão, 130% na Eurolândia², 73% nos países asiáticos emergentes, 51% na Europa emergente e 39% na América Latina, com destaque para os 60% observados no Chile [Cintra, 2000].

Desde 1994 (no período pós Plano Real), verifica-se no Sistema Financeiro quatro pontos importantes:

- O volume total dos empréstimos no sistema financeiro nacional cresceu nominalmente (conforme demonstra a tabela 6 anexa), entretanto houve diminuição da relação desses empréstimos com o PIB, bem como também da alavancagem de crédito. Na verdade, houve crescimento do crédito no setor privado contra um decréscimo no setor público. O gráfico I.1 e a tabela I.1, a seguir, permitem uma melhor visualização desses dados.
- Surgiu uma significativa elevação dos níveis de inadimplência, pois o impacto da estabilidade de preços frente a um mercado habituado ao reajuste também fez aflorar problemas nas empresas e nas pessoas físicas.
- Ocorreu a “quebra” de três dos dez maiores bancos do país, dando indícios da possibilidade de uma crise sistêmica no mercado financeiro.
- Iniciou-se o socorro aos bancos através do Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional – PROER - e um conjunto de medidas que vão desde a criação de um seguro-depósito, até novas normas de supervisão bancária e criação de um sistema de informação de risco de crédito.

² O autor refere-se à Comunidade Econômica Européia.

Gráfico 1 - Participação dos Bancos sobre o Crédito Bancário Total por Origem de Capital (%)



Fonte: Ipea: Texto para discussão nº 882, Carvalho, Carlos Eduardo; Studart, Rogério; Alves Jr, Antonio J. Ano 2002.

Tabela 1 - Alavancagem de Crédito

Em %	Oper. De Crédito + Arrendam. Mercantil						
	Patrimônio Líquido						
	dez/94	dez/95	dez/96	dez/97	dez/98	dez/99	dez/00
Oficiais	10,32	10,45	9,95	7,08	7,53	6,65	8,68
Priv. Nacionais	8,98	9,16	8,68	5,97	6,40	5,45	6,24
Estrangeiros	2,33	2,51	2,82	3,30	3,11	2,25	2,47

Fonte: Ipea: Texto para discussão nº 882, Carvalho, Carlos Eduardo; Studart, Rogério; Alves Jr., Antonio José. Ano 2002

As Instituições Financeiras tiveram que rever custos e estruturas, investindo elevados recursos nas suas áreas de tecnologia. Desmontou-se a antiga estrutura captadora de depósitos, passou-se a olhar de maneira mais acentuada para os serviços e o crédito.

O crédito é uma parte da transformação ocorrida com as Instituições Financeiras nesse período denominado Real. Não que ele já não fosse importante e não estivesse sendo tratado, pelo contrário. Porém, as

perspectivas apontadas para a necessidade de expansão das carteiras de empréstimos, juntamente com a concorrência verificada com a chegada de vários Bancos estrangeiros, possibilitaram uma maior disposição para aplicação de recursos que também tinham sua parcela destinada às pequenas e micro empresas. No entanto, essas medidas acabaram por não se efetivar da maneira que se previa.

Certamente as dificuldades de avaliação do risco por parte das Instituições Financeiras (alimentadas, dentre outros, pelos problemas de informações) que, no caso desta pesquisa são abordadas junto às pequenas e micro empresas, também tiveram sua quota de contribuição para o não crescimento do mercado de crédito nestes últimos 10 anos.

Poder-se-ia afirmar que o processo de empréstimo ou crédito das Instituições Financeiras, notadamente para o segmento de pequenas e micro empresas, vem sofrendo transformações e possui peculiaridades específicas; já que este tipo de cliente não dispõe da informação na forma que seria adequada.

Esse trabalho não trata de elaborar um modelo para medir risco de crédito, mas sim verificar se o esforço feito para se obter as informações necessárias para avaliar a situação econômica e financeira de uma pequena ou micro empresa por parte dos bancos, está satisfatoriamente respaldado nas técnicas e modelos de análise econômica e financeira disponíveis.

I.6 Justificativa do Tema

O tema dessa dissertação justifica-se por duas grandes questões atuais no contexto mercadológico. A primeira questão é a que trata da informação contábil e financeira. A segunda é a importância da pequena e micro empresa na economia brasileira.

Dados estatísticos demonstrados nesta pesquisa comprovam a relevância e, certamente, levam a admitir que o incentivo a esse segmento é um excelente caminho para proporcionar o crescimento e desenvolvimento econômico em contrapartida à crise mundial que se vislumbra em vários mercados.

A informação tornou-se, a partir do final do século XX, a grande variável na tomada de decisões. Possibilitou análises de todos os tipos, sendo melhor sedimentadas, haja vista a elevada quantidade de dados com que se pode lidar ao mesmo tempo.

O advento do computador trouxe não só grandes possibilidades de armazenagem da informação de forma econômica e veloz, como também as transferências e trocas de dados através de sistemas integrados e a rede mundial Internet.

No entanto, um dos principais problemas abordados na questão da informação é que raramente ela é homogênea entre as partes.

Braga (1998, p. 1-5), em sua tese de doutorado, trata de forma analítica algumas implicações da existência de assimetria da informação no processo de intermediação financeira.

A Economia da Informação baseia-se na hipótese em que, o conjunto de informações necessárias a optimalidade de determinadas transações não são disponíveis de forma homogênea entre os agentes, a não ser mediante algum custo. Essa hipótese, conhecida como assimetria da informação, tem como implicação a existência de problemas que não necessariamente irão resultar na optimalidade característica dos modelos neoclássicos.

Uma das principais questões tratadas pela Economia da Informação diz respeito à possibilidade de ocorrência de comportamentos oportunistas decorrentes da existência de assimetria de informação nas transações econômicas. (...) A partir do final dos anos 70, com a publicação dos trabalhos de Jaffe e Russel (1979) e Stiglitz e Weiss (1981) a assimetria da informação passou a ser considerada nos mercados de empréstimos. Esses mercados reúnem indivíduos superavitários e deficitários que buscam firmar contratos de dívida, esperando que, ao término do prazo estabelecido pelo contrato, ambos melhorem de situação em termos de bem estar. Entretanto conforme procuram demonstrar os autores acima citados, a possibilidade de ocorrência de comportamentos oportunistas antes ou após a formalização do contrato não necessariamente eleva o bem estar dos indivíduos no sentido ótimo. (...) A constatação de que os mercados de crédito podem ser caracterizados a partir de modelos com assimetria de informação tem estimulado uma série de estudos que, se não chegam a constituírem-se num corpo homogêneo de idéias, definem pelo menos uma linha de pesquisa cujos resultados têm sido extremamente importantes para o entendimento do processo de alocação de recursos ao longo da economia.

De acordo com as colocações de Braga, no caso das pequenas e micro empresas brasileiras, os agentes tomadores; e as Instituições Financeiras, os agentes investidores; se houvesse uma graduação para o nível de assimetria da informação, nessa relação específica, ela certamente seria elevada.

Admitindo-se então que a assimetria da informação é parte integrante da avaliação do crédito, e que logo, se ocorre em grau intolerante, ela obviamente passará a ser fator determinante na avaliação de qualquer análise.

Em segundo lugar, quanto a outra importante questão que justifica o tema deste trabalho, a importância da pequena e micro empresa brasileira, pode-se afirmar que existe atualmente um comprometimento do poder público em melhorar a questão econômica e financeira do país, procurando proporcionar principalmente emprego e alimentação.

Essa política certamente deverá passar pelo incentivo a pequena e micro empresa, dada a sua relevância na economia, conforme dados de sua caracterização apontados neste trabalho.

Alguns programas importantes já estão em andamento desde a administração passada, do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (1994-2002). Dentre esses pode-se citar o do BNDES, por exemplo. Esse programa, atualmente, divulga como uma de suas ações prioritárias, promover o crescimento no país das médias, pequenas e micro empresas dos setores industrial, de comércio e serviços, de infra-estrutura e agropecuário, tendo em vista seu papel na geração e manutenção de postos de trabalho.

Um dos programas mais importantes é o Programa Brasil Empreendedor. Consiste em estimular o desenvolvimento das pequenas, micro e médias empresas brasileiras e de empreendedores do setor formal e informal.

O incentivo efetiva-se por meio da capacitação gerencial e tecnológica, concessão de crédito e de assessoria técnica. Visa promover a manutenção e geração de postos de trabalho, elevar o nível de capacitação empresarial dos empreendedores e, por conseguinte, contribuir para a geração de renda.

Desde a sua criação, em outubro de 1999, até o último dado disponível relativo a novembro de 1991, foram realizadas 2,55 milhões de operações de crédito num valor total de R\$ 20,0 bilhões.

A tabela 2 abaixo, indica o volume de operação e valores investidos nos últimos três anos.

Tabela 2 - Desembolsos do BNDES por porte de Empresas

Classificação (Valores em Milhões R\$)	2000	2001	2002	Var.% em rela-
				ção ao mesmo
				período de 2001
Micro e Pequena Empresa e P.Física	3.031	4.223	5.970	41
Média Empresa	1.375	1.562	2.368	52
Total	4.406	5.785	8.338	44
% do Total BNDES	19	23	22	

Fonte: Boletim MPME - BNDES - Dezembro/2002

O Sebrae, desde a sua criação em 1990, pelas Leis 8.029 e 8.154, e regulamentado no mesmo ano pelo Decreto 99.570 por iniciativa do poder executivo, é uma instituição técnica de apoio ao desenvolvimento da atividade empresarial de pequeno porte. Contribui com vários programas e ações de forma importante para o desenvolvimento das pequenas e micro empresas.

Do exposto, acredita-se que esta pesquisa também contribuirá para a constatação de que há um esforço das Instituições Financeiras privadas em buscar a informação necessária para a melhor avaliação possível do risco de crédito, através da análise econômica e financeira no segmento de pequenas e micro empresas.

I.7 Delimitação do Tema

Em princípio o tema já possui uma delimitação específica: Abordar a questão da informação financeira contábil e gerencial exclusivamente nas pequenas e micro empresas brasileiras (nos setores industrial, comercial e serviços) e relacioná-la à teoria de análise e modelos de avaliação das demonstrações contábeis disponível na literatura.

Salienta-se que não se trata de abordar essa informação a partir das empresas. Mas sim abordar o problema a partir das Instituições Financeiras, onde o autor através de um estudo exploratório efetuou pesquisa junto a cinco instituições privadas (os nomes serão preservados), numa amostra intencional, portanto, de método não probabilístico, sobre formas de captação da informação nesse segmento.

Como Martins (1994) define, há dois métodos básicos para composição da amostra: O probabilístico e o não probabilístico. Sendo o segundo, aquele que se refere a uma amostragem onde há uma escolha deliberada dos elementos da amostra e não é possível generalizar os resultados da pesquisa para a população, pois não há garantias de que a pesquisa a represente.

A amostragem intencional é um tipo de coleta de amostra do método não probabilístico, definida por Martins (1994, p.40) como: "... *De acordo com determinado critério é escolhido intencionalmente um grupo de elementos que irão compor a amostra*".

O critério utilizado por este autor foi o seu conhecimento pessoal das instituições e o relacionamento com pessoas que irão fornecer as informações.

Esse tema não está avaliando risco de crédito, nem esgotando ou se aprofundando em toda a teoria que envolve a análise e avaliação de crédito, tampouco sugerindo a criação de algum modelo específico para melhorar a qualidade da informação entre as instituições financeiras e as pequenas e micro empresas brasileiras.

É uma contribuição ao questionamento a respeito da avaliação econômica e financeira das pequenas e micro empresas. Inicia-se a partir da questão da informação contábil desse segmento, respaldada na teoria da contabilidade, à qual o usuário Instituição Financeira se utiliza.

Desenvolve-se buscando determinar como essa informação vem sendo obtida e o que cada uma das cinco instituições julga importante. Isso para, posteriormente, concluir-se na relação que se pode traçar comparando essas informações: Primeiro entre as cinco instituições, e depois com a teoria de análise e modelos de avaliação dos demonstrativos contábeis.

Como o trabalho trata especificamente de avaliação dos números das empresas, ou seja, suas demonstrações financeiras, uma outra delimitação é a questão do ramo de atividade.

Em face das peculiaridades que caracterizam determinados ramos de atividade, como cooperativas, usinas de álcool e açúcar, unidades agrícolas, empresas financeiras, transportadoras etc., por exemplo, que produzem efeito nas suas contas de balanço e resultado; essa pesquisa restringiu-se a aspectos da indústria, comércio e serviços, onde a formatação da estrutura das demonstrações contábeis é similar.

I.8 Metodologia utilizada

I.8.1 Tipo de pesquisa

Trata-se de uma pesquisa fenomenológica-hermenêutica, pois baseia-se em estudo teórico e análise de documentos, utilizando-se de técnica não quantitativa.

Conforme Martins (1994, p.26),

[...] são abordagens que utilizam técnicas não quantitativas. Privilegiam estudos teóricos e análise de documentos e textos. Suas propostas são críticas e geralmente têm marcado interesse de "conscientização" dos indivíduos envolvidos na pesquisa e manifestam interesse por práticas alternativas. Buscam relação entre o fenômeno e a essência, o todo e as partes, o objeto e o contexto. A validação da prova científica é buscada no processo lógico da interpretação e na capacidade de reflexão do pesquisador sobre o fenômeno objeto do seu estudo.

É justamente esta a proposta. Com base em estudo da teoria e análise de documentos, buscar sua relação com a prática. A reflexão se dá sobre as possibilidades de melhorias num processo de análise e avaliação, quando as informações encontram-se adequadamente disponíveis.

I.8.2 Método de abordagem

O método de abordagem é o não probabilístico, cuja amostragem é intencional. Este trabalho procura traçar comparativos entre modelos de formulários de coleta de informações de cinco Instituições Financeiras, as quais

foram escolhidas a critério do autor por conhecê-las e também as pessoas que fornecerão as informações necessárias. Busca relacioná-los entre si e, principalmente, aos conceitos contidos na teoria contábil acerca da análise e avaliação econômico-financeira das demonstrações contábeis.

Abordam-se questões como: A viabilidade de avaliação dos demonstrativos das pequenas e micro empresas, e a adaptabilidade dos modelos de coletas de informações das Instituições Financeiras às principais técnicas de análise de balanço disponíveis.

Também será desenvolvida uma pesquisa de campo através de um questionário junto a analistas de crédito e gerentes comerciais de 10 Instituições Financeiras. Dentre as quais, incluem-se as cinco Instituições cujos formulários foram selecionados.

Portanto essa pesquisa utiliza-se do método indutivo, já que leva à conclusões prováveis do todo.

Conforme Lakatos, (1995, p.47): "*Indução é um processo mental por intermédio do qual, partindo de dados particulares, suficientemente constatados, infere-se uma verdade geral ou universal ... porém conduzem apenas a conclusões prováveis.*"

O exame dos documentos e a entrevista através do questionário aplicado, comparativamente à teoria da contabilidade pesquisada; implicam em observações que provavelmente refletem a situação, de uma maneira geral, na pequena e micro empresa brasileira frente à questão da obtenção de crédito.

I.8.3 Métodos de procedimento

Inicialmente foi efetuada uma pesquisa bibliográfica a respeito da estruturação das demonstrações contábeis e, posteriormente, sobre as técnicas disponíveis de avaliação e análise dos Demonstrativos Contábeis de dois modelos específicos.

Em seguida realizou-se um estudo exploratório, levantando junto a cinco Instituições Financeiras seus modelos específicos de formulários de coleta de informações junto a pequenas e micro empresas.

Aplicou-se também um questionário para dez analistas de crédito e gerentes operacionais de dez Instituições diferentes, incluindo as Instituições cujos modelos de formulários foram coletados. Os nomes das instituições serão preservados.

Por fim, a análise de documentos. Realizada mediante a comparação do material levantado, questionários e formulários de modelos de captação da informação financeira, frente à pesquisa bibliográfica da estrutura das Demonstrações Contábeis e das técnicas e modelos de avaliação e análise de demonstrativos contábeis.

I.9 Estrutura do Trabalho

Esse trabalho será estruturado da seguinte forma:

Capítulo I:

No primeiro capítulo, faz-se a introdução referenciando o tema, determinando o ambiente e expondo a situação problema.

Ainda no primeiro capítulo, é formulada a hipótese básica e determinadas três hipóteses adjacentes que contribuem para a análise da hipótese fundamental.

Explana-se também sobre os objetivos da pesquisa, sua pretensão de contribuir de forma singela com o esforço de mostrar a importância da informação contábil no desenvolvimento das pequenas e micro empresas.

Discorre-se sobre as justificativas do tema, que se baseiam na questão da informação contábil e financeira e na importância da pequena e micro empresa no Brasil. Explica-se também das delimitações do tema, tais como: Fixar-se no segmento de pequena e micro empresa, abordando exclusivamente os setores da indústria, comércio e serviços, e não enveredar pela teoria geral de análise de crédito, fixando-se na questão objetiva da avaliação econômica e financeira mediante os números apresentados.

Esse capítulo aborda também a metodologia utilizada na pesquisa: Tipo, método de abordagem e de procedimento. Por fim, discorre sobre a estrutura do trabalho.

Capítulo II:

Nesse capítulo caracteriza-se a micro e a pequena empresa definindo-a mostrando sua importância no cenário sócio-econômico brasileiro.

Essa caracterização é feita com base em dados de pesquisas feitas por fontes governamentais e não governamentais de acesso ao público, através de sites na internet e das próprias sedes das entidades pesquisadas.

Como forma de enfatizar a questão da informação contábil e financeira é também demonstrado o conceito de sistema empresa do GECON, contribuindo para amparar a importância de um sistema de informações numa entidade qualquer que pretenda se desenvolver e continuar existindo.

Capítulo III

No capítulo III, a pesquisa é totalmente bibliográfica. Aborda os conceitos e teorias a respeito da estruturação dos Demonstrativos Contábeis, o Balanço Patrimonial, Demonstrativo de Resultados, Demonstrativo das Origens e Aplicações de Recursos, Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstrativo de Fluxo de Caixa.

São considerados os aspectos de cada um dos demonstrativos e, em particular, do Grupo de Contas (e até de algumas importantes contas que os compõem), vislumbrando um sentido analítico, ou seja, não de dizer o que é efetivamente aquela conta ou grupo de contas, mas o que eles representam.

Capítulo IV:

No quarto capítulo deste trabalho, a pesquisa também se mostra basicamente bibliográfica, abordando agora os aspectos de análise dos demonstrativos contábeis.

Inicia-se com um breve histórico da análise de balanços, para posteriormente abordar a questão da padronização dos demonstrativos. Logo após, apresenta-se uma descrição detalhada dos índices: Sua representatividade, como atribuir pesos, análise horizontal e vertical. Enfatiza os principais, quais sejam: Estruturais, liquidez, rentabilidade, e de prazos médios.

Posteriormente, aborda-se a análise de gestão de caixa, análise de capital de giro, e análise de fluxo de caixa, para finalmente integrar essas técnicas através dos modelos de Matarazzo e Olinquevitch e Santi F°.

Capítulo V:

No capítulo em questão é apresentado o resultado do questionário aplicado para as 10 Instituições Financeiras diferentes através de analistas de crédito e gerentes operacionais. São descritos os cinco modelos de captação de informação financeira de pequenas e micro empresas, colhidos de cinco dentre as dez instituições financeiras selecionadas. Através de processo não probabilístico, os compara entre si e com as teorias, modelos e técnicas de avaliação expostas.

Serão feitas relações entre os dados que são solicitados, e aqueles necessários à montagem dos índices, às demais técnicas e aos modelos de

avaliação econômica e financeira, bem como a avaliação e interpretação dos questionários aplicados.

Em seguida, é efetuada a análise e comentários a respeito das hipóteses formuladas.

Capítulo VI:

Esse capítulo comenta sobre a conclusão da pesquisa, e nele são feitas as considerações finais. Aborda o alcance do objetivo principal proposto, qual seja: Explicitar a importância das informações contábeis e financeiras para a micro e pequena empresa brasileira com objetivo à obtenção de crédito, e os demais objetivos alcançados.

II – CARACTERIZAÇÃO DA PEQUENA E MICRO EMPRESA OBJETOS DE CRÉDITO

Para a obtenção de crédito é parte necessária e fundamental a existência de informações que possam ser avaliadas pelo agente financiador. Esse é o primeiro obstáculo da pequena e micro empresa brasileira para obter tal acesso, conforme já introduzido no item ambiente dessa pesquisa.

Em seu 16º período de sessões, o Grupo de Trabalho Intergovernamental de Especialistas em Normas Internacionais de Contabilidade e Apresentação de Informações (ISAR), vinculado à Comissão de Investimentos, Tecnologia e Questões Financeiras Relacionadas da Junta de Comércio e Desenvolvimento da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento – UNCTAD, ocorrida em Genebra, em julho de 2000; decidiu dedicar seu 17º período de sessões para examinar as necessidades das pequenas e medianas empresas em matéria de contabilidade.

O Documento³, denominado Contabilidade das Pequenas e Medianas Empresas, expedido pela Conferência, informa quanto à importância e as necessidades dessa categoria de empresas que quer competir, crescer, conseguir créditos e associar-se.

Aponta que, em todos os países a maioria das empresas enquadra-se nesse segmento. Como as normas de contabilização e apresentação de Demonstrações Contábeis possuem uma concepção voltada para as grandes

³ Texto emitido pela UNCTAD – Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, intitulado *Accounting by Small and Medium-Sized Enterprises*, nº TD/B/COM.2/ISAR/9 de 20/04/2000.

empresas, defende o ajuste destas normas adequando-as às pequenas companhias.

Não somente defende o ajuste como também propõe um critério para um sistema de contabilização das pequenas e micro empresas, o que demonstra os avanços do assunto no âmbito mundial.

Nesse contexto, pode-se concluir que a busca da informação tornou-se crucial, dentre vários fatores, tais como a própria gestão da empresa, para suprir as necessidades de financiamentos desse mercado mediante a visualização dessas empresas; de modo que as técnicas disponíveis de análise possam ser adequadamente utilizadas.

II.1 Caracterização

O Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - Sebrae⁴, em seu “site” na rede mundial Internet declara que, apesar de responderem por aproximadamente 30% do Produto Interno Bruto – PIB Brasileiro e por cerca de 60% dos empregos gerados no país, as microempresas e as empresas de pequeno porte recebem apenas 10% dos créditos concedidos pelos bancos oficiais e privados.

Conforme dados também obtidos no “site” do BNDES⁵, as micro, pequenas e médias empresas brasileiras representam cerca de 98% do total das empresas existentes no país. Respondem por cerca de 60% dos empregos

⁴ Consulta realizada no “site” www.sebrae.com.br

⁵ Consulta realizada no site www.bnDES.gov.br

gerados e participam com 43% da renda total dos setores industrial, comercial e de serviços.

Pode-se aceitar também que sua importância econômica é elevada quando considerada sua participação no mercado informal. Trata-se de um mercado significativo, de extrema importância para o país, pois cumpre um papel econômico e social importante na questão do emprego, necessita de financiamentos, oferece oportunidade de bons ganhos e, como qualquer outro nicho, também possui um determinado grau de risco.

De acordo com o Sebrae, no período de 1990 a 1999, foram constituídas no Brasil 4,9 milhões de empresas, dentre as quais 2,7 milhões são microempresas. Somente no ano de 1999 foram constituídas 475.005 empresas no país, com as microempresas totalizando 267.525, representando um percentual de 56,32% do total de empresas constituídas.

Nesse mesmo ano, foram extintas 69.246 pequenas e micro empresas, representando um total de 14,58% sobre o total de constituídas (ver tabelas 1, 2, 3, 4 e 5, anexos A,B,C,D e E).

A representatividade desse mercado de pequenas e micro empresas não é um privilégio do Brasil apenas. Nos EUA, por exemplo, as pequenas empresas ocupam uma posição destacada na economia, respondendo por 40% das riquezas geradas naquele país (o Produto Interno Bruto - PIB), e empregam 53% da força de trabalho do setor privado, conforme artigo do economista José Mauro de Moraes, publicado na Revista Sebrae nº 4 – 2002.

No artigo, afirma-se ainda que as pequenas empresas são responsáveis pela criação de aproximadamente 75% dos novos empregos e 67% da totalidade de primeiro emprego do jovem trabalhador.

Dada essa importância, existe reconhecimento da sociedade norte-americana e apoio aos pequenos negócios. Uma das ações mais efetivas é a que reserva aquisições dos órgãos e empresas públicas exclusivamente para esse segmento.

A medida tem fundamento no Small Business Act, lei de apoio aos pequenos negócios, aprovada pelo Congresso dos Estados Unidos em 1953. Atualmente, 21% de todas as aquisições governamentais são provenientes dessas empresas, sendo que a meta para os próximos três anos é elevar essa participação para 23%.

No Brasil, em outubro de 1999, a Presidência da República sancionou a Lei nº 9.841, instituindo o Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, dispondo sobre o tratamento jurídico diferenciado, simplificado e favorecido, previsto nos artigos 170 e 179 da Constituição Federal. Fez isso, com o intuito de facilitar a constituição e o funcionamento dessas empresas, buscando fortalecer sua participação no desenvolvimento econômico e social do país (ver anexo F - Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte).

Quanto à classificação do que seria uma pequena ou micro empresa brasileira, este trabalho obteve alguns critérios que variam de acordo com a fonte. No entanto, todas as fontes, no julgamento deste autor, buscam identificar o segmento de maneira apropriada.

Segundo o próprio Estatuto da Micro e Pequena Empresa, de acordo com o Capítulo II, artigo 2º, determina-se Microempresa como: Pessoa jurídica ou firma mercantil individual que tiver receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 244.000,00 (duzentos e quarenta e quatro mil reais).

Pelo mesmo estatuto, empresa de pequeno porte é: Pessoa jurídica ou firma mercantil individual que, não enquadrada como microempresa, tiver receita bruta anual superior a R\$ 244.000,00 (duzentos e quarenta e quatro mil reais) e igual ou inferior a R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais).

Para o Sebrae, a classificação é efetuada pelo número de empregados, sendo: ME (Microempresa) na indústria, aquela com até 19 empregados e, no comércio e serviços, com até 9 empregados; PE (Pequena Empresa) na indústria, aquela que possui de 20 a 99 empregados e, no comércio e serviços, de 10 a 49 empregados.

Para o BNDES, a classificação de porte de empresa aplicável à indústria, comércio e serviços é a seguinte: Microempresa é aquela cuja receita operacional bruta anual soma até R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais), enquanto que pequena empresa é aquela cuja receita operacional bruta anual é superior a R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais) e inferior ou igual a R\$ 10.500.000,00 (dez milhões e quinhentos mil reais).

Considera-se a receita operacional bruta anual como a receita auferida no ano-calendário com o produto da venda de bens e serviços nas operações de conta própria, o preço dos serviços prestados e o resultado em operações em conta alheia. Não incluem-se vendas canceladas e descontos incondicionais concedidos.

Para a Organização das Nações Unidas – ONU, em sua Junta para Conferência sobre Comércio e Desenvolvimento – UNCTAD, a conceituação de pequenas empresas é indicada pela quantidade de pessoas envolvidas diretamente no negócio (sócios e funcionários), ou seja, até 50 pessoas.

Embora demonstrem algumas diferenças, pode-se afirmar que entre todos os conceitos de classificação há uma aproximação bastante razoável de maneira que uma determinada empresa de micro ou pequeno porte tende a se enquadrar na maioria das situações.

II.2 A Micro e Pequena Empresa Vistas como um Sistema

Em qualquer situação onde se expusessem as diferenças entre a pequena e micro empresa, a média e grande empresa ou até corporações, certamente surgiria uma interminável lista de apontamentos.

 No entanto, uma empresa de porte quaisquer, mesmo sendo micro ou pequena, é em essência um organismo vivo, que possui objetivos, metas, estratégias e gestão, entre outros, e precisa avançar e progredir.

Seguindo a teoria de sistemas proposta por Von Bertalanffy, o modelo conceitual do sistema empresa do Sistema de Gestão Econômica - GECON⁶, por exemplo, aplica-se na empresa, indistintamente de seu porte.

Nesse sentido podemos afirmar que a micro e a pequena empresa também possui um ambiente interno onde estão sua missão, seus objetivos sociais e econômicos e os subsistemas que a compõem.

⁶ Modelo desenvolvido durante a década de 70 pelo Prof. Dr. Armando Catelli, no Departamento de Contabilidade e Atuaria da FEA/USP com o apoio da Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuarias e Financeiras – FIPECAFI, que incorpora um conjunto de conceitos integrados dentro de um enfoque holístico e sistêmico objetivando a eficácia empresarial, e compreende basicamente os seguintes elementos integrados: um modelo de gestão, um sistema de gestão, um modelo de decisão, um modelo de mensuração e um modelo de informação, apoiados por um sistema de informações para avaliação econômico-financeira.

Dentre eles o subsistema de informações, essencial para o processo de gestão. Conforme Catelli (1999, p.61): “*O processo de gestão constitui-se num processo decisório. Decisões requerem informações. Os sistemas de informações devem apoiar as decisões dos gestores em todas as fases do processo de gestão.*”,

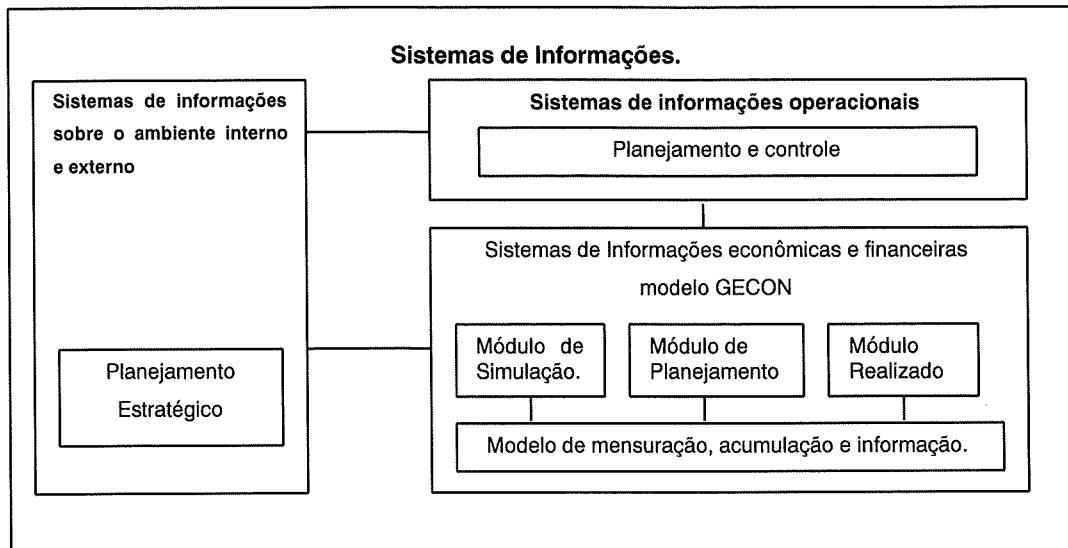
Catelli (1999, p.62) complementa ainda: “(...) é necessário o desenvolvimento de sistemas de informações gerenciais que garantam o suporte requerido à atuação gerencial preconizada.”

Cada fase do processo de gestão da empresa precisa de um subsistema de informação para atender as características que são específicas de uma determinada tomada de decisão.

Isso novamente ressalta a importância da informação. Não somente para os agentes externos, no caso desta pesquisa Instituições Financeiras, como também para a própria gestão da empresa.

A figura abaixo caracteriza o sistema de informações nos moldes do modelo GECON.

Figura 2 – Sistemas de Informações



Fonte: Catelli, Armando (1999 p.116).

III A Estrutura das Demonstrações Contábeis

Nesse capítulo será abordada a teoria a respeito da estrutura das Demonstrações Contábeis, sendo inclusive, destacados seus componentes detalhadamente, o que é julgado importante no contexto deste trabalho, em face dos três motivos expostos a seguir.

Primeiro porque as Demonstrações Contábeis são uma das bases desta pesquisa, uma vez que a questão da informação contábil e financeira na pequena e micro empresa, levantada na hipótese básica deste trabalho, em sua forma ideal, seriam as próprias Demonstrações. Portanto, julga-se necessário o conhecimento do seu conteúdo.

Em segundo lugar, porque também se quer enfatizar aspectos analíticos contidos em cada uma das contas ou grupos de contas, bem como a importância da característica de conjunto das informações disponibilizadas nas Demonstrações Contábeis. Ou seja, fixar a existência de uma expressiva relação entre as informações.

Por fim, o imprescindível conhecimento detalhado da estrutura da demonstração contábil é que vai possibilitar a base necessária para que se possa partir para o estudo das técnicas de avaliação econômica e financeira dessas demonstrações que, por sua vez, serão as ferramentas de teste das hipóteses adjacentes.

Pode-se afirmar que a finalidade da Contabilidade é controlar e estudar o patrimônio. Dessa forma, tem como campo de atuação o patrimônio das entidades econômico-administrativas com ou sem fins lucrativos.

Através da escrituração, a Contabilidade faz os registros das ocorrências patrimoniais por meio de técnica própria e os reúne em demonstrações para serem expostas, as quais se denominam Demonstrações Contábeis.

As demonstrações são compostas pelo Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultado do Exercício, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração das Origens e Aplicações dos Recursos, e por fim, de forma acessória, as Notas Explicativas, cuja obrigatoriedade de apresentação, bem como sua estrutura básica, é determinada pela Lei 6.404 – A Lei das Sociedades por Ações. Ressalta-se aqui que, conforme Assaf Neto (2001, p.58): *“O enunciado dessa lei, apesar de se restringir inicialmente às Sociedades por Ações, estendeu-se, por força do Decreto-Lei nº 1598/77, a diversos outros tipos de sociedades sujeitas à tributação do Imposto de Renda com base no Lucro Real”.*

Essas informações não somente são necessárias para a orientação administrativa, ou seja, de utilização própria da entidade, permitindo adequada eficiência na gestão econômica e no controle do patrimônio, como também são bastante importantes para terceiros, principalmente os chamados parceiros da entidade; fornecedores, instituições financeiras, clientes etc.

Como Franco (1992, p.20) comenta:

Não é somente à administração, entretanto, que interessa o controle do patrimônio e as informações sobre sua composição e variações mas também a terceiros que mantém interesse vinculado ao patrimônio, como investidores, fornecedores, financiadores, autoridades fiscais e demais pessoas ou entidades que mantém relações econômicas e financeiras com a entidade administrada.

A análise das demonstrações financeiras exige do analista um prévio conhecimento do que representam as contas ali evidenciadas, haja vista que é, a análise, parte integrante da contabilidade como uma de suas técnicas.

Pode-se relacionar as técnicas contábeis em:

- i) Registro dos fatos contábeis ou *escrituração*;
- ii) Demonstrações expositivas dos fatos, ou *Demonstrações Contábeis*;
- iii) A confirmação dos registros e respectivos demonstrativos, ou *auditoria*;
- iv) A análise e interpretação, ou *Análise de Balanço*.

A seguir será detalhada a composição das Demonstrações Contábeis.

III.1 O Balanço Patrimonial

Robert N. Anthony *apud* Matarazzo (1998, p.44) afirma que o balanço mostra as fontes de onde provém os recursos utilizados para a empresa operar, Passivo e Patrimônio Líquido, e os bens e direitos em que esses recursos se acham investidos.

Conforme Franco (1992, p.39): "*Balanço Patrimonial* é a representação sintética dos elementos que formam o patrimônio, evidenciando o diferencial que completa a equação entre seus valores positivos e negativos."

A própria palavra balanço já conduz à idéia de equilíbrio e, sendo assim, por força do princípio originário da contabilidade, qual seja o método das

partidas dobradas, ele reflete a igualdade entre os componentes do Patrimônio da entidade.

Uma característica fundamental do balanço é o fato desse poder se comparar a uma fotografia, pois reflete a situação patrimonial da entidade naquele dado momento em que foi elaborado.

Assaf Neto (2001, p.58) alerta que, apesar da condição estática, o balanço aponta tendências.

O Balanço apresenta a situação patrimonial e financeira de uma empresa em dado momento. A informação que esse demonstrativo fornece é totalmente estática e, muito provavelmente, sua estrutura se apresentará relativamente diferente algum tempo após seu encerramento. No entanto, pelas relevantes informações de tendências que podem ser extraídas de seus diversos grupos de contas, o balanço servirá como elemento de partida indispensável para o conhecimento da situação econômica e financeira de uma empresa.

O quadro abaixo demonstra um modelo sintético de balanço com os Grupos de Contas em conformidade com a Lei 6.404/76.

Quadro 1 Balanço Patrimonial

Ativo Circulante <ul style="list-style-type: none"> - Disponibilidades - Direitos Realizáveis no curso do Exercício Seguinte - Aplicações de Recursos em despesas do exercício seguinte 	Passivo Circulante <ul style="list-style-type: none"> - Obrigações da Companhia, inclusive financiamentos para aquisição de bens do ativo permanente quando vencerem no exercício seguinte.
Ativo Realizável a Longo Prazo <ul style="list-style-type: none"> - Direitos realizáveis após o término do Exercício seguinte. - Direitos derivados de adiantamentos ou empréstimos a sociedades controladas e coligadas, diretores, acionistas ou participantes no lucro da companhia, que não constituírem negócios usuais na exploração do objeto da companhia. 	Passivo Exigível a Longo Prazo <ul style="list-style-type: none"> - Obrigações vencíveis em prazo maior que o do exercício seguinte.
Ativo Permanente <ul style="list-style-type: none"> - Investimentos - Imobilizado - Diferido 	Resultado de Exercícios Futuros <ul style="list-style-type: none"> - Receitas de exercícios futuros diminuídas dos custos e despesas correspondentes.
	Patrimônio Líquido <ul style="list-style-type: none"> - Capital social. Montante subscrito e, por dedução, parcela não realizada. - Reservas de Capital - Reservas de reavaliações - Reservas de lucro - Lucros ou prejuízos acumulados

Fonte: Adaptado de Matarazzo, (1998: p. 46)

O Balanço possui três partes essenciais, quais sejam: o ativo, o passivo e o patrimônio líquido. Conforme o quadro acima, cada uma dessas partes apresenta um conjunto de contas classificadas em grupos que, por sua vez, são apresentados em ordem decrescente de liquidez.

No ativo relacionam-se todas as contas que representam as aplicações de recursos efetuadas pela empresa. Já no passivo, relacionam-se todas as contas que identificam as exigibilidades e obrigações dos valores investidos no ativo. No Patrimônio Líquido estão identificados os recursos próprios da empresa: O capital social, as reservas e os resultados acumulados.

A subtração do Ativo ao Passivo resulta no Patrimônio Líquido. Tem-se assim a equação fundamental da contabilidade.

Matarazzo (1998, p.44), aborda a questão do valor do ativo:

O ativo engloba basicamente dois tipos de itens: 1) aqueles cujo valor é absolutamente indiscutível porque se acham estampados, ou seja, possuem o chamado valor de face. Um título seja ele uma duplicata ou uma letra de câmbio, possui estampado o seu valor. 2) as mercadorias e os bens do ativo imobilizado cujo valor depende de avaliação.

As mercadorias são avaliadas segundo critérios conhecidos e permitidos pelos princípios contábeis e pela legislação tributária, como o PEPS (o primeiro que entra é o primeiro que sai) ou a média ponderada. Os produtos em elaboração e os produtos acabados de uma empresa industrial são avaliados segundo complexos sistemas de custo (para empresas que adotam o sistema de custos integrados a contabilidade) ou segundo arbitrárias e simplificadas fórmulas previstas pela legislação do imposto de renda. Os bens e direitos do ativo permanente são avaliados pelo custo de aquisição corrigido monetariamente. Nesse tipo de correção reside uma imensa margem de erro, pois se baseia em índices de correção monetária que não refletem a variação média dos preços de toda a economia nacional. Por isso a chance do ativo permanente refletir um valor adequado é remota.

III.1.1 Ativo Circulante

Aqui são consideradas todas as contas de grande rotação. Ou seja, todas aquelas contas de liquidez imediata ou aquelas que se convertem em dinheiro a curto prazo. Admite-se por curto prazo tudo que se realiza em até 365 dias, isto é, tudo aquilo que se realizar até o final do exercício seguinte ao respectivo balanço.

O Ativo circulante, por sua vez, divide-se em: Disponível, aplicações financeiras, valores a receber de curto prazo, estoques e despesas antecipadas.

III.1.1.1 Disponível

Essas são as contas com maior grau de liquidez do ativo. São as maiores disponibilidades da empresa: Dinheiro em caixa; cheques recebidos, porém não depositados; saldos bancários; e depósitos movimentáveis à vista. Fazem parte também deste grupo títulos e aplicações financeiras cuja liquidez é imediata.

III.1.1.2 Aplicações Financeiras

Nesse grupo constam as aplicações financeiras em títulos e valores mobiliários cujo resgate se dá a curto prazo. São aplicações geralmente realizadas em momentos específicos de sobras de caixa.

Destaca-se aqui que os valores dessas aplicações, quando da apuração do balanço, são mensurados pelo regime de competência, ou seja, incluídos todos os rendimentos, independentemente do resgate, calculados até a data de fechamento do balanço. Podem também ser classificadas nesse grupo aplicações em ações, obras de arte, ouro etc., desde que o seu caráter seja transitório; isto é, admitindo-se manter esse ativo até o final do exercício seguinte.

Analiticamente, essas contas à primeira vista, podem parecer quanto maiores melhor. No entanto, um excesso de disponibilidades pode também indicar problemas de ordem operacional, como falta de matérias-primas no mercado, por exemplo.

III.1.1.3 Direitos realizáveis no curso do exercício seguinte

Aqui relacionam-se todos os valores à receber de propriedade da entidade, que se realizaram até o final do exercício seguinte. Consideram-se as vendas a prazo para clientes (produtos mercadorias ou serviços) e demais valores à receber provenientes de outras transações.

Os valores à receber aqui indicados serão avaliados por seu valor de realização, podendo ser descontado um percentual representativo de possíveis perdas com o não recebimento desses títulos, definido como provisão para devedores duvidosos. Também é comum encontrar nos balanços, nesse item, o desconto de valores relativos a títulos negociados com terceiros, ou seja, aquele em que a empresa antecipa os recebimentos através de operações de desconto. Desse modo, o valor apontado neste grupo será o valor líquido de duplicatas a receber.

É bastante comum ser apropriada a este grupo a conta “outros créditos”. Assaf Neto (2001, p.63), comenta:

Muitas vezes valores a receber oriundos de outras transações, que não representam a atividade principal da empresa, são registrados com denominação diversa. Como outros créditos. Se forem recebíveis ao longo do exercício seguinte, são classificados no ativo circulante; se após, no realizável à longo prazo. Alguns exemplos de sub-contas de outros créditos: devedores diversos, impostos a recuperar, empréstimos a receber de terceiros, adiantamentos a funcionários, etc.

O volume de valores à receber deve ser compatível ao prazo praticado pela empresa, pois se houver uma inadimplência significativa, esses recebíveis

duvidosos estarão todos aqui reunidos, proporcionando uma informação equivocada.

III.1.1.4 Estoques

É representado pelo montante apurado nos inventários da empresa. O critério legal para avaliação dos estoques nas empresas é o preço de aquisição ou de produção, podendo também sofrer redução na forma de provisão para equiparação ao valor de mercado quando este for inferior. Denomina-se provisão para ajuste de estoques.

O elemento básico de avaliação do estoque é o custo, que pode ser calculado através do Custo Médio Ponderado, o PEPS – “Primeiro que entra é o primeiro que sai” - e o UEPS – “último que entra é o primeiro que sai”. Quanto a este último, não é permitida sua utilização pela legislação brasileira.

É correto também incluir na conta estoques, adiantamentos pagos aos fornecedores com o compromisso de entrega futura das mercadorias; compras em trânsito; bens enviados a terceiros por consignação; mercadorias armazenadas por terceiros porém de propriedade da empresa; etc.

Iudícibus (1998, p. 136), diz que:

Os estoques representam um dos ativos mais importantes do capital circulante e da posição financeira da maioria das companhias industriais e comerciais. A sua correta determinação no início e no fim do período contábil é essencial para uma apuração adequada do lucro líquido do exercício. Os estoques estão intimamente ligados às principais áreas de operação dessas companhias e envolvem problemas de administração, controle, contabilização e principalmente de avaliação.

III.1.1.5 Aplicação de recursos em despesas do exercício seguinte

Incluem-se aqui recursos aplicados em itens que proporcionarão benefícios durante o exercício social seguinte, ou seja, despesas pagas antecipadamente mas ainda não incorridas. São os exemplos mais presentes: Prêmios de seguros; passagens pagas, mas não utilizadas; assinaturas de jornais e revistas; etc.

III.1.2 Ativo Realizável a Longo Prazo

Nesse grupo relacionam-se as contas que representam também direitos da entidade com natureza idêntica a do Ativo Circulante, porém realizáveis após o término do exercício seguinte ao encerramento do balanço.

Assaf Neto (2001, p.64), define da seguinte forma:

Nesses direitos realizáveis da empresa, consideram-se, além dos derivados de vendas a prazo (duplicatas a receber), os títulos e valores mobiliários adquiridos e todo e qualquer adiantamento ou empréstimo efetuado pela empresa a suas coligadas ou controladas (mesmo que vencíveis no curto prazo, segundo a legislação em vigor) entre outros créditos.

III.1.3 Ativo Permanente

É o último grupo de contas do ativo e, dessa forma, é o que apresenta o menor grau de liquidez dentre os bens e direitos da empresa. É dividido em três subgrupos: Investimentos, Imobilizado e Diferido.

III.1.3.1 Investimentos

Tem como característica principal o fato de que vários direitos de suas contas não se destinam à manutenção da atividade da empresa ou a negociações.

Assaf Neto (2001, p.65), exemplifica algumas contas de investimentos:

Os incentivos fiscais aplicados, a participação acionária em empresas coligadas ou controladas, terrenos, obras de arte e outros ativos com finalidades especulativas e não destinados aos fins operacionais específicos da empresa são alguns exemplos de contas que compõem esse subgrupo.

Com relação à participação em empresas coligadas, a legislação brasileira fixou dois critérios de avaliação permanente de uma empresa em outra: Método de custo corrigido e Método de equivalência patrimonial. No primeiro a participação é avaliada pelo preço de custo mais a correção monetária. No segundo, é destacada a participação relativa da investidora no patrimônio líquido da investida, conforme apurado no balanço.

III.1.3.2 Imobilizado

Nesse subgrupo, a empresa relaciona todos os bens e direitos necessários ao seu funcionamento normal. São tipicamente ativos de longo prazo e o critério de avaliação adotado normalmente é o de custo corrigido.

A Lei 6.404/76, de 15 de dezembro de 1976, através do seu artigo 179, item IV, define o que deve ser classificado nas contas do Ativo Imobilizado: “*Os direitos que tenham por objeto bens destinados a manutenção das atividades*

da empresa, ou exercidos com essa finalidade, inclusive os de propriedade industrial ou comercial.”

De acordo com essa definição, são incluídos no grupo de contas do Ativo Imobilizado, todos os bens de natureza permanente destinados às operações da empresa.

Segundo Hendriksen & Breda (1999, p.205), as principais características do Ativo Imobilizado (especificamente os tangíveis) são:

- 1) Os ativos representam bens físicos mantidos para facilitar a produção de outros bens ou gerar serviços à empresa ou seus clientes, no transcorrer normal das operações;
- 2) Todos possuem vida útil limitada, ao final da qual devem ser abandonados ou substituídos. Essa vida útil pode ser um número estimado de anos com base no desgaste provocado pelos elementos; ou pode ser variável, dependendo do ritmo de utilização e da política de manutenção;
- 3) O valor dos ativos resulta da capacidade de excluir outros da obtenção de direitos legais de propriedade sobre seu uso, não do cumprimento de contratos;
- 4) São todos de natureza não monetária; os benefícios são recebidos com o uso ou a venda de serviços, e não com sua conversão em quantidades conhecidas de dinheiro.

Isso significa que os componentes do Ativo Imobilizado deverão ser avaliados pelo custo de aquisição corrigidos monetariamente; deduzidos dos saldos das respectivas contas de depreciação, amortização ou exaustão.

III.1.3.3 Diferido

Conforme item V do artigo 179 da Lei 6.404/76, no ativo diferido serão classificadas *“as aplicações de recursos em despesas que contribuirão para a formação do resultado de mais de um exercício social, inclusive os juros pagos ou creditados aos acionistas durante o período que anteceder o início das operações sociais.”*

Os ativos diferidos caracterizam-se por serem intangíveis que serão amortizados por apropriação às despesas operacionais no período de tempo em que estiverem contribuindo para a formação do resultado da empresa.

Consistem em despesas incorridas durante o período de desenvolvimento, construção e implantação de projetos. Projetos esses, anteriores ao seu início de operação, aos quais tais despesas estão associadas, bem como as incorridas com pesquisas e desenvolvimento de produtos, com implantação de projetos mais amplos de sistemas e métodos, com reorganização da empresa e outros. Isso, desde que sempre haja razoável segurança da realização futura desses saldos diferidos através de receitas que venham cobrir custos e despesas futuras, além de gerarem margem para atender a amortização desses diferidos e a depreciação dos bens do imobilizado correspondente.

O Ativo Diferido diferencia-se das Despesas pagas antecipadamente porque estas são pagamentos de despesas não incorridas que, de forma direta e objetiva, pertencem a um exercício futuro; enquanto aquele é formado por despesas já incorridas e, pelo beneficiamento futuro que trarão, são

normalmente amortizadas em parcelas. Além disso, essa apropriação do Ativo Diferido é sempre por julgamento e estimativa, e nunca por critérios tão objetivos quanto os das Despesas Antecipadas.

Deverá ser avaliado pelo custo corrigido monetariamente deduzido, em conta à parte, pela parcela correspondente à amortização acumulada (também corrigida).

III.1.4 Passivo Circulante

Passível Circulante diz respeito às obrigações a curto prazo, aquelas que deverão ser liquidadas dentro do exercício social seguinte (próximo ano) ou conforme o ciclo operacional da empresa, se este for superior a um ano.

Conforme Assaf Neto (2001, p.73),

No passivo circulante são normalmente classificadas as obrigações operacionais da empresa (fornecedores, ordenados, salários, etc), as sociais (INSS, FGTS, PIS, etc.), as legais (IR, IPI, ICM, etc.), além de outras tais como dividendos a serem pagos aos acionistas, financiamentos e empréstimos de Instituições Financeiras, valores recebidos por conta de entrega futura de mercadorias (ou prestação de serviços), etc.

A avaliação dos passivos de uma empresa, na análise de balanço na gestão empresarial e na avaliação de tendências, é um dos objetivos principais dos analistas de crédito nas Instituições Financeiras. Haja vista que, a partir desses, se tem uma boa visão da mensuração do risco que a empresa pode oferecer. A grande maioria dos índices que se podem apurar nas técnicas de análise das demonstrações financeiras envolve algum tipo de passivo.

III.1.5 Passivo Exigível a Longo Prazo

A Lei das S.As., em seu artigo 180, comenta quando as obrigações serão registradas no passivo circulante ou no exigível a longo prazo:

As obrigações da companhia, inclusive financiamentos para aquisição de direitos do ativo permanente, serão classificadas no passivo circulante, quando se vencerem no exercício seguinte, e no passivo exigível de longo prazo, se tiverem vencimento em prazo maior, observado o disposto no parágrafo único do art. 179.

Contudo, quando o ciclo operacional da companhia for superior ao exercício social, dois anos por exemplo, a classificação entre circulante ou longo prazo terá como referência o prazo desse ciclo. É exatamente isso que está expresso no parágrafo único do artigo 179 da Lei das S.A.: “*Na companhia em que o ciclo operacional da empresa tiver duração maior que o exercício social, a classificação no circulante ou longo prazo terá por base o prazo desse ciclo.*”

A grande maioria das empresas adota como exercício o prazo de um ano, uma vez que o seu ciclo operacional é, normalmente, inferior a esse prazo. Construtoras de edifícios, fabricantes de grandes equipamentos, navios, etc; são as exceções pelo fato de a montagem e entrega poder levar mais de um ano.

Nesse subgrupo são incluídos normalmente empréstimos e financiamentos de Instituições Financeiras, debêntures, fornecedores de equipamentos de grande porte etc. Quando essas obrigações forem se tornando de curto prazo, ou seja, vencíveis no exercício seguinte, deverão ser paulatinamente transferidas para o passivo circulante.

III.1.6 Resultado de Exercícios Futuros

O Resultado de Exercícios Futuros é um grupo de contas classificado no Balanço Patrimonial entre o Passivo Exigível a Longo Prazo e o Patrimônio Líquido que, por suas características, têm gerado muitas divergências no meio contábil; no tocante à classificação contábil e, principalmente, aos fatos contábeis que devem ser registrados.

De acordo com o art. 181 da Lei nº 6.404/76: “*Serão como resultados de exercícios futuros as receitas de exercícios futuros, diminuídas dos custos e despesas a elas correspondentes.*”

Assaf Neto (2001, p.84), define a classificação de Resultado de Exercício Futuro:

É discutida a dificuldade prática de se encontrarem exemplos práticos de operações que possam ser classificadas como Resultados de Exercícios Futuros. A título de ilustração, costumam ser citadas: 1) Aluguel recebido antecipadamente, mas cujo contrato estabelece que não haverá reembolso, mesmo que o locatário devolva antes o imóvel ou bem. Esse valor é apropriado aos resultados efetivos a medida do transcurso do prazo de locação. 2) Comissão recebida por uma Instituição Financeira pela concessão de um empréstimo (além dos juros), desde que não haja cláusula de devolução dessa importância, caso o empréstimo seja liquidado antecipadamente.

III.1.7 Patrimônio Líquido

Iudícibus (2000, p.169), define Patrimônio Líquido como a diferença, em determinado momento, entre o valor do ativo e do passivo; atribuindo-se a este último a conotação restritiva de dívidas e obrigações.

Marion (1998, p.55), define o Patrimônio Líquido como a evidência de recursos dos proprietários aplicados no empreendimento. A aplicação inicial dos proprietários (a primeira aplicação) denomina-se, contabilmente, capital.

Se houver outras aplicações por parte dos proprietários (acionistas, no caso das sociedades por ações; ou sócios, nas limitadas), tem-se acréscimo de capital.

O Patrimônio Líquido não só é acrescido com novos aumentos de capital, mas também, e isto é mais comum, com os rendimentos resultantes do capital aplicado. Estes rendimentos são denominados lucro.

O lucro, resultante da atividade operacional da Entidade, obviamente pertence aos proprietários que investiram na empresa (remuneração do capital investido). Quanto ao lucro obtido em determinado período pela atividade empresarial, normalmente uma parte é distribuída para os donos do capital e outra parte é reinvestida no negócio, ou seja, fica retida (acumulada) na empresa.

A parte do lucro acumulado (retido) é adicionada ao Patrimônio Líquido. Como consequência, as aplicações dos proprietários vão crescendo.

Para Marion (1998, p.55), este raciocínio é o mesmo aplicado em Caderneta de Poupança.

Se aplicássemos inicialmente \$100.000 mil (capital), no final de certo período teríamos, por exemplo, \$40.000 de rendimentos. Se o rendimento não for retirado pelo investidor, será automaticamente reinvestido (acumulado). A partir deste momento o Capital passa a ser \$140.000 mil e o rendimento será sobre o total acumulado.

O Patrimônio Líquido, de acordo com a Legislação em vigor, é constituído dos seguintes subgrupos de contas: Capital Social, Reserva de Capital, Reserva de Reavaliação, Reserva de Lucros e Lucros ou Prejuízos acumulados.

III.1.7.1 Capital Social

Iudícibus (2000, p.258), assim define o Capital Social:

O investimento efetuado na companhia pelos acionistas é representado pelo capital social; este abrange não só as parcelas entregues pelos acionistas como também os valores obtidos pela sociedade e que, por decisão dos proprietários, se incorporam ao capital social, representando uma espécie de renúncia à sua distribuição na forma de dinheiro ou de outros bens.

O Capital Social tem como característica uma questão mais jurídica que econômica, pois os lucros não distribuídos, mesmo que na forma de Reservas, representam um tipo de investimentos dos acionistas. A sua incorporação ao capital é uma formalização em que os proprietários renunciam à sua distribuição. Essa renúncia não é definitiva. Existe a possibilidade da devolução do capital social aos acionistas.

Capital Realizado é o capital efetivamente integralizado pelos acionistas. Esse valor deve constar do Patrimônio Líquido no subgrupo de Capital. A Lei 6.404/76, em seu art.182, estabelece que: “A conta do capital social discriminará o montante subscrito, e por dedução, a parcela ainda não realizada”. Dessa forma, a empresa deve ter a conta de Capital Subscrito e a

conta devedora de Capital a Integralizar; sendo que, o líquido entre ambas representa o Capital Realizado.

III.1.7.2 Reserva de Capital

Segundo Marion (1998, p.341), as Reservas de Capital são aquelas que não se originam do resultado do exercício, isto é, não são parcelas apuradas (portanto, não transitam) pela Demonstração do Resultado do Exercício.

As Reservas são acréscimos ao Patrimônio Líquido que, quase sempre, são utilizados para aumento do Capital.

III.1.7.3 Reserva de Reavaliação

Conforme Assaf Neto (2001, p.71) define:

Representam as contrapartidas de aumento de valor atribuídos a elementos de ativo em virtude de novas avaliações. Quando o custo corrigido de diversos ativos permanentes for inferior ao valor de mercado, a sociedade poderá promover, desde que a assembléia de acionistas aprove e a avaliação seja feita com base em laudos técnicos de peritos ou firma especializada, a correção de seus valores até atingir a sua reposição. A reavaliação não é obrigatória mas, desde que efetuada, poderá determinar situação mais favorável para a empresa, um patrimônio líquido maior.

III.1.7.4 Reserva de Lucros

Reservas de lucros são as contas de reservas constituídas pela apropriação de lucros da companhia, conforme previsto pelo § 4º do art. 182 da Lei nº 6.404/76.

De acordo com as teorias contábeis, e também pelo estabelecido na legislação em vigor, as reservas de lucros são classificadas em: 1) reserva legal; 2) reservas estatutárias; 3) reservas para contingências; 4) reserva de lucros a realizar; 5) reserva de lucros para expansão; 6) reserva especial para dividendo obrigatório não distribuído.

III.1.7.5 Lucros ou Prejuízos Acumulados

São os resultados remanescentes de determinado exercício que se acumulam com os resultados de outros exercícios passados, também não apropriados. Essa subconta representa todo o valor que resta do lucro do exercício, após terem sido decididas as diversas destinações.

III.2 O Demonstrativo de Resultado do Exercício (DRE)

A Demonstração de Resultado do Exercício tem o objetivo de fornecer, de maneira esquematizada, os resultados auferidos pela entidade num determinado exercício social, que serão transferidos para as contas de patrimônio líquido. É o resultante de receitas, custos e despesas incorridas naquele período e apropriadas segundo o regime de competência, ou seja, independentemente de terem sido realizados os desembolsos efetivos ou não.

Franco (1992, p.45), define:

É a mais importante demonstração da dinâmica patrimonial, pois mostra a receita bruta da entidade (vendas ou serviços prestados), o custo dessas receitas e demais despesas operacionais, evidenciando o lucro bruto e o lucro operacional. Demonstra ainda, outras receitas e

despesas não operacionais, para evidenciar o lucro líquido do exercício.

Matarazzo (1998, p.47), alerta para a questão econômica e não monetária da DRE:

A demonstração de Resultado retrata apenas o fluxo econômico e não o fluxo monetário (fluxo de dinheiro). Para a Demonstração de Resultado não importa se uma receita ou despesa tem reflexo em dinheiro, basta apenas que afete o Patrimônio Líquido. Por exemplo, a depreciação é uma despesa não desembolsada; a receita de equivalência patrimonial (em controladas e coligadas) é uma receita devida aos aumentos dos investimentos (e do Patrimônio Líquido), sem entrada de recursos monetários. Como as modificações no Patrimônio Líquido produzidas por receitas e despesas afetam a riqueza dos proprietários, elas são retratadas na Demonstração de Resultados que é uma peça de caráter eminentemente econômico (relacionado a riqueza) e não financeiro (relacionado ao dinheiro).

No entanto a DRE também é passível de críticas por parte dos pesquisadores e estudiosos, sendo a mais comum aquela que se refere à falta de destaque do grupo de itens extraordinários.

Marion (2001, p.60), comenta:

Eventos ou transações de caráter extraordinário necessitam de tratamento contábil e de divulgação especial. Pela natureza inusitada ou imprevisível, esses itens, normalmente alheios às atividades ordinárias das empresas, não devem ser apresentados juntamente com os demais componentes da demonstração do resultado. Extraordinários são aqueles itens relativos a eventos ou transações relevantes de natureza inusitada e rara probabilidade de se transformar em recorrentes.

Segundo a Lei nº6.404 dispõe, a DRE deve ser apresentada na seguinte ordem, conforme a figura abaixo:

Figura 3 - Demonstração de Resultados

Demonstração de Resultados do Exercício

=	Receita Bruta de Vendas e Serviços
(-)	Devoluçãoes
(-)	Abatimentos
(-)	Impostos
=	Receita Líquida de Vendas e Serviços
(-)	Custo das Mercadorias e Serviços Vendidos
=	Lucro Bruto
(-)	Despesas com Vendas
(-)	Despesas Financeiras (Deduzidas das Receitas Financeiras)
(-)	Despesas Gerais Administrativas
(-)	Outras Despesas Operacionais
(+)	Outras Receitas Operacionais
=	Lucro ou Prejuízo Operacional
(+)	Receitas não Operacionais
(-)	Despesas Não Operacionais
=	Resultado do Exercício antes do Imposto de Renda
(-)	Imposto de Renda e Contribuição Social
(-)	Participações de Debêntures
(-)	Participação dos Empregados
(-)	Participação dos Administradores e partes beneficiárias
(-)	Contribuições para Instituições ou Fundos de Assistência ou Previdência de empregado
=	Lucro ou prejuízo líquido do exercício
=	Lucro ou prejuízo por ação

Fonte: Adaptado de Franco, Hilário (1992: p.51)

III.2.1 Receita Operacional Bruta

É constituída pelo valor bruto faturado ou pelo valor nominal total das vendas de produtos, mercadorias, serviços prestados ou exportações pela empresa, durante o exercício social a que se refere.

O objetivo desta conta é demonstrar o total auferido pela empresa em sua atividade operacional. Ou seja, evidenciar o desempenho com a atividade objeto principal da empresa, sem considerar quaisquer outros tipos de receitas que não provenham de sua razão de existir.

Assaf Neto (2001, p.75), alerta para a questão da competência do exercício: “É importante ratificar-se que essas receitas são registradas quando da realização da venda, independentemente de quando ocorrer seu vencimento.”

III.2.2 Deduções da Receita Bruta

Grupo de Contas que representam as deduções que se fazem da receita Bruta, quais sejam: Descontos e Abatimentos, Devoluções de Vendas, Impostos sobre vendas (ICMS, IPI etc.). São desembolsos que estão embutidos no preço do produto e, obviamente, na receita bruta, mas que possuem um caráter de excepcionalidade.

III.2.3 Receita Líquida

É o resultado obtido da subtração das deduções sobre a receita bruta. O objetivo desta conta é evidenciar o desempenho da empresa no referido exercício, livre dos impostos, das devoluções e abatimentos, ou seja, poder-se-ia dizer seu desempenho nominal. Neste caso, uma simples observação poderá mostrar a dimensão da carga tributária ou, se para atingir a performance de vendas, que volume de descontos está sendo concedido; ou ainda o desempenho de qualidade mediante às devoluções.

III.2.4 Custos das Vendas

Esse item, no universo de trabalho desta pesquisa, pode ser dividido em três partes: Custo dos Produtos Vendidos, Custo das Mercadorias Vendidas e Custo dos Serviços Prestados. Haja vista que representam todos os custos incorridos pela empresa em seu processo de fabricação, no caso de empresas industriais; na prestação de serviços, para o caso de empresas prestadoras de serviços; ou na comercialização de produtos, para as empresas comerciais.

Estão expressos em seus valores nominais na DRE, conforme Assaf Neto (2001, p.77):

Basicamente, esses custos são apurados em valores nominais, ou seja, por seus valores históricos de aquisição ou produção. (...) Com a extinção da correção monetária no País, esses custos de vendas, assim como todos os demais itens das demonstrações de resultado, encontram-se expressos em valores nominais, não sofrendo nenhuma forma de atualização monetária.

O Custo de Produção ou da Mercadoria Vendida é obtido por baixa na conta de estoques, determinada por vendas. Porém, o critério de avaliação adotado (PEPS, UEPS, Preço Médio Ponderado etc.), faz com que haja alterações em seus valores. O Sistema mais comumente adotado no Brasil é o do custo médio ponderado variável, em que são refeitos os cálculos dos valores dos estoques a cada compra realizada.

III.2.4.1 Custo dos Produtos Vendidos (CPV)

Apurado em empresas industriais que transformam bens para depois comercializá-los, o CPV é composto pela somatória dos materiais consumidos, mão-de-obra direta e custos indiretos de fabricação. No Brasil, o cálculo do custo de produção, de acordo com a legislação em vigor, é processado pelo método do custeio por absorção, que engloba todos os custos incorridos na atividade produtiva; quer sejam diretos, indiretos, variáveis ou fixos. Existe um esquema básico de processamento do CPV nas empresas industriais, qual seja:

$$\boxed{\text{CPV} = EI + CPP - EF}$$

Em que: EI = Estoque Inicial; CPP = Custo de Produção do Período; e EF= Estoque Final.

$$\boxed{\text{CPP} = MC + MOD + CIF}$$

Em que: MC = Materiais Consumidos; MOD = Mão-de-Obra Direta; e CIF = Custos Indiretos de Fabricação.

Convém dizer que os materiais consumidos são todos aqueles utilizados na produção durante o período a que se refere a demonstração de resultado, e seu valor é obtido mediante o seguinte esquema:

$$\boxed{\text{MC} = EIM + CL - EFM}$$

Em que: EIM = Estoque Inicial de Materiais existentes no início do período; CL= Compras Líquidas, que é o total de compras deduzidas das devoluções, abatimentos e impostos; somadas aos custos de transporte, entrega, seguros etc.; EFM = Estoque Final de Materiais existentes no final do período.

A mão-de-obra direta é aquela compreendida pelos custos dos funcionários que estão ligados diretamente à produção. Os custos indiretos de fabricação são todos aqueles necessários à produção, mas que não têm vínculo direto com o produto e nem variam de acordo com a produção.

III.2.4.2 Custo das Mercadorias Vendidas – CMV

Utilizado nas empresas comerciais, portanto sem atividade de transformação, possui uma forma de cálculo mais simples, pois envolve uma quantidade menor de variáveis. É dada pelo seguinte esquema:

$$\boxed{CMV = EI + CL - EF}$$

Em que: EI = Estoque Inicial; CL = Compra Líquida; EF = Estoque Final.

As compras são aquelas referentes ao período referido da DRE, e líquidas; pois devem ser deduzidas de devoluções, abatimentos, impostos, e acrescidas de despesas de entrega, seguros, transportes, etc.

III.2.4.3 Custo dos Serviços Prestados

São todos aqueles custos incorridos para que seja necessária a prestação de determinado serviço. Podem variar muito dependendo do ramo de atividade de cada prestadora de serviços, haja vista a enorme quantidade de tipos de serviços existentes disponíveis atualmente.

Nos últimos anos, o segmento que mais cresceu foi o de prestadores de serviços, especialmente constituído por pequenas e micro empresas.

Matarazzo (1998, p.72), alerta para a questão da DRE neste tipo de empresa: “(...) *há casos de empresas prestadoras de serviços que não evidenciam na demonstração de resultado o custo dos serviços prestados, contabilizando-o com as despesas operacionais, o que é um erro bastante prejudicial para a análise de balanço.*”

III.2.5 Lucro Bruto

O lucro bruto evidenciado na DRE é o resultado da receita líquida deduzida do Custo do Produto Vendido (CPV), do Custo da Mercadoria Vendida (CMV), ou do Custo do Serviço Prestado. Este é um valor importante à medida que indica, por exemplo, qual a representatividade dos custos na atividade da empresa; informação que certamente pode possibilitar, no mínimo, uma investigação para a tomada de uma decisão estratégica, dentre outras.

Percebe-se aqui uma característica fundamental da DRE: Dissecar a atividade da empresa, mostrar detalhadamente como vai seu desempenho e, se houver algum problema, onde ele realmente se localiza.

III.2.6 Despesas Operacionais

Esse item também se subdivide em partes. Aquelas relativas aos gastos da empresa que estão relacionados não diretamente à produção, mas a seu objeto social propriamente dito. Isto é, aquelas despesas que são necessárias ao andamento ou funcionamento da empresa: Vender, administrar, financiar, comprar, etc.

São elas as despesas de vendas, as despesas administrativas, as despesas financeiras, e as chamadas outras despesas e receitas operacionais.

III.2.6.1 Despesas de Vendas

São aqueles gastos que se fazem necessários à realização e ao desempenho das vendas, como: Ordenados, salários e encargos das equipes; bonificações e comissões; fretes; seguros; despesas de exportação; propaganda e publicidade; provisão para devedores duvidosos; entre outras.

Quanto à provisão para devedores duvidosos, a legislação brasileira permite que até 3% do volume total de vendas seja calculado para perdas.

III.2.6.2 Despesas Administrativas

São aquelas incorridas para a direção e execução das tarefas administrativas, e também as despesas gerais que tenham o intuito de beneficiar os negócios da empresa. São despesas tais quais: Honorários de diretoria, depreciação e amortização de bens não ligados diretamente à

produção, impostos e taxas diversas, materiais de escritório, manutenção de equipamentos da administração e muitas outras; desde que não ligadas diretamente à produção.

III.2.6.3 Despesas Financeiras

Despesas Financeiras são aquelas que representam a remuneração paga para terceiros que financiaram de algum modo a empresa. São despesas como: Comissões e despesas bancárias, descontos concedidos, juros, correção monetária, variação cambial, etc.

Este tipo de despesa tem sido um item bastante comentado e discutido por diversos autores e estudiosos, principalmente no que se refere à questão da receita financeira. Isso porque, conforme a legislação, a receita financeira é englobada na mesma conta, subtraindo-se das despesas financeiras. Ou seja, na verdade, tratam-se de despesas financeiras líquidas e, caso as receitas sejam maiores que as despesas, restarão então receitas financeiras líquidas.

Assaf Neto (2001, p.79), faz sua crítica à legislação:

A atual lei das S/A (art.187) entendeu por considerar as despesas financeiras e também as receitas financeiras como itens operacionais, apresentando-as por seu valor líquido, ou seja, do montante das despesas financeiras incorridas pela empresa no período, deverão ser deduzidas as receitas financeiras auferidas. Evidentemente, se as receitas excederem as despesas, têm-se receitas financeiras líquidas. Comentou-se essa interpretação errada de nossa legislação, pois esses valores não são originados normalmente da atividade principal (operacional) da empresa, e sim de outras decisões operacionais.

Para Marion (2001, p.36),

... é o caso de receita financeira que legalmente é despesa operacional, mas na realidade o ideal seria no grupo não operacional. Se quisermos apurar a verdadeira taxa de rentabilidade obtida pela atividade operacional, deveremos re-classificar tanto as despesas financeiras como as receitas financeiras no grupo não operacional.

As receitas financeiras, apresentadas neste item da DRE como redutor das despesas, por força de legislação como já citado, tratam de despesas tais quais: Descontos obtidos (que podem decorrer de pagamentos antecipados, por exemplo), juros ativos provenientes de empréstimos e financiamentos, receitas de investimentos temporários no sentido de aplicações temporárias de caixa, etc.

III.2.6.4 Outras Receitas/Despesas Operacionais

Esse é um item abrangente, em que deverão ser alocadas todas as receitas e despesas que também apresentem como característica fundamental o relacionamento direto com o objeto social da empresa (ou seja, provenientes de sua atividade), mas que se manifestam de maneira mais esporádica e, dessa forma, não se enquadram nos demais itens da DRE abordados anteriormente.

São exemplos de despesas/receitas: Participação nos resultados de coligadas e controladas pelo método de equivalência patrimonial, dividendos e rendimentos de outros, amortização de ágio ou deságio de investimentos, receitas provenientes de transações secundárias, gastos supervenientes, manutenção imprevista de máquinas, etc.

Nas pequenas e micro empresas, esta conta geralmente não apresenta relevância.

III.2.7 Lucro/Prejuízo Operacional

Por definição, é o resultado do lucro bruto subtraído das despesas Operacionais, vendas, administrativas e financeiras; bem como das demais despesas operacionais.

Representa aquilo que a empresa conseguiu auferir especificamente com o seu negócio; ou seja, o resultado de sua Atividade Fim, do seu objetivo social. Trata-se de um importantíssimo indicador, pois tem a finalidade de resumir o que aconteceu com a empresa durante um determinado período.

III.2.8 Receitas e Despesas Não Operacionais

Aqui se enquadram todas as despesas e receitas que não possuem nenhum tipo de vínculo com a atividade objeto social da empresa. Assaf Neto (2001, p.80) também faz sua crítica a esta parte da DRE, onde se definem as receitas e despesas operacionais e não operacionais:

Diante da classificação errônea de operacional (...) restam poucas operações que podem ser incluídas nesse grupo. Basicamente o conteúdo de não operacional fica restrito às perdas e ganhos de capital proveniente de prejuízos ou lucros nas baixas ou vendas de ativo permanente.

III.2.9 Lucro do Exercício Antes do Imposto de Renda

Aponta o resultado líquido da empresa antes dos impostos, e das participações. Ou seja, o resultado a ser tributado uma vez que, no caso da legislação brasileira, as empresas enquadradas e optantes pelo sistema de lucro real, deverão fazer os ajustes pelas adições, exclusões e compensações prescritas ou autorizadas pela legislação do imposto sobre a renda.

Cabe aqui, considerando a abordagem de aspectos da pequena e micro empresa, alguma informação sobre sua tributação atual.

Conforme Neves e Viceconti (2001, p.1) comentam:

O fato gerador do imposto sobre a renda é a aquisição da disponibilidade econômica ou jurídica da renda ou proventos de qualquer natureza (Código Tributário Nacional - Lei 5.172/66 - art.43).

Em relação às pessoas jurídicas, a ocorrência do fato gerador se dá pela obtenção de resultados positivos (lucros) em suas operações industriais, mercantis e de prestação de serviços, além dos acréscimos patrimoniais decorrentes de ganhos de capital (receitas não operacionais). O imposto será devido a medida que os rendimentos, ganhos e lucros forem sendo auferidos.

Atualmente o período de incidência para apuração do imposto de renda é trimestral, considerando-se os trimestres encerrados em: 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro. A base de cálculo que deve ser determinada, conforme a legislação, na data da ocorrência do fato gerador; é o Lucro Real, o Lucro Presumido ou o Lucro Arbitrado. No caso das pequenas e micro empresas, podem optar por sistemas de pagamento de impostos com base no Lucro Presumido, ou no SIMPLES⁷.

⁷ Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

No Lucro Presumido, de uma maneira geral, determina-se o imposto pela soma da aplicação de percentuais (variáveis conforme o ramo de atividade), sobre a receita bruta auferida em cada trimestre. Adicionam-se os ganhos de capital, os rendimentos e ganhos líquidos auferidos em aplicações financeiras e todos os resultados positivos decorrentes de receitas de atividades acessórias.

O Lucro Presumido é uma modalidade destinada àquelas empresas não obrigadas à apuração do Lucro Real. Destaca-se, entre os quesitos de enquadramento, o faturamento anual não superior a R\$ 24.000.000,00 (vinte e quatro milhões de reais), ou R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) mensais, no caso de empresas constituídas há menos de um ano.

A questão da escrituração contábil neste segmento é importante pois, conforme Neves e Viceconti (2001, p.16),

Poderá ficar dispensada da escrituração contábil a pessoa jurídica que, no decorrer do ano calendário, mantiver Livro Caixa, no qual deverá ser escriturada toda a movimentação financeira, inclusive bancária. É preciso esclarecer, entretanto, que essa dispensa de escrituração é apenas para fins da legislação do imposto de renda, sendo que nada impede que, por exemplo, o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e o Poder Judiciário exijam escrituração contábil com o objetivo, respectivamente, de apuração da contribuição patronal à previdência social e do montante de ativos da empresa para fins de decretação de falência ou concordata.

Isso atesta a questão relativa à informação disponibilizada pela pequena e micro empresa, quando da sua solicitação de acesso a financiamentos junto a Instituições de Crédito.

No caso do Simples, trata-se de uma modalidade optativa para Micro Empresas e Empresas de Pequeno Porte, caracterizadas na lei que definiu um

estatuto próprio para elas (ver anexo neste trabalho). Esse estatuto consiste no pagamento mensal e unificado do imposto de renda, CSLL⁸, Cofins⁹, Pis/Pasep¹⁰, Ipi¹¹, e Contribuição Previdenciária - parcela relativa ao empregador, mediante a aplicação de percentuais sobre a receita bruta mensal definidos na tabela abaixo:

Tabela 3 - Tabela de recolhimento percentual de Pis e Cofins

Microempresa - ME		Empresa de Peq. Porte EPP	
Rec. Bruta Acumulada	%	Rec. Bruta Acumulada	%
Até R\$ 60.000,00	3	Até R\$ 240.000,00	5,4
De R\$ 60.000,01 a R\$ 90.000,00	4	De R\$ 240.000,01 a R\$ 360.000,00	5,8
De R\$ 90.000,01 a R\$ 120.000,00	5	De R\$ 360.000,01 a R\$ 480.000,00	6,2
Se a empresa for contribuinte do IPI, cada percentual será acrescido de 0,5%		De R\$ 400.000,01 a R\$ 600.000,00	6,6
		De R\$ 600.000,01 a R\$ 720.000,00	7,0
		De R\$ 720.000,01 a R\$ 840.000,00	7,4
		De R\$ 840.000,01 a R\$ 960.000,00	7,8
		De R\$ 960.000,01 a R\$ 1.080.000,00	8,2
		De R\$ 1.080.000,01 a R\$ 1.200.000,00	8,6
		De R\$ 1.200.000,01 em diante	10,3
		Se a empresa for contribuinte do IPI, cada percentual será acrescido de 0,5 %.	

Fonte: Neves, Silvério das; Viceconti, Paulo Eduardo V., (2201 p.68)

Seria importante salientar que existem vários outros aspectos nessa legislação; tais como as questões do ICMS e ISS, o excesso de receita bruta no decorrer do ano-calendário, alíquotas adicionais, prazos, etc; que não caberiam em abordagem desse trabalho.

⁸ Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

⁹ Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social.

¹⁰ Contribuição para os Programas de Integração Social e Formação do Patrimônio do Servidor Público.

¹¹ Imposto sobre Produtos Industrializados.

O intuito desse item a respeito do Lucro Líquido foi, situar ainda mais as pequenas e micro empresas; objetos integrantes dessa pesquisa.

III.3 A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Assaf Neto (2001, p.92), define a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido como

A demonstração das mutações do patrimônio líquido é um demonstrativo contábil mais abrangente que a demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados, podendo a sociedade optar por sua elaboração ou não. Se publicado, esse demonstrativo substitui legalmente o do lucros acumulados. A demonstração das mutações patrimoniais abrange todas as contas do Patrimônio Líquido, identificando os fluxos ocorridos entre uma conta e outra e as variações (acréscimos ou diminuições) verificados no exercício.

Esse demonstrativo é raríssimo de encontrar entre as informações contábeis e financeiras da pequena e micro empresa porque, nesse segmento, não há obrigatoriedade de apresentação; mesmo para aquelas que mantenham escrituração contábil, pois a obrigatoriedade é da Lei das S/A.

III.4 Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos

Matarazzo (1998, p.50), comenta a DRE da seguinte forma:

Enquanto o balanço apresenta, em determinado momento, de um lado (passivo) a origem dos recursos utilizados pela empresa e, de outro, as aplicações (ativos), a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos mostra as novas origens e aplicações verificadas durante o exercício. Outra diferença é que a

Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos - DOAR - não mostra a totalidade das novas origens e aplicações, mas apenas aquelas ocorridas nos itens não circulantes do balanço, ou seja, no Exigível à Longo Prazo, Patrimônio Líquido, Ativo Permanente e Realizável à Longo Prazo.

Assaf Neto (2001, p. 93), por sua vez, expõe que:

A Demonstração das origens e aplicações de recursos é simplistamente¹² (sic) a comparação de dois balanços consecutivos, os quais identificam as variações ocorridas na estrutura financeira da empresa durante o período considerado, permitindo melhores critérios para a análise financeira.

E Marion (2001, p.61), conclui que:

Seguindo a tendência internacional e também em função das demandas internas, principalmente por parte dos analistas de mercado e investidores institucionais, a maioria defende a substituição da DOAR - Demonstrativos das Origens e Aplicações de Recursos, pela Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC). Essa demonstração evidencia as modificações ocorridas no saldo de disponibilidades (caixa e equivalentes de caixa) da companhia em determinado período por meio de fluxos de recebimento e pagamento. Embora a DOAR seja considerada pelos especialistas como uma demonstração mais rica em termos de demonstração, os conceitos nela contidos, como, por exemplo, a variação do capital circulante líquido, não são facilmente apreendidos. A DFC, ao contrário, por ser de linguagem e conceitos mais simples, possui melhor comunicação com a maioria dos usuários das Demonstrações Contábeis.

No caso das pequenas e micro empresas, esse também é outro demonstrativo de raríssima aparição. Porém a questão levantada pelo Prof. Dr. Marion, por esse ponto de vista, aplica-se plenamente à pequena e micro

¹² Verbete não encontrado.

empresa. Um demonstrativo de fluxo de caixa parece, portanto, bastante possível de ser elaborado.

IV TÉCNICAS DE ANÁLISE E AVALIAÇÃO DOS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS

Considerando a base de conhecimento a respeito da estrutura das Demonstrações Contábeis; partindo-se ágora para uma abordagem, baseada também em pesquisa bibliográfica, das principais técnicas de análise econômica e financeira dessas Demonstrações.

Julga-se que a explanação sobre essas técnicas vai contribuir para que se possa verificar a disponibilidade de algumas importantes ferramentas para avaliação dos números das empresas. Dessa forma, poder-se-á inferir sobre a adequação à essas técnicas das informações, coletadas pelas instituições financeiras junto às pequenas e micro empresas.

Inicialmente são pertinentes algumas questões importantes a respeito da Análise de Balanços: O que pretende a Análise de Balanço? Quais são os seus métodos? Quem usa a Análise de Balanço? Qual a sua finalidade? Qual a sua validade, confiabilidade, extensão, profundidade?

Conforme Matarazzo (1998, p. 17),

As demonstrações financeiras fornecem uma série de dados sobre a empresa de acordo com as regras contábeis. A análise de balanço transforma esses dados em informações, e será tanto mais eficiente quanto melhores informações produzir.

Poder-se-ia dizer, por exemplo, que: Enquanto os demonstrativos contábeis produzem um determinado dado (do tipo: A empresa possui uma dívida de "x" milhares de reais. Este, por si só, descreve um número que isoladamente não significa muita coisa, porém, se esse número significa muito,

normal, pouco, ou se a empresa não conseguirá pagar a dívida, etc.) é função da análise de balanço construir essa informação.

Franco (1992, p.93), conceitua a análise de balanço:

Como as principais demonstrações contábeis são exposições sintéticas dos componentes patrimoniais e de suas variações, a elas recorremos quando desejamos conhecer os diferentes aspectos da situação patrimonial e de suas variações. Sendo demonstrações sintéticas, não oferecem informações detalhadas sobre o estado patrimonial e sobre suas variações. Daí a necessidade de aplicação de técnica contábil denominada análise das demonstrações contábeis, também conhecida por análise de balanços.

Conforme Perossi (1982, p.19): “A importância da análise de balanço está na possibilidade de se poder determinar as causas das variações patrimoniais, bem como de se poder analisar os elementos que compõem o patrimônio”.

Franco (1992, p.96), aborda também a importância da análise dos demonstrativos contábeis a partir da identificação dos aspectos científicos da contabilidade:

Como ciência é o conhecimento certo pelas causas, e como não há possibilidade de se determinarem as causas das variações patrimoniais sem analisar a origem e as mutações dos elementos que compõem o patrimônio, a análise de balanço constitui uma das formas de identificarem aspectos científicos na contabilidade, pela relação de causas e efeitos.

Walter e Braga (1979, p. 1), relacionam vários objetivos para a análise das demonstrações financeiras cujo significado é importante, dentre vários, para os seguintes fins:

- 1- *Avaliação da capacidade de amortização da empresa, quando habilitar-se a financiamentos de Instituição Financeira;*
- 2- *Avaliação da situação financeira da empresa, a curto e a longo prazo, determinando-se causas, efeitos e perspectivas;*
- 3- *Avaliação de investimentos em ações negociáveis em Bolsa de Valores com base nas demonstrações financeiras;*
- 4- *Análise da situação patrimonial, econômica e financeira da empresa para orientação a grupo de acionista ou acionista único, que pretenda, por via de aquisição de ações assumir o controle;*
- 5- *Avaliação da rentabilidade do capital investido, proveniente dos proprietários da empresa e de terceiros;*
- 6- *Análise das demonstrações para fins de fusão, cisão, incorporação ou associação de empresas;*
- 7- *Análise para avaliação do acervo patrimonial, a valores registrados e a preço de mercado, nos casos de extinção da empresa;*
- 8- *Consolidação das demonstrações de empresa controladora, controlada e coligada;*
- 9- *Consolidação das demonstrações de empresas da mesma atividade para avaliação do desempenho da economia setorial;*
- 10- *Análise para ilustração tabular ou gráfica de valores e parâmetros com o fim de elaboração de relatórios destinados ao Conselho de Administração, Diretoria, Acionistas, Governo, Investidores de Mercado de Valores Mobiliários, Instituições Financeiras, Fornecedores e público em geral.*

Em suma, a análise das Demonstrações Contábeis é um item fundamental e não excludente do processo de avaliação de uma empresa. No caso das Instituições Financeiras, em seu processo de avaliação de risco de crédito, torna-se ainda mais importante. Não é possível conceber a avaliação de uma empresa sem a abordagem das condições financeiras e econômicas evidenciadas em suas Demonstrações Contábeis, ou nas informações gerenciais e financeiras disponíveis.

IV.1 Um Breve Histórico sobre Análise de Balanço

É comum a afirmativa de que a análise das Demonstrações Contábeis é tão antiga quanto a Contabilidade. Uma vez que, por volta de 4.000 a.C., de uma forma primitiva, encontraram-se os primeiros inventários de rebanhos, revelando a preocupação do homem da época quanto à variação de sua riqueza.

No entanto, foi no final do século XIX que se iniciou a análise dos números das empresas de uma forma mais estruturada, com os banqueiros norte-americanos solicitando demonstrativos de seus clientes. No Brasil, esse início se deu apenas no final dos anos 60.

Na obra de Matarazzo (1998), *Análise Financeira de Balanços*, encontram-se vários dados a respeito desse tema, abaixo resumidos.

No exterior, principalmente nos EUA, os primeiros passos da Análise de Balanço ocorriam no final do século XIX. Já no Brasil, ela veio a se difundir apenas a partir do início dos anos 70, tendo surgido e se desenvolvido dentro do sistema bancário; o qual, ainda hoje, pode ser considerado seu principal usuário.

Foi no final do século XIX que os banqueiros americanos passaram a solicitar balanços de seus clientes tomadores de empréstimos. Em fevereiro de 1895, o Conselho Executivo da Associação dos Bancos do Estado de Nova Iorque resolveu recomendar a seus membros que solicitassesem aos clientes tomadores de empréstimos declarações escritas e assinadas de seus ativos e passivos. Em 1900, essa mesma associação divulgou um formulário de proposta de crédito que incluía espaço para o balanço.

A partir daí, com o transcorrer dos anos e o acúmulo de recebimento de balanços, foi-se desenvolvendo a noção de comparação de diversos itens, sendo o mais comum a do Ativo Circulante com o Passivo Circulante. Por volta de 1913, chamava-se a atenção para outros índices como: depósitos bancários em relação ao exigível, percentual de contas a receber em relação aos demais itens do ativo, percentual de estoques em relação às vendas anuais.

Em 1915, o *Federal Reserve Board* (Banco Central Norte-americano) determinava que somente poderiam ser redescantados os títulos negociados por empresas que tivessem apresentado seu balanço ao Banco. Medida esta, que consagrou definitivamente o uso das demonstrações financeiras como base para a concessão de crédito.

Por outro lado, as demonstrações financeiras da época não eram preparadas adequadamente aos fins a que se destinavam. Não havia uniformidade nas disposições e na terminologia, nem tampouco na classificação das rubricas. Em 1918, novamente o *Federal Reserve Board*, somou importante contribuição para melhoria na forma de apresentação das demonstrações financeiras. Divulgou um livreto que incluía formulários padronizados para balanço e demonstração de lucros e perdas, bem como um esboço dos procedimentos de Auditoria e princípios de preparação de demonstrações financeiras.

Alexander Wall¹³, considerado o pai da análise de balanço, apresentou, em 1919, um modelo de análise de balanço baseado em índice. Através desse, demonstrou a necessidade de se considerar outras relações além do Ativo Circulante contra o Passivo Circulante.

¹³ Alexander Wall, Professor e Cientista do final do século XIX.

Nesse momento, começaram a surgir necessidades de padrões de referência que auxiliassem os analistas em suas avaliações. Em 1923, no prefácio da obra de James H. Biss, *Financial and operating ratios in management*, afirma-se que, em todos os ramos de atividade, há certos coeficientes característicos que podem ser obtidos através de médias. De 1931 em diante, a *Dun & Bradstreet*¹⁴ passou a elaborar e divulgar índices-padrão para diversos ramos de atividade nos Estados Unidos. Em aproximadamente 40 anos, assentaram-se as bases das técnicas de análise de balanços.

No Brasil, até 1968, a análise de balanço era uma prática muito pouco utilizada. Nesse mesmo ano, foi criada a SERASA¹⁵, empresa que passou a operar como central de análise de balanços para os Bancos Comerciais. Desde então, as técnicas foram sendo desenvolvidas, implementadas, adaptadas ao contexto econômico brasileiro. Principalmente no tocante à questão inflacionária, até os dias atuais, nos quais a análise de balanço é item fundamental na avaliação das empresas.

IV.2 A Padronização da Informação Contábil

Anteriormente ao início da análise dos demonstrativos contábeis de uma empresa, eles devem ser detalhadamente examinados de uma maneira crítica quanto às contas apresentadas, transcrevendo-as para um determinado modelo previamente definido. Essa prática é chamada de padronização da

¹⁴ Dun & Bradstreet, empresa norte americana, é atualmente a maior companhia mundial em fornecimento de informações para áreas de crédito, marketing, compras e áreas de suporte e serviços. “Site”: www.dnb.com.br

¹⁵ A Serasa é uma empresa genuinamente brasileira, e uma das maiores do mundo na prestação de serviços de análise de informações econômico-financeiras e cadastrais. “Site”: www.serasa.com.br

informação. “As demonstrações financeiras devem ser preparadas para a análise, da mesma forma que um paciente que vai submeter-se a exames médicos” (MATARAZZO, 1998, p.141).

Nesse trabalho, os próprios formulários de coleta de informações das Instituições Financeiras aqui apresentados, já significam um modelo de padronização da informação dentro de cada Banco.

A padronização da informação para a análise possui razões importantes, dentre elas: A simplificação, a comparabilidade, a adequação aos objetivos da análise, a precisão na classificação das contas e até a descoberta de erros.

Simplificação pois, no caso de um balanço que possua cerca de 50 contas no ativo, por exemplo, podem ser reduzidas para 10 ou 15, agregando àquelas semelhantes e facilitando não somente a apuração de índices, como também a própria visualização.

A comparação, já que, em geral, toda empresa tem seu próprio plano de contas, exceto aquelas em que existe um plano de contas legal e obrigatório (como por exemplo, os Bancos) e, desta forma, num plano de contas padronizado, a comparação entre empresas torna-se bastante viável.

Adequar-se aos objetivos da análise significa dizer reclassificação. Existem contas que, pelos princípios e padrões contábeis, são classificadas de maneira não condizente com o que se pretende em termos de avaliação de uma empresa. O exemplo clássico é a rubrica Títulos Descontados, a qual vem como conta redutora de contas à receber, quando na verdade em nada difere de um financiamento bancário. A empresa estaria descontando um título de seu direito por insuficiência de capital de giro ou outro motivo qualquer, mas enfim, por necessidade de financiamentos. Esta conta deve, no processo de

padronização, ser reclassificada para figurar no passivo circulante como um financiamento bancário.

Marion (2001, p.37), faz a seguinte observação quanto às duplicatas descontadas:

Um bom motivo para a reclassificação no Passivo Circulante é a padronização de critérios de tratamento para todas as empresas por parte do analista. Assim, se a empresa A opera com duplicatas descontadas e a empresa B com empréstimos bancários (com depósito de duplicata como garantia), ambas as empresas terão no passivo circulante uma dívida com terceiros, embora, no caso de duplicatas descontadas, haja apenas a co-obrigação.

Precisão na classificação das contas e descoberta de erros são outras funções importantes da padronização. É comum encontrar-se balanços e demonstrações de resultados com falhas de classificação, como: gastos lançados como diferido e que não o são, empréstimos de curto prazo que figuram no longo, entre outros erros do tipo estoques finais ou iniciais da DRE não coincidentes com os estoques dos balanços, etc. Intencionais ou não, esses erros ou falhas acabam, muitas vezes, sendo corrigidos na padronização.

Outra função muito importante da padronização é a da intimidade do analista. Matarazzo (1998, p.143), aborda isto de forma prática:

... a padronização obriga o analista a pensar em cada conta das demonstrações financeiras e a decidir sobre a sua consistência sobre outras contas, sobre a classificação que deva dar a ela, enquanto a transcreve para o modelo pré-definido de padronização. Ao terminar esse trabalho, o analista adquire grande familiaridade com os números da empresa e, em consequência, poderá enxergar detalhes que, de outra forma, não conseguiria.

IV.3 Determinando Relevância Percentual

Os vários autores pesquisados tecem recomendações a respeito da conveniência de aplicação de percentuais a cada conta das Demonstrações Contábeis em relação ao conjunto total, posteriormente à padronização ou reclassificação, possibilitando a exata relevância de cada item do Patrimônio.

Segundo Franco (1992, p.131): “*É importante saber a porcentagem de cada grupo com relação ao total do patrimônio, pois, através dessa análise, podemos aquilatar se há excesso de imobilização, insuficiência de capitais ou de disponibilidades, etc.*”

No caso da Demonstração de Resultado do Exercício, a determinação de percentuais às contas torna-se ainda mais necessária, pois o exame da representatividade evidenciada pelos percentuais de cada conta traz imediatamente uma visão bem mais clara do desempenho. Verificar um número tal como o resultado operacional de “x” milhares de reais, certamente significa muito menos em termos interpretativos do que o resultado operacional da empresa ser de 25% das vendas líquidas, por exemplo.

Conforme o ramo de atividade da empresa, pode-se encontrar representatividades percentuais características de si próprias, como por exemplo, maior representatividade percentual de imobilização no caso das indústrias; em contrapartida às empresas comerciais, e mais ainda em siderúrgicas ou empresas de bens de capital, etc.

Dessa forma, fica claro que não se pode estabelecer percentagens padrão que atendam todos os tipos de empresas. Deve-se então observar, por exemplo, que uma empresa comercial que esteja expressivamente imobilizada

não é adequada, ou estar uma empresa industrial significativamente estocada, também não o é.

A determinação de percentuais também pode direcionar a melhor escolha dos índices para a avaliação de determinada empresa. Ou seja, quais os tipos de índices mais importantes para fazer parte daquela análise, ou ainda os que identificam o comportamento das contas ou grupos de contas mais expressivos ali demonstrados.

IV.4 Índices

Os índices talvez possam se constituir na técnica de análise de Demonstrativos Contábeis mais empregada. Um índice é a relação de uma determinada conta ou grupo de contas com outra conta ou grupo de contas; um quociente entre elas. Eles servem de medidas para diversos aspectos financeiros e econômicos das empresas.

A análise das Demonstrações Financeiras pode ser dividida em: análise da situação financeira e análise da situação econômica. Geralmente inicia-se pela análise financeira para depois se efetuar a análise econômica e, por fim, juntam-se as conclusões das duas análises.

Seguindo esse raciocínio, os índices em princípio, dividem-se em dois blocos. Aqueles que evidenciam aspectos da situação financeira e aqueles que evidenciam aspectos da situação econômica. Os índices financeiros são considerados aqueles chamados de liquidez e estruturais, enquanto que os índices econômicos são os de rentabilidade ou resultado. Existe ainda um terceiro bloco de índices que são aqueles relativos aos prazos médios.

Basicamente são três índices: os Prazos Médios de Recebimento de Vendas, de Pagamento de Compra, e de Rotação dos Estoques. Estes devem sempre ser avaliados em conjunto, separadamente dos índices financeiros e econômicos.

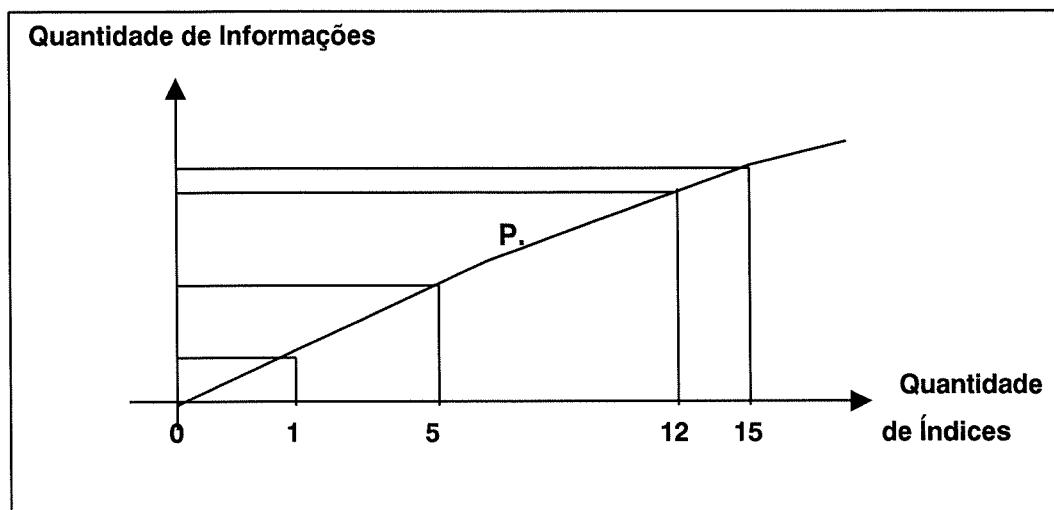
Conforme Matarazzo (1998, p. 317):

A conjugação dos três índices de prazos médios leva a análise dos ciclos operacional e de caixa, elementos fundamentais para a determinação de estratégias empresariais, tanto comerciais quanto financeiras... A partir dos ciclos, operacional e de caixa, são construídos modelos de análise do capital de giro e do fluxo de caixa.

Um dos aspectos importantes com relação aos índices é que não há relação entre a boa análise e a quantidade de índices. Portanto, não é o número de índices que vai determinar uma boa avaliação. O importante é um conjunto de índices que permita a avaliação da empresa no grau de profundidade desejado.

Matarazzo aborda a questão da quantidade de índices graficamente.

Gráfico 2 - Curva de Eficiência de Índices



Fonte: Matarazzo, (1998: p.155)

Observa-se que a análise através dos índices produz um crescimento decrescente da informação à medida que se eleva a sua quantidade: Dobra-se a quantidade de índices, mas não se dobra a quantidade de informações.

Conforme Matarazzo (1998, p. 155):

O aumento da quantidade de índices é também um aumento de custos; portanto a análise de índices entra em rendimentos decrescentes a partir de certo ponto, identificado na curva como ponto P. A análise de empresas comerciais e industriais através dos índices tradicionais deve ter no mínimo 4, e não é preciso estender-se além de 11 índices.

Outra importante característica dos índices é que nenhum deles vai dizer muita coisa se for avaliado isoladamente. A análise através dos índices pressupõe que haja uma interação entre eles. Essa interação vai se dar pela escolha dos mais adequados índices a serem observados na situação proposta. Vai depender da habilidade do analista verificar, naquela entidade

que está sendo avaliada, quais seriam os melhores indicadores a serem relacionados e observados.

Por exemplo, para uma relação de curto prazo, onde um fornecedor estaria vendendo uma determinada mercadoria para pagamento num prazo de até 90 dias, a liquidez da empresa compradora torna-se mais importante do que as informações estruturais.

Cada empresa é um organismo único. Cada uma tem sua forma de organização, de produção, de vendas, de pessoal, financeira, etc; em função do que dependerá sua capacidade de adaptação, sobrevivência e expansão. Os índices são parâmetros genéricos.

Conforme Assaf Neto (2001, p.49):

A maneira com que os indicadores de análise são utilizados é particular de quem faz a análise, sobressaindo-se, além do conhecimento técnico, a experiência e a própria intuição do analista. Dois analistas podem chegar a conclusões bem diferentes sobre uma empresa, mesmo tendo eles trabalhado com as mesmas informações e utilizando iguais técnicas de análise. As conclusões de diferentes analistas, por outro lado, poderão estar bem próximas, conforme demonstrem mais nível de experiência. No entanto, dificilmente apresentarão conclusões exatamente iguais.

IV.4.1 Índices de Liquidez

Os Índices de Liquidez são aqueles que verificam a capacidade da empresa em saldar seus compromissos no curto prazo, no longo prazo e até imediatamente. Mostram a base da situação financeira da entidade.

No entanto, capacidade de saldar compromissos não significa capacidade para pagamento. Matarazzo (1998, p.169), alerta:

Muitas pessoas confundem índices de liquidez com índices de capacidade de pagamento. Os índices de liquidez não são índices extraídos do fluxo de caixa que comparam as entradas com as saídas de dinheiro, são índices que, a partir do confronto dos Ativos Circulantes com as Dívidas, procuram medir quão sólida é a base financeira da empresa. Uma empresa com bons índices de liquidez tem condições de ter boa capacidade de pagar suas dívidas, mas não estará, obrigatoriamente, pagando suas dívidas em dia em função de outras variáveis como prazo, renovação de dívidas, etc.

Ocorre que, enquanto se verificam diversos riscos nos ativos, tais quais: Nas disponibilidades, risco de desfalques ou desvio de recursos da conta corrente bancária; nas duplicatas a receber, o risco da inadimplência dos clientes; e nos estoques riscos de roubo, obsoletismo, deterioração; do outro lado, nos passivos, praticamente não há risco. Ele é líquido e certo, deve ser pago no dia e na quantia aprazada.

São três os chamados índices de liquidez: liquidez geral, liquidez corrente e liquidez seca. Todos os três relacionam os itens do ativo com os itens do passivo, do circulante e do longo prazo.

IV.4.1.1 Liquidez Geral

Mostra a relação existente entre os ativos de curto e longo prazo da empresa e o passivo exigível total. Pressupõe que se a entidade convertesse todo o seu ativo circulante e de longo prazo em recursos imediatos pelos valores ali representados, saberia o quanto poderia pagar do total de seu exigível.

É obtido pela somatória do Ativo Circulante (AC) e Realizável de Longo Prazo (RLP) dividida pela somatória do Passivo Circulante (PC) e Exigível de Longo Prazo (ELP), como demonstrado abaixo:

$$\text{Liquidez Geral} = \frac{\text{AC} + \text{RLP}}{\text{PC} + \text{ELP}}$$

Esse é um índice abrangente e que revela também a quantidade de capital circulante próprio da empresa envolvida. Considerando que esse índice apenas deixa de abordar os elementos do Permanente e do Patrimônio Líquido, que perfazem o balanço, têm-se que: se ele for maior que 1, o Patrimônio Líquido é superior ao Permanente, exatamente como esse montante excedente, que vem a ser justamente o montante de capital circulante próprio envolvido na atividade. A figura a seguir demonstra graficamente esta situação.

Figura 4 - Demonstração Gráfica do Capital Circulante Próprio – CCP



A parte demonstrada na figura indicada pela seta corresponde ao CCP.

Quanto maior for o índice de liquidez geral, melhor será para a empresa, ou maior será o envolvimento de capital próprio no negócio e, sendo assim, melhor será sua base financeira.

IV.4.1.2 Liquidez Corrente

O índice de liquidez corrente faz a mesma relação, só que agora expurgadas as parcelas de longo prazo do balanço, tanto ativas como passivas; faz a relação entre o Ativo Circulante (AC) e o Passivo Circulante (PC).

É obtido mediante a formulação:

$$\text{Liquidez Corrente} = \frac{\text{AC}}{\text{PC}}$$

Também não é um índice que indica a capacidade de saldar compromissos da empresa, mas indica sua capacidade de pagamento. Conforme foi comentado no capítulo II, a formação do passivo circulante engloba débitos que vencem no curto prazo e exigem disponibilidade imediata para pagamento quando desse vencimento. O Ativo Circulante, no entanto, possui em sua composição certos valores cuja realização não é exatamente certa, quais sejam Contas a Receber e Estoques.

Indicar que o Ativo Circulante é maior que o Passivo circulante, e isso garante o pagamento das obrigações, não está correto. Porém, a combinação de todas as variáveis envolvidas, tais como prazos, negociações etc; garante a afirmação de que quanto maior for o ativo, melhor será a capacidade de pagamento da empresa.

IV.4.1.3 Liquidez Seca

Dos índices de liquidez, este é o que mais se aproxima da condição de revelador da capacidade da empresa em honrar seus compromissos. Isto porque ele relaciona as dívidas de curto prazo do passivo circulante com os itens monetários de maior liquidez do ativo circulante. Expurgam-se os estoques e as despesas antecipadas.

É obtido mediante o seguinte quociente:

$$\text{Liquidez Seca} = \frac{\text{Ativo Circulante} - \text{Estoques} - \text{Despesas Antecipadas}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Indica quanto a empresa possui de ativo líquido para cada unidade monetária de dívida de curto prazo.

Matarazzo (1998, p.179), define:

Este índice é um teste de força aplicado a empresa; visa medir o grau de excelência de sua situação financeira. De um lado, abaixo de certos limites, obtidos segundo os padrões do ramo, pode indicar alguma dificuldade de liquidez, mas raramente tal conclusão será mantida quando o índice de liquidez for satisfatório. De outro lado, o índice de liquidez seca conjugado com o índice de liquidez corrente é um reforço a conclusão de que a empresa é uma "atleta de liquidez".

É também um índice bastante conservador, pois a empresa é uma entidade em movimento. A possibilidade da utilização de seus recursos de liquidez imediata para pagamento de débitos de curto prazo, seria factível apenas se houvesse a paralisação total de sua atividade.

Como os demais índices, é para ser analisado num conjunto de relações; mas especialmente, trata-se de um índice coadjuvante, e sua interpretação depende da habilidade individual de quem o analisa.

IV.4.2 Índices de Estrutura de Capitais

Este grupo de índices revela as grandes linhas de decisões financeiras em termos de obtenção e aplicação de recursos da empresa. Como o próprio nome diz indicam a condição estrutural da empresa: Se está capitalizada ou

não, sua imobilização ou grau de imobilização, a estruturação de seus débitos e a adequação dos financiamentos obtidos.

Os diversos autores pesquisados apresentam uma variedade bastante grande de índices onde são feitas várias relações entre os grupos e contas do balanço. Dentre eles, destacam-se quatro que estão sempre presentes:

IV.4.2.1 Participação de Capitais de Terceiros

Demonstra qual a quantidade de recursos ou fontes de financiamentos de terceiros que são investidos na empresa em relação à aplicação de capital próprio.

É obtido pela relação dada na fórmula abaixo:

$$\text{Participação de Capitais de Terceiros} = \frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a L. Prazo}}{\text{Patrimônio Líquido}}$$

Esse índice relaciona as duas fontes de capitais da entidade: As próprias e as de terceiros. É um indicador de risco ou de dependência de terceiros. O diferencial entre as duas fontes é a questão onerosa, ou seja, que capitais de terceiros envolvem custo.

Do ponto de vista financeiro, quanto maior essa relação, maior a falta de liberdade da empresa em tomar decisões financeiras e maior sua dependência de terceiros. Porém, do ponto de vista do lucro, se a remuneração do capital pagar esse custo, pode ser vantajoso. Assim como do ponto de vista do crédito, pois pode apontar que a empresa possui credibilidade na praça. Dessa

forma, a interpretação desse índice deve ser observada do ponto de vista financeiro, ou seja, do ponto de vista da insolvência.

Por conseguinte, esse índice aponta para uma situação de que quanto menor, melhor. Porém, qual seria o seu patamar ótimo ou adequado?

Matarazzo (1998, p.161), observa:

... Por ora, pode-se acrescentar que, através da experiência, se constata que as empresas falidas em geral são empresas muito endividadas. Isso é mais ou menos óbvio, pois a falência nada mais é que a incapacidade de pagar dívidas; empresas com baixo percentual de endividamento não costumam ir a falência. A falência, entretanto, nunca se deve exclusivamente ao endividamento. Há invariavelmente um quadro de má administração, desorganização, malversação, projetos fracassados; a isso tudo, soma-se o excessivo endividamento.

IV.4.2.2 Composição do Endividamento

Indica a forma como se compõe o endividamento da empresa na questão dos prazos. Ou seja, do montante de capitais de terceiros, dívidas onerosas e não onerosas, qual a quantidade no curto e no longo prazo.

É determinado pela seguinte equação:

$$\text{Composição do Endividamento} = \frac{\text{Passivo Circulante}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a L. Prazo}}$$

Qualquer empresário, contador, aluno de contabilidade, enfim qualquer pessoa com um mínimo de conhecimento econômico ou financeiro, sabe que ter dívidas de longo prazo é melhor do que dívidas de curto prazo. Dessa forma, quanto menor for esse índice, significará que tanto menor é a parcela do

endividamento da entidade a vencer no curto prazo. E isso, já de imediato, lhe garante fôlego no fluxo de caixa; tendo prazo para poder gerar os recursos necessários para o pagamento.

IV.4.2.3 Imobilização do Patrimônio Líquido

Traça a relação entre os investimentos realizados pela empresa em ativos permanentes e o seu capital próprio. Ou seja, quanto do capital próprio a empresa subjugou à suas inversões em imobilizações.

É obtido mediante o seguinte quociente:

$$\text{Imobilização do P. Líquido} = \frac{\text{Ativo Permanente}}{\text{Patrimônio Líquido}}$$

Assim como o índice de liquidez geral verificado anteriormente neste capítulo, esse índice também mostra o capital circulante próprio da empresa, que é a parcela excedente de capital próprio (PL). Se houver, sobre os investimentos em ativo permanente (AP), nada mais é que o capital circulante próprio, ou o que a empresa tem de capital próprio envolvido em seu giro.

Esse é um índice que, em princípio, quanto menor melhor. Sua importância está no fato de que o ativo permanente, num âmbito geral, é um uso de recursos estáticos; sem relação com o giro da empresa, de liquidez praticamente zero, pois não é adquirido para ser comercializado, mas sim para proporcionar a condição de operação da empresa. Dessa maneira, sua fonte de financiamento necessita de adequação, de modo que não gere pressões de caixa.

Se a empresa obtiver uma relação em que o ativo permanente é maior que o patrimônio líquido, então deverão ser verificadas quais as demais fontes de financiamento do permanente. Enquanto que, quanto menor for o investimento de capital próprio no Permanente, mais recursos não onerosos a empresa estará disponibilizando para giro e assim, certamente, menos endividada será.

IV.4.2.4 Imobilização dos Recursos não correntes

Esse é um índice, pode-se dizer, complementar ao índice de Imobilização do Patrimônio Líquido. Isso porque, acrescenta na relação Ativo Permanente e Patrimônio Líquido, o Exigível no Longo prazo; também como fonte de financiamento do Permanente.

É obtido pelo quociente:

$$\text{Imobilização de Recursos Não Correntes} = \frac{\text{Ativo Permanente}}{\text{Patrimônio Líquido} + \text{Exigível a L. Prazo}}$$

Matarazzo (1998, p.166), aborda de uma maneira muito prática a interpretação desse índice:

Os elementos do Ativo permanente têm vida útil que pode ser de 2, 5, 10 ou 50 anos. (...) em certos ramos de atividade, como transportadoras, ferrovias, siderúrgicas, produtoras de energia elétrica, é normal imobilizar além do Patrimônio Líquido. (...) Assim, não é necessário financiar todo o imobilizado com recursos próprios. É perfeitamente possível utilizar recursos de longo prazo, desde que o prazo seja compatível com o de duração do Imobilizado ou então que o prazo seja suficiente para a empresa gerar recursos capazes de resgatar as dívidas de longo prazo.

Daí a lógica de comparar as aplicações fixas (Ativo Permanente) com os recursos não correntes (Patrimônio Líquido + Exigível a Longo Prazo).

Uma consideração importante é que este índice não deve em regra ser superior a 100%. Ainda que a empresa quase não tenha necessidade de Ativo Circulante (como é o caso das transportadoras) deve sempre existir um pequeno excesso de recursos não correntes em relação a imobilização, destinado ao Ativo Circulante.

IV.4.3 Índices de Endividamento Bancário

Índices são relações entre dados numéricos que, em geral, têm sua interpretação mais precisa sempre relacionando-os com outros índices ou dados. Há então uma certa liberdade de apuração de índices num âmbito geral, pois, com bom senso e conhecimento da análise que se deseja fazer, de posse dos dados relativos, criar índices é uma questão de executar a tarefa.

No caso dos Demonstrativos Contábeis, a profusão de dados ali informados é suficiente para se realizar uma série incontável de relações entre os números. Possibilitando inclusive, a apuração de índices que são específicos ou direcionados ao interesse daquele que está analisando.

É o caso das Instituições Financeiras, em cujos Demonstrativos Contábeis necessitam por saber a respeito dos índices relativos ao endividamento, que são muito solicitados em análises efetuadas por bancos. Como esse trabalho tem uma relação direta com as Instituições Financeiras, serão abordados também, dois índices específicos; dentre os mais solicitados nas análises realizadas por bancos que, em algumas obras, não são comentados.

IV.4.3.1 Participação do Endividamento Bancário sobre Capital de Terceiros

É um índice bastante solicitado em análises efetuadas por bancos. Localiza a participação das Instituições Financeiras junto a capitais de terceiros da empresa, ou no seu endividamento total.

É obtido pelo quociente:

$$\text{Partic. do Endiv. Bancário} = \frac{\text{Financiamentos, Empréstimos e Títulos Descontados}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

Sua interpretação pode ser dada como: tanto menor, melhor. Ou seja, do Passivo Exigível total da empresa, as contas como financiamentos e empréstimos bancários e títulos descontados são aquelas onerosas, ou que geram pagamentos de juros em contrapartida às demais contas do exigível. Essas são intituladas não onerosas, pois teoricamente não acarretam despesas financeiras. Muito embora ressalve-se que, nos prazos dados por fornecedores por exemplo, certamente há juro embutido.

É melhor, mas não necessariamente tem que ser assim. Como já citado anteriormente, a obtenção de financiamentos é saudável sob os aspectos de prazo. Oportunidade essa que propiciará a geração de recursos, ou a relação custo/benefício.

IV.4.3.2 Participação de Bancos no Curto Prazo

Complementa ou é coadjuvante do índice apontado anteriormente, porque indica o quanto do endividamento bancário de curto prazo é fonte de financiamento nas necessidades de giro da empresa.

É obtido pela equação:

$$\text{Particip. Bancos no C.Pzo} = \frac{\text{Empréstimos + Financ. + Tít Desc. de Curto Prazo}}{\text{Ativo Circulante}}$$

Esse é um dos indicadores mais solicitados em análises efetuadas por bancos, pois representa a participação das Instituições Financeiras na atividade operacional da empresa ou no seu giro. Quanto menor melhor, haja vista mais uma vez, que se trata de financiamento oneroso e, portanto, pressupõe capacidade de geração de caixa superior a seu custo.

IV.4.4 Índices de Rentabilidade

Esse grupo de índices é o chamado grupo de índices econômicos, já que eles procuram indicar qual a rentabilidade do capital investido na empresa, ou seja, qual foi o seu êxito econômico.

Marion (2001, p.137), alerta para a importante questão da coerência na formação deste grupo de índices:

Quando comparamos Lucro com Ativo, ou Lucro com Patrimônio Líquido, devemos considerar dois aspectos:

- Muitos conceitos de lucro poderão ser utilizados: Lucro Líquido, Lucro Operacional, Lucro Bruto, etc. É imprescindível que o

numerador seja coerente com o denominador. Se utilizarmos o lucro líquido no numerador, utilizaremos o ativo total no denominador. Utilizando o Lucro Operacional no numerador, utilizaremos o ativo operacional no denominador, e assim sucessivamente.

- Tanto o Ativo como o Patrimônio Líquido, utilizados no denominador para cálculo da taxa de retorno poderiam ser o médio. (...) A razão é que nem o Ativo final nem o Ativo Inicial geraram o resultado, mas a média do ativo utilizado no ano. Idem para o Patrimônio Líquido. Todavia para a análise Horizontal o cálculo com o Ativo ou Patrimônio Líquido Final é válido.

IV.4.4.1 Giro do Ativo

É certo que o sucesso de um empreendimento depende do volume de vendas que ele atinge. Tem portanto, uma relação direta com o volume investido para tanto. Vender muito ou pouco. Não se pode afirmá-lo apenas observando o total da cifra que foi realizada, mas é fundamental que se faça a relação do quanto foi vendido em função do quanto foi investido para tanto.

Nessa medida, esse índice aplica exatamente essa relação. É obtido pelo quociente:

$$\text{Giro do Ativo} = \frac{\text{Vendas Líquidas}}{\text{Ativo}}$$

Interpretando-o, percebe-se que, quanto maior ele for, será melhor. Pois mostrando que, para cada unidade monetária investida, tem-se “n” unidades monetárias vendidas, entende-se que; quanto maior for, tanto maior serão as vendas em relação aos investimentos.

Esse índice também deve resguardar algumas proporções, como: uma empresa industrial que requer maior volume de investimentos deverá ter índices de giro menores do que empresas comerciais; o desempenho comercial de uma empresa pode também não ser devido à ineficiência ou perda de participação no mercado, mas também retração desse mercado ou estratégia consciente.

A implicação direta com relação a maior ou menor velocidade de giro do ativo será margem de rentabilidade.

Como Marion (2001, p.165), exemplifica:

Se comprarmos uma lata de leite em pó, no domingo, em uma padaria, pagaremos um preço bem mais elevado que num supermercado. Apesar de nossa reação negativa, poderemos afirmar que o proprietário da padaria não está ganhando mais que o do supermercado (talvez menos). O que acontece é que o primeiro está ganhando na margem (pois as latas ficam estocadas longo tempo nas prateleiras, girando pouco seu ativo), enquanto o supermercado ganha no giro (as latas ficam pouco tempo nas prateleiras).

IV.4.4.2 Margem Líquida

Indica quanto a empresa obteve de lucro líquido em relação ao total de suas Vendas Líquidas. É uma medida de rentabilidade da empresa, uma vez que se relaciona diretamente com o produto do Objetivo Fim da entidade; as vendas. É importante como uma medida de desempenho comparativo ano a ano.

É obtido mediante ao quociente:

$$\text{Margem Líquida} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Vendas Líquidas}}$$

Obviamente, em se tratando de um indicador econômico de rentabilidade, quanto maior melhor. Mostra a performance das vendas em termos de margem em relação a todos os acontecimentos do período na empresa. Isso porque o lucro líquido engloba todos os fatos, inclusive os não operacionais, gastos ou receitas que a empresa obteve, como já foi visto na estruturação do Demonstrativo de Resultados. É um índice de performance global da empresa.

IV.4.4.3 Rentabilidade do Ativo

Indica quanto a empresa obteve de lucro líquido em relação ao total do seu ativo, ou ao todo de seus investimentos. É muito mais uma medida do potencial de geração de lucro da empresa do que uma medida de rentabilidade. É também uma medida de desempenho comparativo ano a ano.

É obtido pelo quociente:

$$\text{Rentabilidade do Ativo} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Ativo}}$$

Na mesma linha, quanto maior melhor. Representando a relação de que, para cada unidade monetária de lucro líquido, foram necessárias “n”

unidades monetárias investidas, então quanto maior o retorno frente ao investimento, melhor a performance.

IV.4.4.4 Rentabilidade do Patrimônio Líquido

Este é um referencial muito bom de medida de rentabilidade, porque relaciona a quantidade de capital próprio investido na empresa com o retorno obtido por ele. Comparativamente ao índice anterior de rentabilidade do Ativo, esse índice apresenta-se mais consistente, haja vista que o total do lucro líquido será acrescido ao patrimônio; ou seja, pertence em sua totalidade ao proprietário do patrimônio.

É obtido aplicando-se o quociente:

$$\text{Rentabilidade do PL} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido Médio}}$$

A grande vantagem desse índice é poder compará-lo com as taxas de rendimentos de outros negócios alternativos disponíveis no mercado. Por exemplo, a caderneta de poupança, aplicações financeiras diversas, letras de câmbio, ações, fundos de investimentos, etc.

Quanto maior ele for, obviamente melhor, no entanto a comparação é fundamental. Deve-se considerar que uma empresa envolve esforço de mão-de-obra, risco, tempo, relacionamento com entidades diversas, etc. Porém, uma aplicação financeira, por exemplo, não exige praticamente nada e até possui riscos (em vários casos, bem próximos de zero), haja vista as várias

estratégias de diminuição desses riscos como, em outro exemplo, por diversificação de investimentos.

Portanto, o retorno sobre o capital próprio de uma empresa deve, para ser adequado, compensar isso tudo; ficando acima em muitas relações. Poder-se-ia considerar inadmissível, atualmente, uma empresa com retorno sobre o Capital Próprio abaixo do rendimento das cadernetas de poupança, por exemplo.

IV.4.5 Índices de Prazos Operacionais

É possível, através dos dados das Demonstrações Financeiras das empresas, calcular os prazos médios do ciclo operacional. São eles: Prazo Médio de Recebimento das Vendas, Prazo Médio de Pagamento de Fornecedores ou Compras, e Prazo Médio de Rotação dos Estoques.

Esses índices, diferentemente dos demais índices já apresentados, os Financeiros e os Econômicos, devem sempre estar sendo avaliados em conjunto e sua análise é absolutamente apartada da análise dos outros dois grupos.

Conforme Assaf Neto (2001, p.180): *“Os indicadores da atividade Operacional são mais dinâmicos e permitem que seja analisado o desempenho operacional da empresa, e suas necessidades de investimentos em giro”.*

A combinação desses três índices de prazos médios conduz à análise dos ciclos operacionais e de caixa e, a partir daí, podem ser construídos modelos de análise do capital de giro e do fluxo de caixa.

IV.4.5.1 Prazo Médio de Renovação dos Estoques

Mostra o tempo médio verificado desde a aquisição do material, passando pela produção, até se efetivar a venda. Corresponde, portanto, ao tempo médio, em dias, que os materiais permanecem no estoque até que sejam vendidos. Na empresa industrial, representa o tempo de produção e estocagem. Já na empresa comercial, representa o tempo médio de estocagem da mercadoria.

É dado pela seguinte fórmula:

$$\text{PMRE} = 360 \times \frac{\text{Estoques}}{\text{Custo da Mercadoria Vendida}}$$

IV.4.5.2 Prazo Médio de Recebimento de Vendas

Este índice indica qual o prazo médio, em dias, que a empresa concede a seus clientes nas vendas a prazo. Conforme Matarazzo (1998, p. 318): “*O volume de investimentos em duplicatas a receber é determinado pelo prazo médio de vendas*”.

É obtido pela seguinte fórmula:

$$\text{PMRV} = 360 \times \frac{\text{Duplicatas a Receber}}{\text{Vendas}}$$

IV.4.5.3 Prazo Médio de Pagamento de Compras

Análogo ao Prazo Médio de Recebimento das Vendas, esse índice indica qual o tempo médio, em dias, de prazos junto aos seus fornecedores que a empresa obtém, ou quantos dias em média leva para pagar as duplicatas destes fornecedores.

É obtido através da fórmula:

$$\text{PMPC} = 360 \times \frac{\text{Fornecedores}}{\text{Compras}}$$

A soma do Prazo Médio de Renovação dos Estoques ao Prazo Médio de Recebimento das Vendas é o que se chama de Ciclo Operacional. Esse ciclo mostra o tempo necessário de investimento de recursos no giro da empresa.

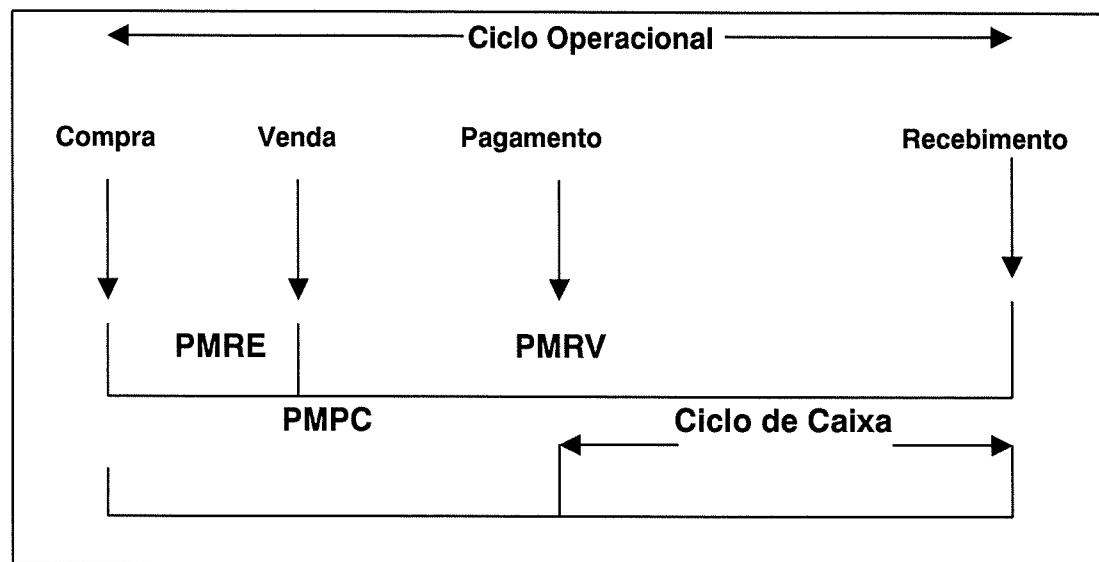
Por outro lado, a empresa também obtém algum prazo junto a fornecedores. Esse prazo representa uma fonte de financiamento para a empresa já que, de posse das mercadorias ou matérias-primas adquiridas, pode dar vazão à produção e estocagem sem despender recursos de caixa momentaneamente.

A essa conjugação, entre a somatória do prazo médio de recebimento das vendas e o prazo médio de rotação dos estoques, contrariamente ao prazo médio de pagamento a fornecedores, obtém-se um outro espaço de tempo ou período que se denomina ciclo financeiro ou ciclo de caixa.

Conforme Assaf Neto (2001, p.187): *"Enquanto o ciclo operacional se inicia no momento da aquisição dos materiais, o ciclo de caixa, ou financeiro, compreende o período de tempo entre o momento do desembolso inicial de*

caixa para pagamento dos materiais e a data do recebimento da venda do produto acabado."

Figura 5 - Representação Gráfica dos Ciclos Operacional e de Caixa



Fonte: Matarazzo, Dante C. (1998: p. 325)

Esses índices de prazos médios possuem também uma peculiaridade, a ligação intrínseca e direta com a uniformidade de vendas e compras por parte das empresas. Se as empresas tiverem vendas e compras aproximadamente uniformes durante todo o ano, esses índices, calculados a partir dos demonstrativos contábeis, estarão bem próximos da realidade. Porém, se as vendas e compras flutuarem via sazonalidades, concentrações em certas épocas, estes índices poderão estar totalmente distorcidos.

É necessário que o analista tenha conhecimento a respeito dessas informações.

A interpretação desses ciclos, operacional e financeiro, fica clara a partir da consideração de que o Prazo Médio de Pagamento dos fornecedores é uma

fonte de financiamento não onerosa, conforme já comentado anteriormente. Então, quanto menor o ciclo de caixa ou financeiro, melhor; e quanto maior o ciclo operacional, pior.

No gráfico representado na figura 5, o ciclo de caixa ou financeiro, mostra uma lacuna que a empresa necessita financiar em sua atividade. A análise dos demais índices também vai mostrar se esses financiamentos necessários ao giro estão se realizando com recursos próprios ou de terceiros.

Daí conclui-se que, quanto mais eficiente a empresa for em seu ciclo operacional, tanto menos vai necessitar de recursos para financiar o ciclo financeiro.

IV.5 Índices Padrão

Na obra do Prof. Dr. José Carlos Marion, *Análise das Demonstrações Contábeis*, 1^a ed., Atlas, São Paulo, 2001, encontra-se o texto, “*Leitura Introdutória - A Contabilidade Segundo Peter Drucker, em os Novos Paradigmas da Administração*”, extraído da Revista Exame de 24 de fevereiro de 1999, p. 52-53, Abril Cultural, São Paulo, que diz:

(...) A ascensão da tecnologia de informática, nas últimas décadas, veio agravar essa focalização para dentro da administração e não abrandá-la. Até agora, é bem possível que a informática tenha prejudicado seriamente a administração, porque ela é tão boa para conseguir informações adicionais do tipo errado. Baseada no sistema de contabilidade criado a 700 anos para registrar e reportar dados internos, a informática gera mais dados sobre o lado interno. Ela praticamente não produz informações sobre qualquer coisa que acontece fora da empresa. Praticamente todas as conferências sobre informação tratam exclusivamente de como obter mais dados internos. Ainda não tive a notícia de nenhuma que tenha sequer

levantado a pergunta: "De que informações externas precisamos e de que forma podemos consegui-las?"

A administração não precisa de mais informações sobre o que está acontecendo internamente. Precisa de mais informações sobre o que está acontecendo lá fora.

Ninguém até agora criou uma maneira de conseguir dados externos significativos de quaisquer formas sistemáticas. No que diz respeito as informações externas, ainda nos encontramos, em grande medida, na etapa anedótica. Podemos prever que o principal desafio da informática nos próximos 30 anos será organizar o fornecimento sistemático de informações externas significativas.

Essa leitura é bastante apropriada quando se fala de índice-padrão visto que, por definição, pode-se considerá-los indicadores médios representativos do desempenho de um grande número de empresas.

Muitos autores defendem que, para uma adequada avaliação de índices econômicos e financeiros de uma determinada empresa, é indispensável a comparação com os de outras empresas que atuam no mesmo ramo de atividade.

Conforme Matarazzo (1998, p.193): *"A análise de balanço através de índice só adquire consistência e objetividade quando os índices são comparados com padrões, pois, do contrário, as conclusões se sujeitam a opinião e, não raro, ao humor do analista de balanço."*

Segundo Assaf Neto (2001, p.89):

Em verdade, para uma adequada avaliação dos índices econômico-financeiros de uma empresa, é indispensável compará-los com os de empresas que atuam no mesmo setor de atividade. Por meio desse processo comparativo é possível definir se uma empresa está mais ou menos líquida em relação a seus concorrentes. Da mesma forma, rentabilidade, nível de endividamento, e outras importantes medidas, são avaliadas comparativamente com outras empresas do mesmo ramo.

Está claro que, para tirar informações de demonstrações financeiras, o exercício principal é fazer comparações. Comparar é apurar índices. Uma vez apurados, a questão é como interpretá-los, se são bons ou ruins, fortes ou fracos. A comparação com o setor, realmente, permite um referencial bastante consistente.

Trata-se da estatística contribuindo para a análise de balanços. Neste trabalho de pesquisa, encontrou-se uma convergência dos diversos autores para a utilização de decis¹⁶ na apuração de um índice-padrão. Muito embora, verifique-se geralmente nos índices divulgados em diversas publicações, apuração através da mediana¹⁷.

Existem revistas especializadas em negócios, tais quais: Exame (Abril), Conjuntura Econômica (FGV), Revista de Administração (Gazeta Mercantil), Maiores e Melhores (Gazeta Mercantil), dentre outras. Essas trazem índices de vários setores, como por exemplo: Retorno sobre o PL, Margem Líquida, Liquidez, Ativo Total etc.

A apuração de índices-padrão, porém, envolve alguns problemas. O primeiro deles é a questão do ramo de atividade. Em um ramo como o de autopeças, por exemplo, encontram-se fabricantes, certamente, de mais de mil itens totalmente diferenciados, que variam de motores até estofamentos.

Outro problema é o que se verifica em relação ao mercado, pois no mesmo exemplo acima, podem-se encontrar empresas fornecedoras exclusivas de montadoras, bem como fornecedores de mercado de reposição.

¹⁶ Medida estatística de mesma natureza da mediana, onde se obtêm 9 medidas de posição permitindo uma idéia da distribuição estatística dos índices tabulados. Distribui-se o universo em 10 fatias, cada uma com 10% dos elementos do universo (grupo ou conjunto perfeitamente definidos, de objetos, elementos ou indivíduos).

Verificar e escolher os ramos de atividades respeitando essas variáveis é um trabalho extremamente exaustivo.

O segundo problema é a questão da situação dos ramos de atividade. Se o ramo estiver atravessando uma crise, pode-se ter um índice padrão que reflete tal crise e, dessa forma, uma empresa regular, comparada a um ramo de empresas ruins, pode ser interpretada erroneamente como uma ótima empresa.

O terceiro problema é a questão do porte das empresas. Comparativos entre empresas de grande e pequeno porte ou micro empresas, essas últimas objetos dessa pesquisa, são incompatíveis. As grandes empresas têm políticas de estocagem, acesso a crédito etc., bastante diferentes. Seria preciso estabelecer-se padrões para pequenas, médias e grandes empresas; separadamente.

A Serasa, empresa anteriormente citada nesse texto, apresenta a divulgação de uma série de índices-padrão. Esses fazem parte de seu modelo de Ficha Cadastral, colocados propositadamente ao lado dos índices apurados para a empresa consultada.

IV.6 Análise Vertical e Horizontal

A análise vertical é feita com base em valores percentuais da Demonstração Financeira, calculando-se o percentual de cada conta em relação a um valor de referência. No caso do Demonstrativo de Resultado do Exercício, por exemplo, geralmente o valor determinado como referencial é o

¹⁷ Valor tal que, colocados os elementos do universo em ordem crescente, metade fica abaixo e metade

total de Vendas Líquidas. Dessa maneira, apura-se a representatividade percentual do CMV em relação às Vendas, do Lucro Operacional, das Despesas Financeiras etc.

De acordo com Matarazzo (1998, p.249): “*O percentual de cada conta mostra sua importância no conjunto*”.

Segundo Marion (1998, p.479):

Se calcularmos a percentagem dos itens do Ativo sobre o Ativo Total, do Disponível, de Duplicatas a Receber e de Estoques sobre o Ativo Circulante..., se calcularmos o percentual dos itens do Passivo sobre o Passivo ou sobre o Exigível a Longo Prazo..., estaremos fazendo uma Análise Vertical no Balanço Patrimonial.

Esse tipo de análise, além de permitir a fácil visualização das relevantes contas ou grupos de contas num balanço, concomitantemente induz à comparação dessas percentagens com empresas do ramo ou com as características do ramo, situando a empresa. Uma Transportadora, por exemplo, não pode ter estoques relevantes frente a seu ativo total. Por outro lado, um supermercado deverá apresentar relevantes disponibilidades em seu ativo circulante, pois vende à vista e compra a prazo.

Iudícibus (1998, p.75), alerta para a importância: “*Este tipo de análise é importante para denotar a estrutura de composição de itens e sua evolução no tempo. (...) a análise vertical é extremamente reveladora*”.

A análise horizontal também é uma comparação feita entre valores de uma mesma conta ou grupo de contas, em diferentes exercícios sociais. Diria Assaf Neto (2001, p.100): “*É basicamente um processo de análise temporal, desenvolvido por meio de números-índices.*”

Nessa análise percebe-se a evolução de cada conta, que pode ser feita através de uma série de Demonstrações Financeiras ou de uma Demonstração em relação a última ou mais antiga.

O principal problema da análise horizontal é o efeito inflacionário sobre os Demonstrativos Contábeis. Iudícibus (1998, p. 72), alerta para essa questão: *"Uma vez que os Balanços e Demonstrações de Resultados estejam expressos em moeda de poder aquisitivo constante na mesma data, a análise horizontal assume certa significância e pode acusar imediatamente áreas de maior interesse para investigação".*

Quando a análise horizontal baseia-se em números-índices mais ela se torna importante, pois os efeitos de perda no valor real da moeda que porventura estejam implícitos, perdem peso quando se compararam índices através do tempo.

Conforme Marion (1998, p.485):

Quando comparamos uma série de um mesmo índice (quociente), não temos grandes problemas com a inflação, pois os índices são grandezas inflacionadas de um ano sobre outras grandezas inflacionadas naquele mesmo ano. (...) Embora, na prática, não seja comum ocorrer influência proporcional da inflação aos grupos de contas das Demonstrações Financeiras, é possível afirmar que a comparação de um mesmo índice, apurado em vários anos, não prejudica a Análise Horizontal a ponto de se desprezar essa sistemática, muito pelo contrário: é um componente indispensável em análise financeira.

Como se pode verificar a utilização destas técnicas de análise, Horizontal e Vertical, devem ser utilizadas em conjunto. Conforme Matarazzo, Dante C., (1998, p.254), "Não se deve tirar conclusões exclusivamente da análise horizontal, pois determinado item, mesmo apresentando uma variação de 2000%, por exemplo, pode continuar sendo um item irrelevante dentro da Demonstração Financeira a que

pertence. (...) É desejável que as conclusões baseadas na Análise Vertical, sejam complementadas pelas da análise Horizontal".

Enquanto a análise através de índices financeiros é genérica, já que relaciona grandes itens das Demonstrações Financeiras e permite dar uma avaliação à empresa, a Análise Vertical e Horizontal entra no detalhe que não permite uma visão ampla. No entanto, a última possibilita localizar pontos específicos de problemas ou características e explicar os motivos da empresa estar naquela situação. Por outro lado a análise vertical traça a representatividade da conta ou grupo de contas e, consequentemente, sua importância no todo. Já a análise horizontal, verifica o comportamento delas no horizonte temporal; podendo indicar inclusive, uma tendência futura.

IV.7 Análise da Necessidade de Capital de Giro

IV.7.1 Definições

O que vem a ser o capital de giro de uma empresa? Certamente a expressão capital de giro é uma das mais utilizadas no meio empresarial. Não é para menos, pois é justamente aquele recurso que, dependendo da forma como é composto, determina e justifica a qualidade da base financeira de uma empresa; influenciando sensivelmente a sua gestão.

Ele é representado pelo volume de recursos envolvidos para que a entidade possa efetuar todas as etapas do seu ciclo operacional ou processo de atividade, dependentemente de seu setor de atuação; seja ele comercial, industrial ou de serviços. Dependente do setor de atuação, porque o setor

industrial possui todas as etapas, quais sejam: comprar, estocar, produzir (custear) e vender sua mercadoria. O setor comercial, no entanto, não possui a etapa produzir, e o setor de serviços não possui a etapa estocar.

Salvo raras exceções é um recurso que gira no curto prazo, estando na grande maioria das vezes, representado nas contas de circulante das Demonstrações Contábeis. Especialmente no caso da pequena e micro empresa, objetos dessa pesquisa, essa condição é totalmente válida.

Conclui-se ser correto afirmar que toda empresa possui uma determinada necessidade de Capital de Giro, a qual vai variar à medida de certas características da entidade. Alguns exemplos delas são: Seu tamanho, tipo de atividade, estratégia financeira adotada por seus administradores, etc (e influenciará sobremaneira a sua estrutura de capitais).

Conforme Matarazzo (1998, p.343): “*A Necessidade de Capital de Giro é a chave para a administração financeira de uma empresa. (...) é não só um conceito fundamental para análise da empresa do ponto de vista financeiro, ou seja, análise de caixa, mas também de estratégias de financiamento, crescimento e lucratividade*”.

Considerando-se os recursos necessários para a demanda da atividade operacional ou Objeto Fim da empresa, situando-se no Ativo e Passivo Circulante, pode-se agora dividi-lo em Circulante Operacional e Financeiro.

IV.7.1.1 Ativo Circulante Operacional

O Ativo Circulante Operacional é composto, basicamente, pelas contas: Clientes ou Contas a Receber, Estoques e Adiantamentos aos Fornecedores.

Representa os investimentos variáveis que a empresa necessita fazer para que possa se operacionalizar. É importante salientar a diferença entre investimentos fixos e variáveis. Os fixos são aqueles ligados às necessidades que independem da relação produção e capacidade instalada, enquanto que os variáveis estão ligados diretamente à elas.

O Ativo Circulante Operacional envolve valores totalmente dependentes da performance operacional da empresa.

IV.7.1.2 Ativo Circulante Financeiro

O Ativo Circulante Financeiro é composto, basicamente, pelas contas Disponível e Aplicações Financeiras. São valores de que a empresa dispõe com liquidez imediata, e que representam investimentos em sobras de caixa. Não são valores considerados operacionais, uma vez que a empresa não necessita desses recursos ali posicionados para executar sua atividade.

Obviamente, ter dinheiro em caixa é saudável financeiramente. Porém, não significa ser saudável operacionalmente. Por exemplo: A empresa pode dispor de recursos no caixa, mas uma de suas matérias-primas principais está em falta no mercado e ela não consegue adquirir. Logo, terá problemas operacionais.

IV.7.1.3 Passivo Circulante Operacional

O Passivo Circulante Operacional é composto, basicamente, pelas contas: Fornecedores, Contas à Pagar, Outras Obrigações e Adiantamentos de

Clientes. Em outras obrigações consideram-se todas as obrigações a pagar, ligadas diretamente à atividade da empresa, por exemplo: Salários, impostos etc.

Representam a fonte de financiamentos junto a terceiros que são consideradas não-onerosas, ou seja, não produzem custos adicionais àqueles já determinados em seu valor de face. Conforme Matarazzo (1998, p.344): “(...) *passivo circulante operacional* é o *financiamento* que decorre automaticamente das atividades de compra/produção/estocagem/venda (...”).

IV.7.1.4 Passivo Circulante Financeiro

O Passivo Circulante Financeiro é composto, basicamente, pelas contas: Financiamentos, Empréstimos Bancários e Desconto de Duplicatas. Representam fonte de financiamento onerosa, já que geram custo/despesa à medida que o tempo decorre; sendo essa apropriada de acordo com o regime de competência do exercício.

Tais empréstimos são solicitados justamente quando as fontes de recurso, provenientes do Passivo Circulante Operacional não são suficientes para os investimentos que se fizeram necessários no Ativo Circulante Operacional, o que na prática, ocorre em grande maioria das vezes.

IV.7.1.5 Necessidade de Capital de Giro

A situação mais comum é a do Ativo Circulante Operacional ser maior que o Passivo Circulante Operacional. Dessa equação obtém-se a chamada Necessidade de Capital de Giro.

A necessidade de capital de giro da empresa é então determinada pela diferença entre as necessidades de investimentos nas contas que requerem recursos para possibilitar sua atividade operacional (o Ativo Circulante Operacional), e as fontes de recursos que surgem naturalmente dessa atividade (o Passivo Circulante Operacional).

IV.7.2 Avaliação da Necessidade de Capital de Giro

Há situações em que a Necessidade de Capital de Giro pode ser negativa. A empresa possuiria uma atividade tal que lhe permitisse obter naturalmente mais fontes de financiamentos operacionais do que as necessidades de investimentos.

Para ilustrar; os supermercados, por exemplo. Compram a prazo de seus fornecedores no atacado e vendem à vista no varejo. Em que pese possuírem um prazo efetivo de estocagem, uma política de administração adequada dos estoques e uma logística bem implantada, certamente contribuirão para sobras de recursos no caixa.

Essa é a situação mais incomum verificada, principalmente junto a pequena e micro empresa. Na qual, invariavelmente, os sócios investem o capital próprio no ativo fixo. Montam o negócio e financiam a necessidade de

capital de giro com terceiros. Não significa dizer que necessidade de capital de giro financiada por terceiros é uma situação negativa, já que fontes de recursos adequadas e de custos que sejam inferiores à geração de caixa do negócio podem ser muito apropriadas. Essa, na verdade, é uma parte importante da contribuição do administrador financeiro para a empresa: Saber buscar a adequação entre a necessidade de capital de giro da empresa e a fonte mais adequada.

Conforme Matarazzo (1998, p.345):

Para financiar as necessidades de capital de giro, a empresa pode contar normalmente com três tipos de financiamentos: Capital Circulante Próprio; Empréstimos e financiamentos bancários de longo prazo; e Empréstimos bancários de curto prazo e descontos de duplicatas.

Como já visto anteriormente, o Capital Circulante Próprio, obtido da subtração do ativo permanente do patrimônio líquido, é, obviamente, a melhor fonte de financiamento. Trata-se de recurso próprio, sem ônus ou vencimento. Uma empresa que financia sua necessidade de capital de giro com recursos próprios, invariavelmente indica possuir uma base financeira sólida e, aparentemente, um estilo de administração conservador.

Empréstimos e financiamentos bancários de Longo Prazo também podem se constituir em fontes confortáveis de financiamento de Necessidade de Capital de Giro. Fala-se de um recurso de longo prazo, financiando uma situação de curto prazo, e isso possivelmente representará boa base financeira.

Empréstimos bancários e descontos de duplicatas por sua vez, são os recursos mais comuns verificados como fontes de financiamento de

necessidades de giro. Não são tão confortáveis quanto os dois anteriormente citados, mas geralmente, apresentam-se adequados quanto aos prazos. Vão se renovando à medida da atividade da empresa, e é a fonte de financiamento junto aos bancos, de maior oferta para a pequena e micro empresa. Requerem uma administração mais atenta e cuidadosa.

Em relação às Instituições Financeiras atualmente as operações mais comuns com pequenas e micro empresas são: Contas Garantidas¹⁸, Descontos de Duplicatas¹⁹, Limites em conta corrente²⁰, Contratos de Mútuo²¹.

Portanto, Avaliar a Necessidade de Capital de Giro da Empresa é determiná-la para depois verificar a forma com que vem sendo suprida. A avaliação não deve ser considerada isoladamente, como foi mostrado até aqui nas demais técnicas de análise de balanço. É necessário observar as situações e relacioná-las aos demais dados colhidos na análise.

IV.7.3 Variação das Necessidades de Capital de Giro

Fazer uma análise horizontal da necessidade de capital de giro da empresa é verificar as variações ocorridas neste item ao longo do tempo. Essa é uma técnica que traduz de maneira muito evidente o comportamento do ciclo

¹⁸ Conta vinculada à conta corrente com limite de crédito preestabelecido que pode ter como garantia desde um bem alienado, o próprio recebível da empresa, aval dos sócios etc. O prazo é de 90 dias, os juros são debitados mensalmente, e cobrados mediante a utilização por parte do cliente.

¹⁹ É a compra do recebível da empresa por parte da Instituição Financeira, com cláusula de co-responsabilidade, e com crédito do valor na conta corrente descontado o custo financeiro.

²⁰ É um tipo de cheque especial, só que para a pessoa jurídica. Disponibiliza-se um determinado limite em conta corrente, renovável a cada 90 dias, do qual são debitados os juros mensalmente mediante a utilização.

²¹ Financiamento de curto prazo, que pode ir de 10 a 90 dias, cujos recursos são liberados totalmente em conta corrente, e o pagamento mais os juros pode ser efetuado no final ou em parcelas mensais.

operacional e financeiro da empresa ao longo do tempo, além de também indicar tendências.

Quadro 2 - Apuração da NCG e sua variação

Empresa X

Ativo	20X1	20X2	Passivo	20X1	20X2
Ativo Circulante Financeiro	20	10	Passivo Circulante Financeiro	160	160
Caixa	5	10	Empréstimos	60	130
Bancos Cta Movimento	15	0	Desconto Duplicata	100	30
Aplicações Financeiras	0	0	Passivo Circulante Operacional	105	147
Ativo Circulante Operacional	370	480	Fornecedores	90	130
Clientes	150	190	Adiantamentos	0	0
Estoques	200	250	Salários a Pagar	5	5
Adiantamentos	20	40	Impostos a Recolher	10	12
Realizável a Longo Prazo	0	0	Exigível a Longo Prazo	105	197
Permanente	180	220	Patrimônio Líquido	200	206
Ativo Total	570	710		570	710

Necessidade de Capital de Giro 265 333

Variação da NCG 68

Fonte: Elaboração do autor

Supondo que os números apresentados na Demonstração Contábil de 20X1 e X2 sejam em moeda de poder aquisitivo constante, o exemplo no quadro anterior mostra o crescimento da necessidade de capital de giro em 68 unidades monetárias. Fora necessário, além dos investimentos que vinham sendo efetuados, mais esse montante. Em outras palavras, o Ativo Circulante Operacional cresceu mais que o Passivo Circulante Operacional.

Responder a questão, se isso foi bom ou ruim, é a tarefa a ser executada pelo analista. Para tanto, é necessário o detalhamento das variações ocorridas.

Segundo Matarazzo (1998, p. 360): “*A Necessidade de Capital de Giro é função do ciclo de caixa e das vendas de uma empresa. Isto significa que para cada volume de vendas existirá uma Necessidade de Capital de Giro, supondo-se que o ciclo de caixa permaneça constante*”.

Se as vendas crescem, naturalmente serão necessários mais investimentos porque haverá crescimento no mínimo, de contas a receber, estoques e fornecedores. Dessa forma, mantendo-se o ciclo de caixa constante, haverá maior necessidade de giro. Cabe ressaltar que, dentre os investimentos (no caso de crescimento das vendas) poderia haver inclusive, necessidade de inversões permanentes; elevando-se a capacidade produtiva. Isso contribui ou para diminuir o capital circulante próprio, sendo esses investimentos realizados com recursos da empresa; ou elevando-se o endividamento, se financiado através de Bancos.

Enfim, algo que de imediato parece muito bom, como crescimento de vendas, pode levar a empresa a uma situação de dificuldade financeira. O crescimento de vendas precisa ser estudado e planejado.

No quadro 2 observa-se que, aparentemente, houve crescimento de vendas. Gerou-se maior necessidade de giro, combinado com investimento em Permanente. Elevou-se assim o grau de endividamento bancário da empresa, uma vez que o lucro do período, conforme observado no crescimento do PL, não foi suficiente para suprir todo esse dispêndio.

IV.8 Análise do Fluxo de Caixa e Geração de Recursos

O objetivo da análise do fluxo de caixa de uma empresa e a apuração de sua capacidade de geração de recursos é verificar se ela foi auto-suficiente no financiamento de suas necessidades de giro, e qual sua capacidade de expansão com recursos próprios.

Ocorre que a Demonstração do Fluxo de Caixa é uma peça que normalmente não é divulgada pelas empresas. No caso da pequena e micro empresa, torna-se ainda mais raro ou pode-se dizer, quase inexistente.

Procura-se então construí-lo através da observação comparativa do Balanço e Demonstração de Resultado do Exercício.

Figura 6 - Demonstração de Fluxo de Caixa Construído

Demonstração do Fluxo de Caixa		
Resultado do exercício	(164)	
(-) Ajustes (Despesas e receitas não caixa)		
(+) Depreciação do exercício	150.	150.
Geração Bruta de Caixa	(14)	
Variação da NCG		
<i>Variação dos Fornecedores</i>	40.	
<i>Variação de Outros passivos operacionais</i>	2.	
<i>Variação de clientes</i>	(40)	
<i>Variação de Estoques</i>	(50)	
	(48)	
Geração Operacional de Caixa	(62)	
Variação dos Empréstimos bancários de Curto Prazo	0	
Geração Corrente de Caixa	(62)	
Variação dos itens permanentes de caixa		
<i>Aumento do Capital</i>	0	
<i>Dividendos</i>	0	
<i>Acréscimo de Imobilizado</i>	(40)	(40)
Variação dos itens não correntes		
<i>Aumento de financiamento de Longo Prazo</i>	92.	92.
Geração Líquida de Caixa	(10)	
(+) Saldo inicial de Caixa	20.	
(=) Saldo Final de Caixa	10.	

Fonte: Adaptado de Matarazzo, (1998: p. 376)

Como se pode notar na figura 6, a empresa fechou o ano com prejuízo líquido. Também não obteve geração bruta de caixa pelo desconto das despesas incorridas e não desembolsadas (depreciação).

Tendo dispendido maior quantidade de recursos para o seu giro adicionado a investimentos em imobilizações, recorreu a empréstimos bancários de curto e longo prazo para suprir a maior parcela dessas necessidades. O resultado disso foi a redução do seu saldo de caixa.

De forma sintética, pode-se dizer que essa companhia, nesse exercício, não obteve uma performance satisfatória em termos de resultado. Unindo esses resultados aos investimentos em imobilizado, se espera terem sido efetivamente necessários, determinou-se uma situação financeira desfavorável em relação a anterior.

Como em todas as técnicas verificadas anteriormente, a Demonstração do Fluxo de Caixa e Geração de Recursos também traz informações e permite retirar conclusões importantes. Porém, também possui suas limitações, as quais são ultrapassadas mediante a avaliação conjunta das demais técnicas verificadas até aqui.

De um modo geral a análise dos números das empresas, a partir de suas Demonstrações Contábeis, é efetuada mediante a observação conjunta dos índices econômicos e financeiros, da necessidade de capital de giro e suas variações e do fluxo de caixa e geração de recursos. Essa combinação, certamente irá oferecer ao analista uma boa visão do desempenho da empresa e traçar perspectivas futuras.

IV.9 – Modelos de análise e avaliação de empresas

Conforme Matarazzo, Dante C. (1998: p. 211): “*É comum dois analistas de balanços chegarem a conclusões diferentes a respeito de balanços de uma mesma empresa*”.

Comenta que a solução desse tipo de problema passa pela criação de um método para se chegar a uma única conclusão a respeito das demonstrações contábeis de uma empresa, independentemente do analista. Essa metodologia se traduz através de modelos de análise.

Também alerta para o fato de que, em se tratando de um modelo, as conclusões são relativamente genéricas e padronizadas. Por isso, são úteis para usuários de análise por atacado, como bancos e fornecedores.

No caso de avaliação pelas Instituições Financeiras das pequenas e micro empresas, pode-se afirmar que este tipo de técnica se enquadra com propriedade já que são, geralmente, créditos de valores menores para grandes quantidades de clientes.

Essa pesquisa restringiu-se a dois modelos de análise de empresas: O modelo de Matarazzo, Dante C, e o de Olinquevitch, José L. e Santi F°, Armando.

IV.9.1 – Modelo de Matarazzo

Baseia-se na análise fundamentada nos índices que são comparados aos padrões verificados para os ramos de atividade. O modelo apresenta os seguintes passos a serem seguidos:

1 – Listam-se os índices calculados para determinada empresa, quais sejam:

Estruturais:

Participação de Capitais de Terceiros

Composição do Endividamento

Imobilização do Patrimônio Líquido

Imobilização dos Recursos não Correntes

Liquidez:

Liquidez Geral

Liquidez Corrente

Liquidez Seca

Rentabilidade:

Giro do Ativo

Margem Líquida

Rentabilidade do Ativo

Rentabilidade do Patrimônio Líquido

2 – Usa-se a tabela de índices padrão para aquele ramo de atividade da empresa, na região em que está inserida.

Esse é o passo determinante do modelo de Matarazzo. Afirma que (1998, p.190): “A avaliação de um índice e a sua conceituação como ótimo,

bom, satisfatório, razoável ou deficiente só pode ser feita através da comparação com padrões."

Tabela 4 – Índices-padrão de 339 empresas do ramo de produtos elétricos e eletrônicos para 19x1.

Índices	1º Decil	2º Decil	3º Decil	4º Decil	Mediana	6º Decil	7º Decil	8º Decil	9º Decil
ESTRUTURA									
1 - CT/PL	47%	66%	85%	114%	146%	171%	218%	262%	430%
2 - PC/CT	52%	64%	73%	80%	86%	93%	100%	100%	100%
3 - AP/PL	22%	33%	42%	51%	57%	67%	81%	98%	130%
4 - AP/PL+ALP	20%	27%	34%	41%	47%	53%	61%	68%	83%
LIQUIDEZ									
5 - LC	0,84	0,97	1,06	1,13	1,23	1,37	1,55	1,74	2,22
6 - LG	1,04	1,19	1,30	1,43	1,54	1,70	1,93	2,22	2,76
7 - LS	0,50	0,66	0,76	0,87	0,98	1,08	1,22	1,38	1,37
RENTABILIDADE									
8 - V/AT	0,71	0,92	1,14	1,21	1,30	1,42	1,59	1,71	2,12
9 - LL/V	-2,8%	0,2%	1,3%	2,3%	3,4%	4,5%	6,7%	8,4%	12,2%
10 - LL/AT	-5,0%	0,3%	1,5%	3,2%	5,0%	6,9%	8,3%	11,1%	16,0%
11 - LL/PL	8,5%	2,0%	5,1%	9,2%	13,4%	16,6%	23,4%	32,1%	48,8%

Fonte: Matarazzo, Dante C. *Análise Financeira de Balanço* , 5^a ed. S.Paulo: Atlas, 1998.

Essa tabela baseia-se estatisticamente no conceito de mediana, em que são tabulados os índices do maior número possível de empresas de mesmo ramo de uma determinada região. Esses índices são colocados em ordem numérica crescente de modo que o universo seja distribuído em fatias, cada uma com 10% dos elementos.

Assim, pode-se dispor de informações que proporcionam uma excelente idéia de distribuição estatística dos índices tabulados. Para maior compreensão da tabela de índices-padrão recomenda-se a leitura do capítulo 7 da obra de Matarazzo, Dante C. *Análise Financeira de Balanço*.

3 – Confrontam-se os índices da empresa com os padrões apresentados na tabela.

Nesse passo basta admitir os índices da empresa que está sendo avaliada e compará-los com a tabela de índices padrão para aquele ramo de atividade. Cada índice vai apresentar uma posição aproximada em relação à mediana e aos decís da tabela.

Para ilustrar, considere hipoteticamente, que uma determinada empresa apresente o posicionamento de seus índices conforme a indicação no contorno apontado na tabela 6 acima. Nesse caso a referida empresa estaria apresentando índices muito próximos da média do setor.

4 – Avalia-se os índices da empresa em questão em função das suas posições relativas aos padrões.

O quadro abaixo indica os conceitos atribuídos aos índices segundo sua posição relativa na tabela de padrões.

Atribuir conceito aos índices é parte de um processo de avaliação desses índices. Esse processo se inicia na descoberta dos indicadores, no caso os índices apontados; depois na definição de seu comportamento (quanto maior melhor, quanto menor melhor, ou ponto ótimo em torno de um parâmetro); em seguida a tabulação com padrões e, finalmente, a escolha dos melhores indicadores bem como a atribuição de pesos aos mesmos.

Para a atribuição de pesos aos índices, Matarazzo, Dante C. (1998, p.191), justifica:

Uma vez avaliado cada um dos índices, através da comparação com os padrões, suponha-se que a um tenha sido dada

a avaliação ótimo, a outro a avaliação razoável, e a outro deficiente. Afinal, qual será a avaliação da empresa? Depende da importância de cada um, ou seja, do peso que se atribui a cada índice. Essa tem sido uma questão fundamental desde os primórdios da análise de balanços. Alexander Wall, primeiro a se preocupar com isso, propôs, em 1914, uma fórmula matemática para avaliar a empresa, baseando-se nos índices e nos respectivos pesos. Essa fórmula, do ponto de vista prático, não tinha nenhuma utilidade mas teve a virtude de lançar a idéia de pesos. Modernamente, muitos pesquisadores, através de pesquisa de campo, têm tentado encontrar os pesos ideais; tomam empresas falidas e testam, através de técnicas matemáticas e estatísticas e auxiliados por computadores, quais os pesos que, se tivessem sido usados antes da falência, poderiam ter levado ao máximo acerto possível as previsões. Além disso, nunca deve ser esquecida a importância atribuída a cada índice pelos analistas de grande experiência em análises de empresas. Aliás, as técnicas matemáticas e estatísticas ainda não superaram, em termos de emprego de massa, a opinião dos analistas quanto a importância dos índices.

Sendo assim, pode-se concluir que: A atribuição de pesos embora possa ser vista como uma matéria altamente científica, não deixa de possuir algo de absolutamente intuitivo.

Recomenda-se a leitura dos apêndices 1 e 2 do Capítulo 8 da obra de Matarazzo, Dante C, *Análise Financeira de Balanços*, onde é abordada detalhadamente a questão da atribuição de pesos.

Quadro 3 – Conceitos atribuídos aos índices segundo sua posição relativa.

ÍNDICES DO TIPO QUANTO MENOR MELHOR														
Piso	1º Decil	2º Decil	3º Decil	4º Decil	Mediana	6º Decil	7º Decil	8º Decil	9º Decil	Teto				
Conceito		Otimo		Bom		Satisfatório		Razoável		Fraco		Deficiente		Péssimo
Nota	10	9	8	7	6	5	4	3	2	1	0			

ÍNDICES DO TIPO QUANTO MAIOR MELHOR											
Conceito	Péssimo	Deficiente	Fraco	Razoável	Satisfatório	Bom				Ótimo	
Nota	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

Índices quanto menor melhor: Estruturais

Índices quanto maior melhor: Liquidez e Rentabilidade

Fonte: Adaptado de Matarazzo, Dante C. *Análise Financeira de Balanços*. 5ª ed. S.Paulo:Atlas, 1998.

5 – Avalia-se de maneira geral a situação da empresa.

Aqui já é conhecida a avaliação de cada índice da empresa, o que está bom e o que está ruim individualmente, bastando agora avaliá-los globalmente.

Matarazzo propõe fórmulas matemáticas para obtenção de notas de avaliação de grupos de índices, estrutura, liquidez e rentabilidade. Ou apenas, nota global da empresa, que são explicadas nos apêndices 1 e 2 do capítulo 8 da obra *Analise Financeira de Balanços*.

IV.9.2 – O Modelo de Olinquevitch e Santi Filho

Nesse modelo os autores desenvolveram um processo de reclassificação do balanço, extraíndo quatro variáveis denominadas variáveis empresariais. São elas: NLCDG – Necessidade Líquida de Capital de Giro; T – Tesouraria; LP – Longo Prazo; e CDG – Capital de Giro.

Essas quatro variáveis é que fornecem o modelo sobre a situação econômica e financeira da empresa. Os autores argumentam que é possível, por intermédio da análise do comportamento delas, detectar os principais problemas que afetam a empresa e quais as medidas necessárias para corrigir a rota.

IV.9.2.1 – As Variáveis do Modelo

IV.9.2.1.1 – Necessidade Liquida de Capital de Giro – NLCDG

Para o cálculo da variável NLCDG, os autores partem em princípio, de uma condição básica, que seria a reclassificação das contas de circulante do balanço. Separando, inicialmente, aquelas contas que guardam relação direta com a atividade operacional da empresa das demais contas.

Por exemplo: Estoques, duplicatas a receber, despesas antecipadas, adiantamentos, fornecedores, obrigações trabalhistas e obrigações fiscais. São essas algumas das principais contas que possuem relação direta com a atividade operacional da empresa. Enquanto que: Caixa, bancos, aplicações financeiras, duplicatas descontadas, empréstimos, etc; seriam contas que possuem relação indireta com a atividade operacional da empresa.

Dessa forma, as contas que possuem relação direta com a atividade operacional da empresa, apresentam características importantes. Expressam aplicações e fontes permanentes de recursos, e são contas que se renovam periodicamente de acordo com os prazos das operações. Nesse sentido, os autores conceituam-nas no modelo como Aplicações de Capital de Giro (no

caso das contas ativas) e Fontes de Capital de Giro (no caso das contas passivas).

Isso determina o cálculo da NLCDG. Sempre que as aplicações de capital de giro forem maiores que as fontes de capital de giro, teremos a indicação de que a empresa necessita de recursos para financiar o giro dos negócios. Por outro lado, sempre que o valor das fontes de capital de giro for maior que o valor das aplicações de capital de giro, teremos a indicação de que a empresa não necessita de recursos para o giro do negócio.

Dessa maneira, podemos definir a NLCDG como:

NLCDG = Aplicações de Capital de Giro – Fontes de Capital de Giro = Contas a Receber + Estoques + Adiantamentos a Fornecedores + Despesas Antecipadas – Fornecedores – Adiantamentos de Clientes – Obrig. Fiscais – Obrig. Trabalhistas

IV.9.2.1.2 – Tesouraria - T

A segunda variável do modelo, também calculada a partir da reclassificação das contas do balanço, é a que trata das outras contas do grupo do Ativo e Passivo Circulante.

Tesouraria define-se pela diferença entre outras contas do Ativo Circulante e outras contas do Passivo Circulante.

T = Outros Contas do Ativo Circulante – Outras Contas do Passivo Circulante = Banco + Aplic. Financeiras + Outros Créditos – Duplicatas Descontadas – Empréstimos – IR e Contrib. Social – Dividendos – Outras Contas a Pagar

IV.9.2.1.3 – Capital de Giro - CDG

Os Autores denominam CDG – Capital de Giro, a parcela dos recursos próprios da empresa disponíveis para aplicação. É obtido contabilmente pela formulação abaixo:

$$\text{CDG} = \text{Patrimônio Líquido} - \text{Ativo Permanente}$$

Representa aquela parcela de recursos próprios que não está aplicada no Ativo Permanente, portanto, disponível para outras aplicações.

IV.9.2.1.4 – Longo Prazo – LP

É a variável que expressa em termos líquidos a presença de fontes ou aplicações de recursos de longo prazo na atividade da empresa. É obtida pela seguinte formulação contábil.

$$\text{LP} = \text{Exigível a Longo Prazo} - \text{Realizável a Longo Prazo}$$

IV.9.2.2 – Os passos para aplicação do modelo

O primeiro passo é a comparação entre as variáveis NLCDG e CDG. Qual seria a necessidade de capital de giro para a atividade operacional da empresa contra a disponibilidade de capital de giro próprio para outra aplicação que não no permanente.

Em outras palavras, verificar a disponibilidade ou não de recursos para financiar o giro dos negócios.

Conforme Olinquevitch e Santi Filho (1993, p.117), após esse primeiro passo os passos seguintes seriam: “*Avaliar a magnitude do ‘buraco’ ou da folga financeira (distância entre as variáveis NLCDG e CDG); examinar a forma de cobertura/aplicação da defasagem; e identificar as tendências das duas variáveis*”.

Olinquevitch e Santi Filho (1993, p.117), nessa lógica enfatizam o chamado “efeito tesoura”.

A tendência das variáveis empresariais NLCDG e CDG aponta para uma análise prospectiva da situação econômico-financeira da empresa. No caso do valor da NLCDG apresentar-se maior do que o valor da CDG e esta defasagem (ou este ‘buraco’ financeiro) aumentar em períodos subseqüentes, teremos uma clara tendência ao desequilíbrio econômico-financeiro. ... a situação econômico-financeira de uma empresa, caminhando para o desequilíbrio econômico-financeiro, aumentando, portanto, a defasagem entre o valor da NLCDG e o CDG, e cobrindo este ‘buraco’ financeiro com recursos de curto prazo (Tesouraria Negativa), estaria sob o Efeito Tesoura.

Dessa maneira, o exame das causas do comportamento das variáveis NLCDG e CDG levará às conclusões a respeito dos motivos que estão colocando a empresa sobre o efeito tesoura.

Convém ressaltar que esta situação poderia, em determinados casos, ser atenuada pela presença de recursos líquidos de longo prazo (variável LP). A presença desta variável positiva poderia cobrir a defasagem entre a NLCDG e a CDG, diminuindo o efeito tesoura.

Enfim, essa é a estruturação do modelo. A partir da reclassificação das contas do balanço, analisando-se pelo menos dois períodos subsequentes, as quatro variáveis definidas irão proporcionar conclusões bastante significativas sobre o comportamento da situação econômica e financeira da empresa.

V UMA PESQUISA EXPLORATÓRIA SOBRE A INFORMAÇÃO FINANCEIRA DA PEQUENA E MICRO EMPRESA

Dando continuidade à linha de pesquisa adotada, após a leitura dos capítulos III e IV relativos à Estrutura das Demonstrações Contábeis e as Técnicas de Análise dessas Demonstrações, respectivamente; insere-se no contexto da avaliação econômica e financeira das empresas (ou na análise dessas informações).

Admite-se inicialmente que, em primeiro lugar, a avaliação econômica e financeira de uma empresa somente é possível se verificados e decifrados os seus números financeiros. Em segundo lugar, que essa avaliação é inexoravelmente necessária em qualquer análise de empresa.

Informações mercadológicas, aceitação ou participação de seus produtos no mercado, nível tecnológico, marketing, são informações importantes. Devem ser consideradas no contexto global de avaliação de uma empresa, mas não permitem caracterizar a situação financeira naquele momento.

Dessa forma, se as Demonstrações Contábeis são o veículo formal e oficial que disponibilizará essas informações, então é a partir do conhecimento delas que essa pesquisa está baseada.

Ocorre no entanto que, conforme abordado na questão problema desse trabalho, as pequenas e micro empresas, em raros casos, possuem uma contabilidade dentro dos preceitos e técnicas que possibilitariam disponibilizar as Demonstrações Contábeis adequadamente. Pelo contrário, em muitos casos

não há sequer a escrituração e portanto, provavelmente não há também Demonstrações Contábeis.

Mesmo assim, admitem-se outras duas situações fundamentais nesse trabalho. Primeiro que, se a informação contábil e financeira é fundamental e necessária, então ela tem que ser captada. Segundo que, se a empresa ou entidade existe e está operacionalmente funcionando, então a informação também existe; embora possa não estar formalmente disponibilizada.

Nesse sentido, esse trabalho incluiu duas formas de pesquisa exploratória. A primeira através de um questionário junto a gerentes comerciais e analistas de crédito (anexo M), representando dez bancos diferentes. A segunda através da coleta de material relativo aos modelos de formulários de captação da informação contábil e financeira das pequenas e micro empresas, de cinco dentre essas dez instituições.

Cabe ressaltar que, todas as Instituições Financeiras selecionadas têm seus nomes preservados. A escolha das mesmas foi feita com base no conhecimento pessoal do autor junto aos funcionários desses bancos, que colaboraram espontaneamente.

V.1 A Aplicação do Questionário

As questões foram elaboradas buscando direcionamento ao problema da informação contábil e financeira para a avaliação da situação econômico-financeira, quando da solicitação de crédito por uma pequena ou micro empresa.

Foram efetuadas 12 perguntas que estão discriminadas e, suas respostas, comentadas conforme segue.

1 – Quando do pleito de crédito junto ao banco por parte de um cliente pequena ou micro empresa, são solicitadas as informações financeiras desse cliente?

Em 100% dos casos a resposta foi sim, ou seja, todas as instituições solicitam informações financeiras para os clientes, pretensos tomadores de crédito.

2 – Como a Instituição Financeira solicita essa informação?

Foram dadas cinco alternativas não excludentes, podendo o entrevistado responder a mais de uma opção se fosse o caso, e as respostas foram as seguintes:

- Através da apresentação de Demonstrações Contábeis 40%
- Através de formulários próprios da instituição 100%
- Através de carta formal do cliente 30%
- Através do gerente da conta, verbalmente 20%
- Outras formas 0 %

Ficou claro que a preferência pela informação através dos modelos dos bancos é o que norteia o crédito para este tipo de cliente.

3 – Os gestores de micro e pequenas empresas, na maioria das vezes, fornecem dados financeiros através de demonstração contábil?

Em 90% dos casos a resposta foi não e, apenas um afirmou que sim. Essa é uma realidade que a pesquisa apenas confirma, pois a preferência dos bancos pelos modelos próprios indica essa tendência.

4 – Se a resposta anterior foi NÃO; por quê? Qual sua opinião?

50% dos entrevistados opinou que o fato da legislação desobrigar as pequenas e micro empresas de escrituração contábil, torna difícil a informação através da Demonstração Contábil. Enquanto que 25% alegaram que balanços apenas atendem a fins fiscais. 25% disseram que a instituição simplesmente aceita a substituição pela declaração IRPJ.

5 – As informações fornecidas de alguma forma que não seja através de Demonstração Contábil são checadas/confirmadas? De que maneira?

90% dos entrevistados alegaram que a checagem da informação não é viável de uma maneira formal, mas é feita através da verificação da coerência dos dados informados; tanto em relação ao movimento da conta no banco, como comparativamente a dados fornecidos anteriormente.

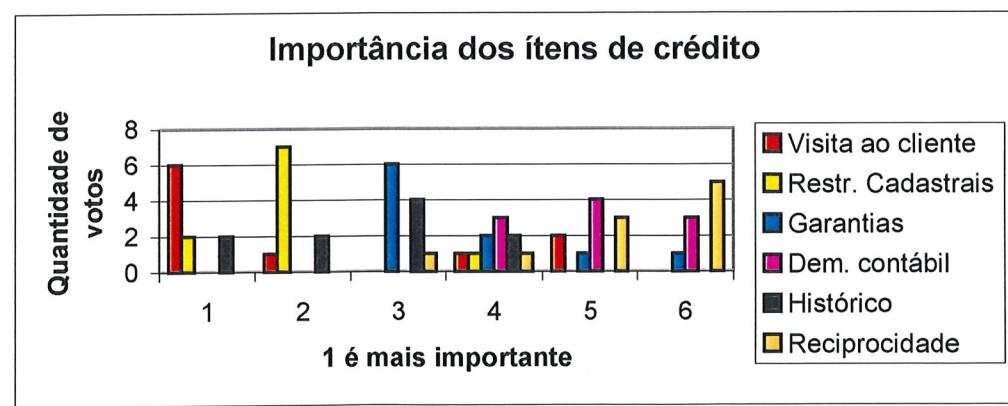
6 – A instituição aplica algum modelo específico de análise econômica e financeira para pequena e micro empresa? Qual?

Para 80% dos entrevistados, no caso de micro e pequenas empresas, as instituições desenvolveram sistemas de cálculo denominados credit scoring. São sistemas que pontuam o cliente através de informações financeiras coletadas dos formulários, outros dados cadastrais, e também do comportamento de sua conta ou relação com o banco.

7 – Se os itens abaixo fossem colocados por ordem de importância (1 para o mais importante e 6 para o menos importante), como você classificaria essa ordem se estivesse avaliando atualmente um crédito para a micro e pequena empresa?

O gráfico abaixo sintetiza as respostas obtidas em relação aos 6 itens selecionados: visita ao cliente, restrições cadastrais, garantias, demonstração contábil, histórico e reciprocidades.

Gráfico 3 – Classificação da Importância dos Itens de Crédito



Visita ao cliente, é considerado o item mais importante para a maioria, enquanto que restrições cadastrais ocupam a segunda posição em importância. Garantia do crédito o terceiro item mais considerado.

A demonstração contábil tende a ser um dos itens menos importantes na avaliação de um crédito para a pequena e micro empresa, assim como a reciprocidade do cliente, ficando o histórico do mesmo como um item que navega na linha da importância relativa. Pode ser fator negativo do crédito se for ruim, mas não decidirá a favor se for bom.

8 – Se as Demonstrações Contábeis da pequena e micro empresa obedecessem aos mesmos critérios das grandes empresas: Publicadas, auditadas independentemente, etc; você acredita que o resultado seria (...)

Nessa questão foram colocadas três alternativas. Os bancos exigiriam menos garantias; o mercado de crédito para o segmento se desenvolveria; ou não haveria mudança significativa.

Essa resposta foi exatamente dividida entre: 50% acreditando que o mercado de crédito se desenvolveria e 50%, de forma totalmente oposta, acreditando que não haveria mudança muito significativa. Ninguém opinou na questão da garantia do banco.

9 – Você acredita que as demonstrações contábeis também permitem aos gestores das empresas o acesso a uma quantidade de informações que auxiliam na gestão de seu próprio negócio? Por quê?

Em 80% dos casos os entrevistados acreditam que sim. Inclusive atentando para situações interessantes como o fato da demonstração contábil separar a figura do sócio da empresa ser também ferramenta para elaborar projeções e melhorar a forma, até certo ponto empírica, com que os gestores de micro e pequenas empresas passam a sensação de administrarem-nas.

10 – Quais os dois tipos mais comuns de operações com clientes micro e pequenas empresas?

Nessa questão foram dadas cinco alternativas, quais sejam: capital de giro de curto prazo, cheque especial empresa, capital de giro de longo prazo, financiamentos para investimentos e outros.

Em 100% dos casos foram apontadas as duas primeiras alternativas, em que negócios com a pequena e micro empresa, somente no curtíssimo prazo.

11 – Qual o tipo de garantia mais comum nas operações realizadas?

Nessa indagação também foram dadas cinco alternativas, sendo: aval dos sócios, recebíveis, alienação fiduciária, hipotecas e outros. Novamente em 100% dos casos foram apontados os recebíveis como a garantia mais comum nas operações (descontos de duplicatas e cheques e antecipação de créditos de cartões). A garantia aval dos sócios também foi bastante indicada, porém trata-se de uma garantia obrigatória para qualquer operação.

12 – Você acredita que é possível avaliar e decidir sobre um crédito para uma pequena ou micro empresa sem ter as informações financeiras? Por quê?

60% dos entrevistados acreditam que não. Por vários motivos, tal como a confiança, já que o empresário tem que confiar seus números para receber crédito do banco ou até para se saber o tamanho do negócio. 40% acharam que sim, seria possível. Principalmente em função da garantia oferecida e do histórico do cliente no banco. Ou seja, informações que a organização dispõe e que embora não sejam financeiras, em pequenos negócios contribuem para a decisão.

V.2 Os Modelos de Formulários Selecionados

Os cinco modelos de coleta de dados selecionados, conforme anexos (Banco 1, 2, 3, 4 e 5), apresentam uma quantidade considerável de informações a serem preenchidas pelas empresas. Variam desde as financeiras até àquelas que cada uma das instituições julgue importante.

Ressalta-se aqui que esses modelos visam à análise e avaliação da empresa com o objetivo de conceder crédito e, portanto, abordam todos os pontos que cada instituição julgue necessário para essa avaliação. O que esse trabalho não está questionando, ou seja, vai-se atentar apenas às informações de cunho contábil e financeiro.

Quais são as informações solicitadas e que base elas trazem para a aplicação das técnicas e modelos de avaliação econômica e financeira da empresa é o objetivo.

O primeiro modelo selecionado, o qual denominaremos a partir daqui de Modelo 1, conforme Anexo H, é de um grande banco privado nacional. Trata-se de uma ficha cadastral nos moldes do modelo aprovado pelo Banco Central do Brasil e pela Febraban²², obrigatória para qualquer cliente de Banco. Requer assinaturas, tanto da empresa como do gerente de relacionamento da Instituição Financeira, comprometendo-se ambos com as informações ali prestadas. O título do documento é Cadastro de Pessoa Jurídica. Sua característica principal é tratar-se de um documento obrigatório, independentemente do relacionamento da empresa com o Banco.

O segundo modelo selecionado, cujo nome do documento é Cadastro de Informações Pessoa Jurídica, que denominaremos Modelo 2, Anexo I desse trabalho, é de um grande banco multinacional, composto de quatro páginas com vários tipos de informações. Sua característica principal é a preocupação com dados patrimoniais da empresa e sócios, bem como os relacionamentos. É também um documento formal de assinaturas obrigatórias.

²² Federação Brasileira das Associações de Bancos. Entidade que reúne os bancos instalados no Brasil.

O terceiro modelo selecionado, que denominaremos Modelo 3, conforme Anexo J, é de um Banco nacional de médio porte. Apresenta-se numa planilha comum, pois, depois dos dados coletados eles são transcritos pelo gerente para uma proposta de crédito eletrônica no sistema. Sua característica principal é a preocupação com os dados financeiros da empresa, principalmente os circulantes. Não é obrigatório para todos os clientes, apenas para aqueles solicitadores de crédito. A responsabilidade da informação é do gerente.

O quarto modelo selecionado é de um banco multinacional de médio porte, composto por duas páginas, de preenchimento obrigatório apenas para os solicitadores de crédito. Sua característica básica é também a preocupação com os dados financeiros da empresa. Denominaremos Modelo 4, conforme Anexo K deste trabalho. A responsabilidade do preenchimento e veracidade das informações é do gerente da instituição.

O quinto e último modelo é também de um banco multinacional de médio porte, que denominaremos Modelo 5, conforme Anexo L deste trabalho. É composto por três páginas de informações; obrigatório apenas para clientes com relacionamento de crédito com o banco. Sua característica principal é a preocupação com os dados financeiros da empresa e o enquadramento às suas políticas de crédito. A responsabilidade da informação é do gerente, uma vez que não é exigida assinatura do cliente mediante as informações prestadas.

Para uma primeira impressão, pode-se notar que as grandes instituições são as que procuram situações mais formais, documentos obrigatórios e comuns para toda a clientela. Aparentemente, suas políticas para pequena e

micro empresa estão ligadas à questão das alçadas²³ nas suas filiais. Já as Instituições menores possuem documentos próprios de coleta de informação, aparentemente mais voltados para o detalhamento das informações financeiras.

V.2.1 A Incidência de Dados

Nesse tópico, procura-se verificar quais seriam as informações contábeis ou financeiras solicitadas nos modelos selecionados. A tabela abaixo procura constatar a incidência dos dados solicitados, possibilitando assim a visualização das preocupações das instituições na captação da informação financeira da pequena e micro empresa.

²³ Alçadas são valores limitados, que variam dependentemente do porte da agência, ou outro critério qualquer por opção da instituição, que são concedidos aos administradores das filiais (agências bancárias) para tomarem decisões acerca dos negócios no dia-a-dia.

Tabela 5 - Incidência de dados contábeis nos formulários

Tabela de Verificação de Incidência de dados							
Dados solicitados	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3	Modelo 4	Modelo 5	Total	%
Ativo Circulante			1	1	1	3	60%
Disponibilidades			1	1	1	3	60%
Contas a Receber			1	1	1	3	60%
Estoques	1	1	1	1	1	5	100%
Outros Circulantes					1	1	20%
Realizável a Longo Prazo						0	0%
Permanente						0	0%
Investimento						0	0%
Imobilizado				1		1	20%
Diferido						0	0%
Passivo Circulante			1	1	1	3	60%
Fornecedores			1	1	1	3	60%
Endividamento Bancário	1	1	1	1	1	5	100%
Salários + Encargos		1	1	1	1	4	80%
Impostos			1	1	1	3	60%
Outros circulantes			1	1	1	3	60%
Exigível a Longo Prazo			1	1	1	3	60%
Patrimônio Líquido						0	0%
Capital social	1	1				2	40%
Reservas						0	0%
Lucros acumulados						0	0%
Vendas Brutas	1	1	1	1	1	5	100%
Vendas Líquidas			1	1		2	40%
Custo do Produto				1		1	20%
Resultado Bruto						0	0%
Despesas Operacionais						0	0%
Resultado Operacional			1			1	20%
Outras desp/receitas						0	0%
Resultado líquido		1	1			2	40%
						0	0%
Prazo médio de pagamento		1	1	1		3	60%
Prazo médio de recebimento		1	1	1		3	60%
Prazo de renovação estoques				1		1	20%
Elaboração do autor							

A tabela foi construída com um direcionamento às Demonstrações Contábeis, base dessa pesquisa, fundamentalmente o balanço e a demonstração de resultado do exercício. Haja vista que, para as pequenas e micro empresas, estas são as demonstrações principais. Com base na estatística descritiva, verificou-se o número de ocorrências de cada solicitação

por item de informação contábil e financeira, relacionando-o à sua representatividade no total da amostra.

Conforme se pode notar, as maiores ocorrências de solicitações de dados financeiros encontram-se no passivo e no ativo circulantes, nos prazos de recebimento e pagamento, bem como no montante de vendas brutas.

Outra observação importante é que nos grandes bancos, casos dos modelos 1 e 2, as solicitações de informação limitam-se ao endividamento bancário, capital social, vendas brutas e estoques. Referências típicas de enquadramento a políticas do tipo endividamento frente ao capital social ou vendas em relação aos estoques, sem nenhuma preocupação com uma avaliação econômica e financeira melhor fundamentada.

Aparentemente não há preocupação com a informação relativa aos resultados da empresa, pois apenas dois dos modelos selecionados requerem essa informação.

Nos cinco modelos selecionados apenas os itens estoques, endividamento bancário e vendas brutas aparecem em 100% dos casos. Enquanto que salários mais encargos são solicitados em 80% dos formulários.

A maior incidência de dados solicitados verifica-se em 60% dos modelos de formulários selecionados, quais sejam: Ativo Circulante, abrindo disponibilidades e contas a receber; Passivo Circulante, abrindo endividamento bancário (que aparece em 100% dos formulários conforme já mencionado); fornecedores; impostos e outros; além de prazos médios de pagamento e recebimento.

Em 40% dos formulários, 2 modelos de duas instituições de grande porte solicitam o montante do capital social das empresas. Enquanto que em apenas

20% dos formulários é solicitado algum dado do permanente, ou de resultado da empresa como lucro operacional e líquido.

V.2.2 A Relação dos Formulários de Coleta com as Técnicas e Modelos de Análise

Os dados coletados nos modelos de formulários apresentados permitem inferir que:

- 1 – Não há uma preocupação com a obtenção dos dados de forma simétrica à estrutura das Demonstrações Contábeis, conforme determina a regra de formatação das Demonstrações. As atenções voltam-se, geralmente, apenas para os itens circulantes do ativo e passivo. Informações relativas ao Patrimônio e ao Permanente são praticamente descartadas.
No que se refere à Demonstração de Resultados a situação é ainda pior, visto que 100% dos modelos selecionados preocupam-se apenas com a informação a respeito do volume de vendas.
- 2 – O próprio formulário já tem um padrão definido, dessa maneira, a padronização das informações solicitadas decorrem por si só (sem os efeitos benéficos comentados no capítulo IV para quem está avaliando a empresa).
- 3 – A análise vertical e horizontal fica comprometida, já que não há informações suficientes para se observar parâmetros de comparação ou grandezas percentuais. No caso da análise horizontal, considerando que se as informações coletadas forem armazenadas em arquivos eletrônicos, e sendo os formulários solicitados aos clientes a cada três meses, nesse

caso tornar-se-ia possível uma análise horizontal apenas sobre as contas cíclicas da empresa.

- 4 – A apuração de índices de estrutura e rentabilidade ficam totalmente comprometidos. Os índices de endividamento e liquidez parcialmente comprometidos, com maior grau para o de endividamento, pois sua comparação somente poderá se realizar mediante as vendas. Restam os índices de liquidez, neste caso, corrente e seca, pois as informações limitam-se aos itens circulantes.
- 5 – A avaliação das necessidades de capital de giro, cuja técnica de apuração envolve apenas as contas circulantes, pode ser realizada mediante as informações coletadas dos Modelos de Formulários. Porém, a observação do seu comportamento, das variações da necessidade de giro, parte mais importante e que complementa a técnica, irá depender do armazenamento de informações anteriores.
- 6 – Não é possível inferir a respeito da condição de geração de caixa da empresa mediante à essas informações. A sensibilidade do avaliador ficará apenas no nível de endividamento da empresa no tempo. Teoricamente, se subir não estará gerando caixa suficiente; se cair, o contrário. Conquanto, não haveria como considerar que isso seja análise econômica e financeira de uma empresa.
- 7 – A aplicação dos modelos de análise tanto de Matarazzo como de Olinquevitch e Santi Filho ficam também bastante comprometidos, pois os formulários não disponibilizam as informações necessárias à apuração adequada dos índices e das variáveis dos modelos.

V.3 Análise das Hipóteses Formuladas

Inicialmente é conveniente efetuar-se essa análise a partir das hipóteses adjacentes para, posteriormente, chegar-se à hipótese básica da pesquisa.

Hipóteses adjacentes.

1 – Os gestores da pequena e micro empresa fornecem os dados às instituições financeiras através das demonstrações contábeis.

Essa hipótese fica refutada não somente pela pesquisa aplicada junto aos funcionários de áreas de crédito e gerência comercial das dez instituições selecionadas, cujas respostas foram em 90% negativas com relação ao fornecimento das demonstrações contábeis por parte dos gestores de micro e pequenas empresas, como também pela própria postura das instituições que solicitam os dados financeiros através de formulários próprios.

Essa situação pode ser verificada através da segunda pergunta do questionário, em que cinco alternativas de formas de coleta de informações contábeis e financeiras das pequenas e micro empresas, incluindo a solicitação de demonstrações contábeis, 100% dos casos apontaram para os formulários das instituições.

Os entrevistados demonstraram que, quer seja pela falta de incentivo da legislação fiscal ou pelo desconhecimento dos gestores da pequena e micro empresa da contabilidade, as demonstrações contábeis nesse segmento são praticamente desconsideradas.

2 – As instituições financeiras criam mecanismos para buscar junto à micro e pequena empresa os dados contábeis e financeiros que julguem necessários para a avaliação econômica e financeira dessas empresas no momento de solicitação de crédito.

Essa hipótese fica corroborada. Pois, em que pese os mecanismos de busca de informação por parte das instituições financeiras junto às pequenas e micro empresas serem pouco abrangentes e trabalharem com um horizonte de não mais do que dois ou três meses, eles existem e são obrigatórios em seu preenchimento por parte das empresas/clientes tomadores de crédito. Ou seja, é fato que existe um procedimento de coleta de informações por parte das instituições financeiras.

A análise da primeira hipótese adjacente também confirma isso no questionário aplicado, tanto que a busca das informações se dá através de formulários pertinentes de cada instituição.

Dessa forma, pode-se considerar que há um esforço por parte das instituições financeiras em obter informação contábil e financeira das pequenas e micro empresas. Corroborando assim essa hipótese, muito embora aparentemente, distante de qualquer tendência de se elevar o volume das carteiras de crédito e estabelecer-se um vínculo ou comprometimento com a evolução daquele negócio.

3 – Os mecanismos de busca da informação contábil e financeira junto à micro e pequena empresa pelas Instituições Financeiras, proporcionam dados

suficientes à adequada condição para utilização das técnicas e aplicação dos modelos de análise e avaliação econômica e financeira através das demonstrações contábeis.

Esse mecanismo, definido pelos formulários de preenchimento obrigatório, aponta para uma preocupação quase que exclusiva com as contas cíclicas da empresa. Não com sua estrutura, perspectivas, envolvimento de capital próprio e rentabilidade, dentre outras, conforme se pode observar nos modelos de captação da informação evidenciados neste trabalho.

Fundamenta-se essa afirmação com a pesquisa bibliográfica a respeito da Estrutura das Demonstrações Contábeis. Comparada aos formulários apresentados, expõe a distância existente entre a pluralidade de informações disponibilizadas pelas demonstrações, bem como seu significado e importância; e as informações que são solicitadas nesses modelos de formulários de coleta de informações financeiras.

Essa hipótese também é refutada. Os dados buscados pelas Instituições Financeiras para a avaliação das pequenas e micro empresas não possibilitam uma utilização adequada e satisfatória tanto das principais técnicas de análise e avaliação econômica e financeira das empresas, como também dos modelos de Matarazzo e Olinquevitch e Santi Filho.

Possibilitam uma utilização parcial, bem abaixo do que se pode obter aplicando-se o conjunto de índices apropriados a avaliação das necessidades de capital de giro e a verificação da capacidade de geração de caixa da empresa.

Conforme se observa em face da pesquisa bibliográfica no capítulo IV, relativa às técnicas e modelos de análise e avaliação das Demonstrações Contábeis, as possibilidades de uma correta avaliação mediante informações sustentadas são extremamente factíveis. A boa técnica, aplicada a um conjunto de informações representativo, certamente resultará em adequadas avaliações.

Hipótese básica

A apresentação de demonstração contábil pela pequena e micro empresa com o objetivo de obtenção de crédito junto à instituições financeiras, proporciona a visualização das informações de forma suficiente e adequada. Conseqüentemente, maior eficácia quando da análise econômica e financeira no processo de avaliação de crédito.

Quanto a análise das hipóteses adjacentes, considerando os formulários de coleta de informações financeiras das instituições e o questionário aplicado junto aos analistas de crédito e gerentes dos bancos, somadas a pesquisa bibliográfica do trabalho; conclui-se que corroboram a hipótese básica.

Primeiro porque a estrutura das demonstrações contábeis permite uma disponibilidade das informações econômicas e financeiras da empresa. De tal forma que, aplicando-se as técnicas disponíveis de avaliação, pode-se inferir com alto grau de confiabilidade sobre sua performance.

Se as técnicas e modelos de avaliação expostas no capítulo IV comprovam isto, então a apresentação de demonstração contábil pela micro e pequena empresa, certamente contribuiriam para melhorar sua avaliação.

Segundo porque os modelos de formulários de captação da informação financeira e contábil solicitados pelas instituições financeiras não atendem aos quesitos de análise e avaliação, impedindo a utilização adequada das técnicas e modelos disponíveis (como no caso dos modelos de Matarazzo e Olinquevitch e Santi Filho abordados nesse trabalho), trazendo dificuldades de avaliação econômica e financeira das empresas nesse segmento.

Conforme foi revelado na pesquisa de campo através das respostas dos questionários, os bancos desenvolveram sistemas de pontuação (score) com base em dados cadastrais para este tipo de empresas. Os resultados disso são operações de curtíssimo prazo, baseadas em garantias do tipo recebíveis. Pouquíssimo comprometimento com a avaliação da real situação econômica e financeira da empresa, e uma postura bastante imediatista nesse relacionamento de crédito por parte dessas instituições.

VI CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa atingiu seus objetivos. Primeiramente porque verificou através de estudo exploratório (cujo método de abordagem foi o não probabilístico de amostragem intencional) como cinco importantes Instituições Financeiras estão atuando no Brasil no sentido de obter as informações financeiras que julguem necessárias junto às pequenas e micro empresas (essas, desprovidas em sua grande maioria de Demonstrações Contábeis). Secundariamente, apresentou como pensam os analistas de crédito e gerência comercial dessas instituições.

A abordagem detalhada da estrutura das demonstrações contábeis (apresentada no capítulo III), combinada às técnicas de avaliação dessas demonstrações (explicitadas no capítulo IV), foram o parâmetro referencial do tipo de informação necessária. Além de como utilizá-la para avaliar a situação econômica e financeira de uma empresa, apontando para a importância das demonstrações contábeis.

Sustentada por essa teoria, a pesquisa atingiu um segundo objetivo importante. Demonstrou em um primeiro momento, quais as técnicas possíveis de serem utilizadas. Por fim e principalmente, comprovou a inadequação das informações coletadas por estas cinco instituições às principais técnicas e aos modelos de avaliação e análise econômica e financeira de empresas.

Foi com base na pesquisa bibliográfica do capítulo IV, em que se discorre a respeito das principais técnicas e dos modelos de Matarazzo bem como de Olinquevitch e Santi Filho para avaliação econômica e financeira de uma empresa, que se sustentou o julgamento a respeito da adaptabilidade e da

adequação das informações que estão sendo solicitadas nos formulários das instituições.

Conclui-se que a prática no sentido de se obter as informações junto à pequena e micro empresa brasileira para fundamentar uma avaliação econômica e financeira não está respaldada satisfatoriamente nos modelos de análise e avaliação econômica e financeira de empresas.

O fato é que existe um problema, inclusive cultural, de credibilidade. Envolve muitas outras variáveis que não somente a questão da avaliação econômica e financeira para a pequena e micro empresa em sua relação com as instituições financeiras.

Um grande indicador disso, conforme verificado no questionário através das respostas relativas aos principais tipos de operações de crédito nas carteiras de empréstimos das instituições financeiras junto a esse segmento e suas garantias, são operações do tipo: Desconto de duplicata, contas garantidas, limites em conta corrente, contrato de mútuo, ou seja, operações de curtíssimo prazo com garantias de recebíveis.

As instituições financeiras nos últimos anos desenvolveram sistemas eficientes de controles dessas garantias e sistemas de pontuação (score), direcionando a decisão de crédito para a garantia e um índice comportamental e não para a avaliação do cliente.

Considerando que a hipótese básica fôra comprovada, viu-se nesse trabalho que no Brasil, muito embora haja um reconhecimento acerca da importância da pequena e micro empresa para a economia; com relação à visualização da informação contábil e financeira que permitiria o acesso ao crédito desse segmento, o momento ainda é de muito atraso.

Isso talvez ajude a explicar o problema conjuntural do País. Verificado na relação percentual do volume de empréstimos em relação ao PIB, comparado a outras nações, o que certamente, afeta principalmente e sobremaneira a pequena e a micro empresa.

Não se trata, porém, de penalizar unicamente as instituições financeiras por isso. Até porque, se de um lado as pequenas e micro empresas se livram das pesadas burocracias sociais, trabalhistas, previdenciárias e fiscais, optando por modelos simplificados de tributação como o SIMPLES ou o Lucro Presumido; por outro, dispensadas de escrituração contábil, e consequentemente desprovidas de Demonstrações Contábeis, acabam por se alienar de outros benefícios. Como por exemplo, o crédito; que certamente fomenta e é condição essencial para o seu desenvolvimento.

Vale repetir que as Nações Unidas, através da Conferência para o Comércio e Desenvolvimento - UNCTAD, já se preocupa pelo menos desde 1998, com a questão da disponibilidade da informação contábil e financeira da pequena e média empresa. Permite que ela obtenha acesso ao crédito, possa crescer, se desenvolver e até associar-se. Logo, não é um problema apenas do Brasil, mas um problema mundial. Sendo assim, o melhor esforço certamente será recompensado.

Esse trabalho abordou a questão da informação contábil e financeira da pequena e micro empresa brasileiras com objetivo à obtenção de crédito junto às Instituições Financeiras, a partir das próprias instituições bancárias, sua postura e seu comportamento atual frente a questão.

Vale a recomendação para uma próxima pesquisa a partir das pequenas e micro empresas. Como elas vêem essa situação, o que pensam, como se

sentem atendidas junto às Instituições Financeiras e como percebem a questão contábil e a fiscal.

BIBLIOGRAFIA

ASSAF NETO, Alexandre. *Estrutura e Análise de Balanços*. 6^a edição. São Paulo: Atlas, 2001.

BNDES. *Boletim MPME*. Micro, Pequenas e Médias Empresas, Novembro/2002. Disponível na Internet <http://www.bnDES.gov.br>

BRAGA, Márcio Bobik. *A Economia da Informação e os Mercados de Crédito: Algumas Contribuições Teóricas à Moderna Teoria da Intermediação Financeira*. Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade - FEA-USP, 1998.

CARVALHO, Carlos Eduardo; STUDART, Rogério; ALVES JR., Antonio José. *Desnacionalização do Setor Bancário e Financiamento das Empresas: A experiência Brasileira Recente*. Texto para Discussão nº 882,. IPEA - Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas. Maio/2002.

CATELLI, Armando, *Controladoria Uma Abordagem da Gestão Econômica – GECON*. S.Paulo: Editora Atlas, 1999.

FERNANDES, Francisco Carlos. *Uma Contribuição à Estrutura da Atividade de Controladoria em Entidades Fechadas de Previdência Privada: Uma Abordagem da Gestão Econômica*. Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade - FEA/USP. São Paulo, Jun/2000.

FRANCO, Hilário. *Estrutura, Análise e Interpretação de Balanços*. 15^a ed. São Paulo: Atlas, 1992.

HENDRIKSEN, Eldon S., BREDA, Michel F. Van. *Teoria da Contabilidade*. Tradução de Antonio Zoratto Sanvicente. São Paulo: Atlas, 1999.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. *Contabilidade Gerencial*. 6^a edição. São Paulo: Editora Atlas, 1998.

_____. *Teoria da Contabilidade*. 6^a edição. São Paulo: Atlas, 2000.

IUDÍCIBUS, Sérgio de., MARTINS, Eliseu e GELBCKE, Ernesto Rubens. *Manual da Contabilidade das Sociedades por Ações*. 4^a edição. São Paulo: Atlas, 1995.

LAKATUS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Metodologia Científica*. 2^a Edição. São Paulo: Atlas, 1995.

MARION, José Carlos. *Análise das Demonstrações Contábeis*. 1^a edição. São Paulo: Atlas, 2001.

_____. *Contabilidade Empresarial*. 8^a edição. São Paulo: Editora Atlas, 1998.

MARTINS, Gilberto de Andrade. *Manual para Elaboração de Monografias e Dissertações*. 2^a edição. São Paulo: Atlas, 1994.

MATARAZZO, Dante C. *Análise Financeira de Balanço – Abordagem básica e gerencial*. 5^a. edição. São Paulo: Atlas, 1998.

MORAIS, José Mauro de. "EUA reservam 21% para as pequenas empresas". Artigo. *Revista Sebrae*, n° 4, 2002.

NEVES, Silvério das, e VICECONTI, Paulo Eduardo V. *Contabilidade Avançada e Análise das Demonstrações Financeiras*. 10^a edição. São Paulo: Editora Frase, Jul/2001.

OLINQUEVITCH, José Leônidas; SANTI FILHO, Armando de, *Análise de Balanço para Controle Gerencial*, 3^a edição. São Paulo: Editora Atlas, 1993.

PEREIRA, Anísio Cândido. *Análise Contábil-Financeira e Avaliação de Projetos na Pequena e Média Empresa: Experiência e Sugestões*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo – FEA/USP

PEREIRA, Ricardo Soares. *Evolução do Crédito de 1994 a 1999: uma Explicação* Texto para Discussão n° 808, Diretoria de Estudos Sociais (DISET) do IPEA. Brasília, Junho/2001.

PEROSSI, José Osnir. *Introdução à Análise de Balanços*. 1^a edição. São Paulo: Editora Atlas, 1982.

SEBRAE. *Análise de Conjuntura*, Sebrae/Methodos, Julho 2001. Disponível na Internet <http://www.sebrae.com.br>

SERASA. Disponível na Internet <http://www.serasa.com.br>

UNCTAD. *Accounting by Small and Medium-Sized Enterprises*, Texto n° TD/B/COM.2/ISAR/9. Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, Abril/2000. Disponível na Internet <http://www.unctad.org>.

WALTER, Milton Augusto, e BRAGA, Hugo Rocha. *Demonstrações Financeiras. Um Enfoque Gerencial*. 1^a edição, São Paulo: Editora Saraiva, 1979.

WESTON, J. Fred; BRIGHAN, Eugene F. *Essentials of Managerial Finance*. Tradução de Eduardo Luiz Peixoto Fortuna. 4^a edição. Rio de Janeiro: Interamericana, 1979.

GLOSSÁRIO

Análise Econômico-Financeira: Avaliação das Demonstrações Contábeis de uma determinada entidade, com base em técnicas específicas.

Assimetria da Informação: Diferença entre a informação conhecida pelos indivíduos deficitários e superavitários no processo de intermediação financeira.

Auditadas (sic): Documentos conferidos e confirmados em sua confecção, dentro dos parâmetros legais e técnicas apropriadas, por agentes independentes àquele processo.

Avaliação de Crédito: Estudo estruturado em técnicas específicas, em função de uma determinada entidade. Define o grau de capacidade de solvência para uma operação de empréstimo.

Banco Multinacional: Instituições Financeiras sediadas em diversas Economias Globais.

Credit Scoring: Sistemas automatizados de avaliação de empresas e pessoas que determinam pontuações para um grau de risco; no momento de decisão em situações de solicitação de crédito.

Demonstrações Contábeis: Demonstrações expositivas de informações numéricas a respeito de uma determinada empresa. São compostas por: Balanço, Demonstração de Resultados, Demonstrativo de Origem e Aplicação de Recursos, Demonstrativo das Mutações do Patrimônio Líquido e Notas Explicativas.

Escrituração contábil: Registros das ocorrências patrimoniais ou fatos contábeis, através de técnica apropriada.

Índices-padrão: Conjunto de indicadores financeiros de um grupo específico de empresas do mesmo ramo de atuação.

Instituições Financeiras: Companhias comerciais de crédito (Bancos, Empresas de Leasing, Financeiras, etc) instaladas no Brasil e atuantes em sua economia.

Linhos de Financiamento: Parcela de recursos disponíveis nas Instituições Financeiras para empréstimos a quaisquer empresas.

Mercado Informal: Quantidade de recursos da economia que transita paralelamente aos meios legais.

Modelos de Análise: Técnicas específicas de tratamento de avaliação das Demonstrações Financeiras, desenvolvida por diferentes quocientes bibliográficos.

Notas Explicativas: Demonstração contábil opcional, conforme determinação da legislação brasileira; número 6.404, *Lei das Sociedades por Ações*.

Objetivo Fim: Representa o ponto de convergência de todas as atividades dos setores envolvidos em uma determinada entidade; tem função de finalidade.

PIB: Produto Interno Bruto; representa financeiramente a somatória da produção anual de uma determinada economia.

Plano de Contas: Descritivo específico de uma determinada companhia das rubricas que compõem sua contabilidade.

Recebíveis (sic): Valores a receber; registrados pelo fornecimento de prazos de pagamento para clientes de determinada companhia.

Reciprocidades: Equilíbrio de interesses entre Instituições Financeiras e seus clientes; quaisquer que sejam.

Regime de Competência: Registro das ocorrências patrimoniais na contabilidade, combinando receitas e demandas aos efetivos períodos aos quais se referem.

Restrições Cadastrais: Apontamentos negativos de uma determinada entidade junto aos órgãos de controle (protestos, ações, execuções, cheques devolvidos, etc).

Risco de Crédito: Vulnerabilidade de uma determinada entidade quanto a sua capacidade de solvência em uma operação de empréstimo.

Anexo A

Tabela 1
Constituição de empresas por estado e região - Brasil - 1990 a 1999

Região UF	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	Valor Acumulado 1990-1999
NORTE	30.707	29.397	21.889	25.415	23.053	21.344	20.926	23.073	20.181	24.109	240.094
AC	1.319	1.265	1.020	1.158	969	941	912	979	930	959	10.452
AP	1.208	1.508	1.251	1.257	982	1.181	1.297	1.222	1.029	1.308	12.243
AM	8.071	8.255	4.867	5.390	5.203	4.906	4.948	4.974	4.168	6.035	56.817
PA	10.146	8.416	6.837	7.596	7.296	5.715	6.758	7.355	6.826	7.367	74.312
RO	5.084	4.283	3.499	4.621	4.119	4.174	3.049	4.222	3.471	3.569	40.091
RR	1.428	1.580	1.153	1.619	1.258	1.192	1.200	1.014	1.067	1.564	13.075
TO	3.451	4.090	3.262	3.774	3.226	3.235	2.762	3.307	2.690	3.307	33.104
NORDESTE	82.739	88.263	77.449	81.786	85.917	86.073	86.635	96.030	90.473	88.861	864.226
AL	5.307	5.272	4.130	3.013	3.862	4.588	5.149	4.906	5.322	5.231	46.780
BA	23.525	24.518	22.599	24.771	24.938	23.704	25.603	29.451	29.309	26.429	254.847
CE	11.941	16.541	15.551	16.303	18.585	18.392	15.760	15.353	14.074	14.218	156.718
MA	7.575	8.065	7.064	8.384	8.526	8.471	8.581	9.492	7.967	8.028	82.153
PA	6.414	6.162	4.634	4.486	4.174	4.514	4.871	6.330	6.396	7.597	55.578
PE	16.531	14.575	11.842	13.807	14.644	15.827	16.628	17.614	16.225	15.503	153.196
PI	3.340	6.045	5.211	4.173	3.893	2.814	2.541	3.289	3.017	3.551	37.874
RN	4.855	3.942	3.760	4.085	4.630	5.145	4.511	6.317	4.753	4.851	46.849
SE	3.251	3.143	2.658	2.764	2.665	2.618	2.991	3.278	3.410	3.453	30.231
SUDESTE	257.734	243.373	190.244	229.326	241.161	245.740	224.357	245.899	212.456	212.326	2.302.616
ES	9.621	9.072	7.247	8.947	9.077	9.067	9.125	9.619	7.543	7.732	87.050
MG	63.554	58.829	45.276	51.951	54.951	57.316	53.562	58.235	52.460	52.142	548.276
RJ	31.881	22.968	21.684	28.801	34.421	32.356	30.995	34.428	27.851	29.000	294.385
SP	152.678	152.504	116.037	139.627	142.712	147.001	130.675	143.617	124.602	123.452	1.372.905
SUL	111.590	94.400	104.003	118.725	120.847	128.624	114.060	123.424	105.802	108.085	1.129.560
PR	32.919	32.824	28.589	34.965	36.939	37.346	36.938	40.689	36.840	37.815	355.864
RS	51.762	36.165	52.541	58.554	55.988	60.871	49.403	53.808	43.403	45.489	507.984
SC	26.909	25.411	22.873	25.206	27.920	30.407	27.719	28.927	25.559	24.781	265.712
C. OESTE	43.987	43.060	37.080	41.952	40.794	37.706	36.714	44.795	38.216	41.624	405.928
DF	8.162	9.059	8.551	9.092	9.020	7.994	8.025	12.190	8.312	10.107	90.512
GO	17.409	16.791	14.421	15.755	15.075	14.787	14.625	16.871	15.296	16.519	157.549
MT	11.493	9.805	7.990	10.185	9.885	8.786	7.966	8.883	8.394	8.181	91.568
MS	6.923	7.405	6.118	6.920	6.814	6.139	6.098	6.851	6.214	6.817	66.299
Brasil	526.757	498.493	430.665	497.204	511.772	519.487	482.692	533.221	467.128	475.005	4.942.424

Fonte: SEBRAE, elaborado a partir de dados do DNRC - Departamento Nacional de Registro do Comércio.

Anexo B

Tabela 2
Enquadramento de microempresas⁽¹⁾ por estado e região - Brasil - 1990 a 1999

Região UF	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	Valor Acumulado 1990-1999
NORTE	16.417	15.356	13.541	15.086	16.647	24.346	23.254	16.036	13.846	14.724	169.253
AC	737	487	599	779	692	633	568	568	663	630	6.356
AP	786	757	669	892	718	555	720	582	807	941	7.427
AM	5.317	5.762	3.228	3.931	4.090	3.632	3.812	3.472	2.841	4.046	40.131
PA	4.190	2.978	3.678	3.874	4.005	3.178	3.760	3.872	4.257	4.005	37.797
RO	2.466	2.200	2.371	3.093	2.699	2.659	2.016	2.290	2.337	2.209	24.340
RR	1.107	914	790	1.143	1.096	910	921	759	835	929	9.404
TO ⁽²⁾	1.814	2.258	2.206	1.374	3.347	12.779	11.457	4.493	2.106	1.964	43.798
NORDESTE	46.125	52.061	44.137	54.140	56.873	58.413	54.361	55.986	55.260	45.551	522.907
AL	3.419	3.259	2.587	2.091	2.221	3.042	3.593	286	1	3	20.502
BA	8.423	14.315	6.837	17.433	15.607	16.059	18.767	17.221	21.746	18.110	154.518
CE	8.638	11.362	13.888	10.689	13.402	11.382	3.137	9.243	7.274	6.824	95.839
MA	2.961	3.239	3.287	4.101	5.627	6.667	6.833	5.699	4.800	3.099	46.313
PA	2.587	3.228	2.423	2.202	2.117	2.478	2.674	2.845	3.091	3.802	27.447
PE	12.299	8.894	7.668	10.693	11.739	11.871	12.634	12.678	11.355	7.871	107.702
PI	2.587	3.622	3.457	2.901	1.969	2.120	1.861	2.346	2.132	1.524	24.519
RN	3.408	2.601	2.609	2.594	3.034	3.538	3.230	3.983	3.126	2.933	31.056
SE	1.803	1.541	1.381	1.436	1.157	1.256	1.632	1.685	1.735	1.385	15.011
SUDESTE	171.673	152.790	136.399	76.503	33.641	66.260	66.899	69.065	116.006	124.147	1.013.383
ES	5.903	6.290	5.440	5.890	6.371	6.772	6.725	5.926	5.498	4.935	59.750
MG	49.500	45.409	30.347	4.671	23.797	48.708	46.908	49.840	48.576	35.799	383.555
RJ ⁽³⁾	19.208	11.358	10.949	3.686	2.958	2.178	2.146	1.640	18.129	15.876	88.128
SP ⁽⁴⁾	97.062	89.733	89.663	62.256	515	8.602	11.120	11.659	43.803	67.537	481.950
SUL	85.642	83.095	69.369	66.038	58.166	69.938	74.191	74.578	75.496	55.737	712.250
PR ⁽⁵⁾	21.973	19.257	4.362	2.325	1.357	1.324	13.558	14.877	25.869	25.587	130.489
RS	42.123	47.479	45.614	50.570	41.472	45.585	37.003	34.512	27.618	19.895	391.871
SC	21.546	16.359	19.393	13.143	15.337	23.029	23.630	25.189	22.009	10.255	189.890
C. OESTE	22.996	24.379	20.530	27.372	28.619	26.107	23.707	23.794	26.815	27.366	251.685
DF	4.073	5.065	4.747	6.208	6.164	5.109	5.139	9.218	6.168	6.582	58.473
GO	9.069	9.226	6.597	10.024	10.721	10.868	9.319	4.722	9.951	11.437	91.934
MT	5.761	5.433	5.021	6.276	6.742	5.711	4.950	5.550	6.163	4.814	56.421
MS	4.093	4.655	4.165	4.864	4.992	4.419	4.299	4.304	4.533	4.533	44.857
Brasil	342.853	327.681	283.976	239.139	193.946	245.064	242.412	239.459	287.423	267.525	2.669.478

Fonte: SEBRAE, elaborado a partir de dados do DHRC - Departamento Nacional de Registro do Comércio.

OBS: (1) O conceito de Microempresa é o estabelecido em Lei, usado pelas Juntas Comerciais para Registro/Enquadramento de Empresas.

(2) Tocantins - Dados em fase de revisão.

(3) Rio de Janeiro - período: 1993 a 1999: dados parciais referentes às microempresas que apresentaram declaração de enquadramento em separado (fora do contrato social).

(4) São Paulo - período 1994 a 1997: dados parciais referentes às microempresas que apresentaram declaração de enquadramento em separado (fora do contrato social).

(5) Paraná - período 1992 a 1995 dados parciais referentes às microempresas que apresentaram declaração de enquadramento em separado (fora do contrato social).

Anexo C

Tabela 3
Participação das microempresas no total de empresas constituídas por estado e região - Brasil - 1990 a 1999

(%)

Região UF	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	Total Geral ⁽¹⁾
NORTE	53,46	52,24	61,86	59,36	72,21	114,06	111,12	69,50	68,61	61,07	72,35
AC	55,88	38,50	58,73	67,27	71,41	67,27	62,28	58,02	71,29	65,69	61,63
AP	65,07	50,20	53,48	70,96	73,12	46,99	55,51	47,63	78,43	71,94	61,33
AM	65,88	69,80	66,32	72,93	78,61	74,03	77,04	69,80	68,16	67,04	70,96
PA	41,30	35,38	53,80	51,00	54,89	55,61	55,64	52,64	62,36	54,36	51,70
RO	48,51	51,37	67,76	66,93	65,53	63,70	66,12	54,24	67,33	61,89	61,34
RR	77,52	57,85	68,52	70,60	87,12	76,34	76,75	74,85	78,26	59,40	72,72
TO ⁽²⁾	52,56	55,21	67,63	36,41	103,75	395,02	414,81	135,86	78,29	59,39	139,89
NORDESTE	55,75	58,98	56,99	66,20	66,20	67,86	62,75	58,30	61,08	51,26	60,54
AL	64,42	61,82	62,64	69,40	57,51	66,30	69,78	5,83	0,02	0,06	45,78
BA	35,80	58,39	30,25	70,38	62,58	67,75	73,30	58,47	74,20	68,52	59,96
CE	72,34	68,69	89,31	65,56	72,11	61,89	19,90	60,20	51,68	48,00	60,97
MA	39,09	40,16	46,53	48,91	66,00	78,70	79,63	60,04	60,25	38,60	55,79
PA	40,33	52,39	52,29	49,09	50,72	54,90	54,90	44,94	48,33	50,05	49,79
PE	74,40	61,02	64,75	77,45	80,16	75,00	75,98	71,98	69,98	50,77	70,15
PI	77,46	59,92	66,34	69,52	50,58	75,34	73,24	71,33	70,67	42,92	65,73
RN	70,20	65,98	69,39	63,50	65,53	68,77	71,60	63,05	65,77	60,46	66,42
SE	55,46	49,03	51,96	51,95	43,41	47,98	54,56	51,40	50,88	40,11	49,67
SUDESTE	66,61	62,78	71,70	33,36	13,95	26,96	29,82	28,09	54,60	58,47	44,63
ES	61,36	69,33	75,07	65,83	70,19	74,69	73,70	61,61	72,89	63,83	68,85
MG	77,89	77,19	67,03	8,99	43,31	84,98	87,58	85,58	92,60	68,66	69,38
RJ ⁽³⁾	60,25	49,45	50,49	12,80	8,59	6,73	6,92	4,76	65,09	54,74	31,98
SP ⁽⁴⁾	63,57	58,84	77,27	44,59	0,36	5,85	8,51	8,12	35,15	54,71	35,70
SUL	76,75	88,02	66,70	55,62	48,13	54,37	65,05	60,42	71,36	51,57	63,80
PR ⁽⁵⁾	66,75	58,67	15,26	6,65	3,67	3,55	36,70	36,56	70,22	67,66	36,57
RS	81,38	131,28	86,82	86,36	74,07	74,89	74,90	64,14	63,63	43,74	78,12
SC	80,07	64,38	84,79	52,14	54,93	75,74	85,25	87,08	86,11	41,38	71,19
C. OESTE	52,28	56,62	55,37	65,25	70,15	69,24	64,57	53,12	70,17	65,75	62,25
DF	49,90	55,91	55,51	68,28	68,34	63,91	64,04	75,62	74,21	65,12	64,08
GO	52,09	54,95	45,75	63,62	71,12	73,50	63,72	27,99	65,06	69,24	58,70
MT	50,13	55,41	62,84	61,62	68,20	65,00	62,14	62,48	73,42	58,84	62,01
MS	59,12	62,86	68,08	70,29	73,26	71,98	70,50	62,82	72,95	66,50	67,84
Brasil	65,09	65,73	65,94	48,10	37,90	47,17	50,22	44,91	61,53	56,32	54,29

Fonte: SEBRAE, elaborado a partir de dados do DNRC - Departamento Nacional de Registro do Comércio.

OBS.: (1) Refere-se à média do valor encontrado para o período de 1990 a 1999.

(2) Tocantins - Dados em fase de revisão.

(3) Rio de Janeiro - período: 1993 a 1999: dados parciais.

(4) São Paulo - período 1994 a 1997: dados parciais.

(5) Paraná - período 1992 a 1995: dados parciais.

Anexo D

Tabela 4
Constituição de empresas e de microempresas - Brasil - 1990 a 1999

Período	Empresas ^(A)	Microempresas ^{(1) (B)}	(B/A - %)
1990	526.757	342.853	65,09
1991	498.493	327.681	65,73
1992	430.665	283.976	65,94
1993	497.204	239.139	48,10
1994	511.772	193.946	37,90
1995	519.487	245.064	47,17
1996	482.692	242.412	50,22
1997	533.221	239.459	44,91
1998	467.128	287.423	61,53
1999	475.005	267.525	56,32
Total	4.942.424	2.669.478	54,29

Fonte: SEBRAE, elaborado a partir de dados do DNRC - Departamento Nacional de Registro do Comércio.

OBS.: (1) Enquadramento junto com constituição.

Anexo E

Tabela 5
Extinção de empresas por estado e região - Brasil - 1990 a 1999

Região UF	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	Valor Acumulado 1990-1999
NORTE	1.402	1.196	1.682	1.617	1.731	1.374	1.551	1.297	2.044	2.469	16.363
AC	53	24	38	62	26	26	47	68	57	71	472
AP	47	22	44	19	37	26	29	29	25	30	308
AM	415	335	649	805	1.105	929	1.013	713	1.342	1.460	8.766
PA	279	260	338	352	221	122	181	194	317	484	2.748
RO	424	238	266	203	199	147	152	114	121	97	1.961
RR	7	124	220	76	45	8	28	33	40	93	674
TO	177	193	127	100	98	116	101	146	142	234	1.434
NORDESTE	6.860	6.771	9.144	8.864	8.042	5.382	6.015	6.454	9.402	9.797	76.731
AL	212	484	325	177	169	157	159	169	636	822	3.310
BA	1.901	2.513	3.617	2.722	1.957	1.067	1.339	1.457	2.715	2.605	21.893
CE	1.271	914	1.075	889	1.019	792	1.226	1.461	1.393	1.741	11.781
MA	644	666	957	1.182	1.642	608	856	889	1.337	1.130	9.911
PA	450	469	550	489	323	342	579	431	286	438	4.357
PE	1.512	713	1.359	2.238	2.088	1.775	1.184	1.115	1.144	976	14.104
PI	94	218	162	166	180	154	158	265	481	603	2.481
RN	629	566	756	617	370	286	276	300	306	423	4.529
SE	147	228	343	384	294	201	238	367	1.104	1.059	4.365
SUDESTE	29.433	25.470	40.179	31.890	24.498	22.167	23.891	26.362	26.758	33.510	284.158
ES	719	847	658	542	668	538	659	662	721	876	6.890
MG	15.746	13.517	19.771	14.560	12.110	10.502	11.646	12.920	11.678	12.444	134.894
RJ	1.933	307	363	1.079	1.890	2.440	1.903	2.230	2.993	3.617	18.755
SP	11.035	10.799	19.387	15.709	9.830	8.687	9.683	10.550	11.366	16.573	123.619
SUL	17.911	19.860	18.217	17.642	16.420	13.654	11.494	14.090	16.701	19.388	165.377
PR	1.520	1.562	1.573	1.618	1.803	1.662	2.282	2.531	3.248	3.876	21.675
RS	13.521	15.273	13.649	13.108	11.145	10.314	6.804	8.706	9.719	11.165	113.404
SC	2.870	3.025	2.995	2.916	3.472	1.678	2.408	2.853	3.734	4.347	30.298
C. OESTE	2.232	2.234	2.215	1.856	1.869	1.998	2.258	2.342	2.822	4.082	23.908
DF	392	376	465	435	582	655	834	1.054	954	1.331	7.078
GO	1.220	1.344	1.313	804	721	801	764	703	1.000	1.667	10.337
MT	270	184	155	226	205	157	249	234	404	631	2.715
MS	350	330	282	391	361	385	411	351	464	453	3.778
Brasil	57.838	55.531	71.437	61.869	52.560	44.575	45.209	50.545	57.727	69.246	566.537

Fonte: SEBRAE, elaborado a partir de dados do DNRC - Departamento Nacional de Registro do Comércio.

Anexo F

LEI Nº 9.841, DE 5 OUTUBRO DE 1999.
Institui o Estatuto da Microempresa e da
Empresa de Pequeno Porte, dispondo sobre o
tratamento jurídico diferenciado,
simplificado e favorecido previsto nos artigos
170 e 179 da Constituição Federal.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO-I

Do Tratamento Jurídico Diferenciado

Art. 1º - Nos termos dos artigos 170 e 179 da Constituição Federal, fica assegurado às microempresas e às empresas de pequeno porte tratamento jurídico diferenciado e simplificado nos campos administrativo, tributário, previdenciário, trabalhista, creditício e de desenvolvimento empresarial, em conformidade com o que dispõe esta Lei e a Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996 e alterações posteriores.

Parágrafo único - O tratamento jurídico simplificado e favorecido, estabelecido nesta Lei, visa facilitar a constituição e o funcionamento da microempresa e empresa de pequeno porte, de modo a assegurar o fortalecimento de sua participação no processo de desenvolvimento econômico e social.

CAPÍTULO-II

Da Definição de Microempresa e de Empresa de Pequeno Porte

Art. 2º - Para os efeitos desta Lei, ressalvado o disposto no art. 3º, considera-se:

I - microempresa, a pessoa jurídica e a firma mercantil individual que tiver receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 244.000,00 (duzentos e quarenta e quatro mil reais);
II - empresa de pequeno porte, a pessoa jurídica e a firma mercantil individual que, não enquadrada como microempresa, tiver receita bruta anual superior a R\$ 244.000,00 (duzentos e quarenta e quatro mil reais) e igual ou inferior a R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais).

§1º No primeiro ano de atividade, os limites da receita bruta de que tratam os incisos I e II serão proporcionais ao número de meses em que a pessoa jurídica ou firma mercantil individual tiver exercido atividade, desconsideradas as frações de mês.

§2º O enquadramento de firma mercantil individual ou da pessoa jurídica em microempresa ou empresa de pequeno porte, bem como o seu desenquadramento, não implicarão alteração, denúncia ou qualquer restrição em relação a contratos por elas anteriormente firmados.

§3º O Poder Executivo atualizará os valores constantes dos incisos I e II com base na variação acumulada pelo IGP-DI, ou por índice oficial que venha a substituí-lo.

Art. 3º - Não se inclui no regime desta Lei a pessoa jurídica em que haja participação:

I - de pessoa física domiciliada no exterior ou de outra pessoa jurídica;
II - de pessoa física que seja titular de firma mercantil individual ou sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado na forma da presente Lei, salvo se a participação não for superior a dez por cento do capital social.

Parágrafo único - O disposto no inciso II deste artigo não se aplica à participação de microempresas ou empresas de pequeno porte em centrais de compras, bolsas de subcontratação, consórcios de exportação e outras forma de associação assemelhadas, inclusive as de que trata o artigo 18 desta Lei.

CAPÍTULO-III

Do Enquadramento

Art. 4º - A pessoa jurídica ou firma mercantil individual que, antes da promulgação desta Lei, preenchia os seus requisitos de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte, excetuadas as já enquadradas no regime jurídico anterior, comunicará esta situação, conforme o caso, à Junta Comercial ou ao Registro Civil das Pessoas Jurídicas, para fim de registro, mediante simples comunicação da qual constarão:

- I - a situação de microempresa ou de empresa de pequeno porte;
- II - o nome e demais dados de identificação da empresa;
- III - a indicação do registro de firma mercantil individual ou do arquivamento dos atos constitutivos da sociedade;
- IV - a declaração do titular ou de todos os sócios de que o valor da receita bruta anual da empresa não excedeu, no ano anterior, o limite fixado no inciso I ou II, do artigo 2º, conforme o caso, e de que a empresa não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no artigo 3º desta Lei.

Art. 5º - Tratando-se de empresa em constituição, deverá o titular ou sócios, conforme o caso, declarar a situação de microempresa ou empresa de pequeno porte, que a receita bruta anual não excederá, no ano da constituição, o limite fixado no inciso I ou II do artigo 2º, conforme o caso, e que a empresa não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no artigo 3º desta Lei.

Art. 6º - O arquivamento, nos órgãos de registro, dos atos constitutivos de firmas mercantis individuais e de sociedades que se enquadrarem como microempresa ou empresa de pequeno porte, bem como o arquivamento de suas alterações, fica dispensado das seguintes exigências:

- I - certidão de inexistência de condenação criminal, exigida pelo inciso II, do art. 37, da Lei nº. 8.934, de 1994, que será substituída por declaração do titular ou administrador, firmada sob as penas da lei, de não estar impedido de exercer atividade mercantil ou a administração de sociedade mercantil, em virtude de condenação criminal;
- II - prova de quitação, regularidade ou inexistência de débito referente a tributo ou contribuição de qualquer natureza, salvo no caso de extinção de firma mercantil individual ou de sociedade:

Parágrafo único - Não se aplica às microempresas e empresas de pequeno porte o disposto no art. 1º, § 2º, da Lei nº. 8.906/94.

Art. 7º - Feita a comunicação, e independentemente de alteração do ato constitutivo, a microempresa adotará, em seguida ao seu nome, a expressão "microempresa" ou, abreviadamente, "ME", e a empresa de pequeno porte, a expressão "empresa de pequeno porte" ou "EPP".

Parágrafo único - É privativo de microempresa e empresa de pequeno porte o uso das expressões de que trata este artigo.

CAPÍTULO-IV

Do Desenquadramento e Reenquadramento

Art. 8º - O desenquadramento da microempresa e empresa de pequeno porte dar-se-á quando excedidos ou não alcançados os respectivos limites de receita bruta anual fixados no art. 2º.

§ 1º Desenquadrada a microempresa, passa automaticamente à condição de empresa de pequeno porte, e esta passa à condição de empresa excluída do regime desta Lei ou retoma à condição de microempresa.

§ 2º A perda da condição de microempresa ou de empresa de pequeno porte, em decorrência do excesso de receita bruta, somente ocorrerá se o fato se verificar durante dois anos consecutivos ou três anos alternados, em um período de 5 anos.

Art. 9º - A empresa de pequeno porte reenquadrada como empresa, a microempresa reenquadrada na condição de empresa de pequeno porte e a empresa de pequeno porte reenquadrada como microempresa comunicarão este fato ao órgão de registro, no prazo de trinta dias, a contar da data da ocorrência.

Parágrafo único - Os requerimentos e comunicações previstos neste Capítulo e no Capítulo anterior poderão ser feitos por via postal, com aviso de recebimento.

CAPÍTULO-V

Do Regime Previdenciário e Trabalhista

Art. 10 - O Poder Executivo estabelecerá procedimentos simplificados, além dos previstos neste Capítulo, para o cumprimento da legislação previdenciária e trabalhista por parte das microempresas e empresas de pequeno porte bem como para eliminar exigências burocráticas e obrigações acessórias que sejam incompatíveis com o tratamento simplificado e favorecido previsto nesta Lei.

Art. 11 - A microempresa e empresa de pequeno porte são dispensadas do cumprimento das obrigações acessórias a que se referem os arts. 74, 135, §2º, 360, 429 e 628, §1º da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.

Parágrafo único - O disposto no "caput" deste artigo não dispensa a microempresa e empresa de pequeno porte dos seguintes procedimentos:

I - anotações na Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS ;
II - apresentação da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED;
III - arquivamento dos documentos comprobatórios de cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias, enquanto não prescreverem essas obrigações;
IV - apresentação da Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social - GFIP.

Art. 12 - Sem prejuízo de sua ação específica, as fiscalizações trabalhista e previdenciária prestarão prioritariamente, orientação à microempresa e à empresa de pequeno porte.

Parágrafo único - No que se refere à fiscalização trabalhista, será observado o critério da dupla visita para lavratura de autos de infração, salvo quando for constatada infração por falta de registro de empregado, ou anotação da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS, ou ainda na ocorrência de reincidência, fraude, resistência ou embargo à fiscalização.

Art. 13 - Na homologação de rescisão de contrato de trabalho, o extrato de conta vinculada ao trabalhador relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS poderá ser substituído pela Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social - GFIP pré-impresa no mês anterior, desde que sua quitação venha a ocorrer em data anterior ao dia dez do mês subsequente à sua emissão.

CAPÍTULO-VI

Do Apoio Creditício

Art. 14 - O Poder Executivo estabelecerá mecanismos fiscais e financeiros de estímulo às instituições financeiras privadas no sentido de que mantenham linhas de crédito específicas para as microempresas e empresas de pequeno porte.

Art. 15 - As instituições financeiras oficiais que operam com crédito para o setor privado manterão linhas de crédito específicas para as microempresas e empresas de pequeno porte, devendo o montante disponível e suas condições de acesso serem expressas, nos seus respectivos documentos de planejamento, e amplamente divulgados.

Parágrafo único - As instituições de que trata este artigo farão publicar, semestralmente, relatório detalhado dos recursos planejados e aqueles efetivamente utilizados na linha de crédito mencionada neste artigo, analisando as justificativas do desempenho alcançado.

Art. 16 - As instituições de que trata o artigo 15, nas suas operações com as microempresas de pequeno porte, atuarão, em articulação com as entidades de apoio e representação daquelas empresas, no sentido de propiciar mecanismos de treinamento, desenvolvimento gerencial e capacitação tecnológica articulados com as operações de financiamento.

Art. 17 - Para fins de apoio creditício à exportação, serão utilizados os parâmetros de

enquadramento de empresas, segundo o porte, aprovados pelo Mercado Comum do Sul - MERCOSUL para as microempresas e empresas de pequeno porte.

Art. 18 - (VETADO)

CAPÍTULO-VII

Do Desenvolvimento Empresarial

Art. 19 - O Poder Executivo estabelecerá mecanismos de incentivos fiscais e financeiros, de forma simplificada e descentralizada, às microempresas e às empresas de pequeno porte, levando em consideração a sua capacidade de geração e manutenção de ocupação e emprego, potencial de competitividade e de capacitação tecnológica, que lhes garantirão o crescimento e o desenvolvimento.

Art. 20 - Dos recursos federais aplicados em pesquisa, desenvolvimento e capacitação tecnológica na área empresarial, no mínimo 20% (vinte por cento), serão destinados, prioritariamente, para o segmento da microempresa e da empresa de pequeno porte.

Parágrafo único - As organizações federais atuantes em pesquisa, desenvolvimento, e capacitação tecnológica deverão destacar suas aplicações voltadas ao apoio às microempresas e empresas de pequeno porte.

Art. 21 - As microempresas e empresas de pequeno porte terão tratamento diferenciado e favorecido no que diz respeito ao acesso a serviços de metrologia e certificação de conformidade prestados por entidades tecnológicas públicas.

Parágrafo único - As entidades de apoio e de representação das microempresas e empresas de pequeno porte criarião condições que facilitem o acesso aos serviços de que trata o artigo 20.

Art. 22 - O Poder Executivo diligenciará para que se garantam às entidades de apoio e de representação das microempresas e empresas de pequeno porte condições para capacitarem essas empresas para que atuem de forma competitiva no mercado interno e externo, inclusive mediante o associativismo de interesse econômico.

Art. 23 - As microempresas e empresas de pequeno porte terão tratamento diferenciado e favorecido quando atuarem no mercado internacional, seja importando ou exportando produtos e serviços, para o que o Poder Executivo estabelecerá mecanismos de facilitação, desburocratização e capacitação.

Parágrafo único - Os órgãos e entidades da Administração Federal Direta e Indireta, intervenientes nas atividades de controle das exportação e importação, deverão adotar procedimentos que facilitem o mecanismo nas operações que envolvam as microempresas e empresas de pequeno porte, otimizando prazos e reduzindo custos.

Art. 24 - A política de compras governamentais dará prioridade à microempresa e à empresa de pequeno porte, individualmente ou de forma associada, com processo especial e simplificado nos termos da regulamentação desta Lei.

CAPÍTULO-VIII

Sociedade de Garantia Solidária

Art. 25 - Fica autorizada a constituição de Sociedade de Garantia Solidária, constituída sob a forma de sociedade anônima, para a concessão de garantia a seus sócios participantes, mediante a celebração de contratos.

Parágrafo único - A sociedade de garantia solidária será constituída de sócios participantes e sócios investidores:

I - os sócios participantes serão, exclusivamente, microempresas e empresas de pequeno porte, com, no mínimo 10 (dez) participantes e participação máxima individual de 10% (dez por cento) do capital social;

II - os sócios investidores serão pessoas físicas ou jurídicas, que efetuarão aporte de capital na sociedade, com o objetivo exclusivo de auferir rendimentos, não podendo sua participação, em conjunto, exceder a 49% (quarenta e nove por cento) do capital social.

Art. 26 - O estatuto social da sociedade de garantia solidária deve estabelecer:

I - Finalidade social, condições e critérios para admissão de novos sócios participantes e para sua saída e exclusão;

II - Privilégio sobre as ações detidas pelo sócio excluído por inadimplência;

III - Proibição de que as ações dos sócios participantes sejam oferecidas como garantia de qualquer espécie; e

IV - Estrutura, compreendendo a Assembléia Geral, órgão máximo da sociedade, que elegerá o Conselho Fiscal e o Conselho de Administração, que, por sua vez, indicará a Diretoria Executiva.

Art. 27 - A sociedade de garantia solidária fica sujeita ainda às seguintes condições:

I - proibição de concessão a um mesmo sócio participante de garantia superior a 10% (dez por cento) do capital social ou do total garantido pela sociedade, o que for maior;

II - proibição de concessão de crédito a seus sócios ou a terceiros;

III - dos resultados líquidos, alocação de (5% cinco por cento), para reserva legal, até o limite de 20% (vinte por cento) do capital social; e de 50% (cinquenta por cento) da parte correspondente aos sócios participantes para o fundo de risco, que será constituído também por aporte dos sócios investidores e de outras receitas aprovadas pela Assembléia Geral da sociedade.

Art. 28 - O contrato de garantia solidária tem por finalidade regular a concessão da garantia pela sociedade ao sócio participante, mediante o recebimento da taxa de remuneração pelo serviço prestado, devendo fixar as cláusulas necessárias ao cumprimento das obrigações do sócio beneficiário perante a sociedade,

Parágrafo único - Para a concessão da garantia, a sociedade de garantia solidária poderá exigir a contragarantia por parte do sócio participante beneficiário.

Art. 29 - As microempresas e empresas de pequeno porte podem oferecer as suas contas e valores a receber como lastro para a emissão de valores mobiliários a serem colocados

junto aos investidores no mercado de capitais.

Art. 30 - A sociedade de garantia solidária pode conceder garantia sobre o montante de recebíveis de seus sócios participantes, objeto de securitização, podendo também prestar o serviço de colocação de recebíveis junto a empresa de securitização especializado na emissão dos títulos a valores mobiliários transacionáveis no mercado de capitais.

Parágrafo único - O agente fiduciário, de que trata o caput, não tem direito de regresso contra as empresas titulares dos valores e contas a receber, objeto de securitização.

Art. 31 - A função de registro, acompanhamento e fiscalização das sociedades de garantia solidária, sem prejuízo das autoridades governamentais competentes, poderá ser exercida pelas entidades vinculadas às micro empresas e empresas de pequeno porte, em especial o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE, mediante convênio a ser firmado com o Executivo.

CAPÍTULO-IX

Das Penalidades

Art. 32 - A pessoa jurídica e a firma mercantil individual que, sem observância dos requisitos desta Lei, pleitear seu enquadramento ou se mantiver enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte, estará sujeita às seguintes consequências e penalidades:

- I - cancelamento de ofício de seu registro como microempresa ou como empresa de pequeno porte;
- II - aplicação automática, em favor da instituição financeira, de muita de vinte por cento sobre o valor monetariamente corrigido dos empréstimos obtidos com base nesta Lei, independentemente do cancelamento do incentivo de que tenha sido beneficiada.

Art. 33 - A falsidade de declaração prestada objetivando os benefícios desta Lei caracteriza o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo de enquadramento em outras figuras penais.

CAPÍTULO-X

Disposições Finais

Art. 34 - Os órgãos fiscalizadores de registro de produtos procederão a análise para inscrição e licenciamento a que estiverem sujeitas as microempresas e empresas de pequeno porte, no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de entrega da documentação ao

órgão.

Art. 35 - As firmas mercantis individuais e as sociedades mercantis e civis enquadráveis como microempresa ou empresa de pequeno porte que, durante cinco anos, não tenham exercido atividade econômica de qualquer espécie, poderão requerer e obter a baixa no registro competente, independentemente de prova de quitação de tributos e contribuições para com a Fazenda Nacional, bem como para com o Instituto Nacional de Seguro Social - INSS e para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS.

Art. 36 - A inscrição e alterações da microempresa e da empresa de pequeno porte em órgãos da Administração Federal ocorrerá independentemente da situação fiscal do titular, sócios, administradores ou de empresas de que esses participem.

Art. 37 - As microempresas e empresas de pequeno porte ficam isentas de pagamento de preços, taxas e emolumentos remuneratórios de registro das declarações referidas nos arts. 4º, 5º e 9º desta Lei.

Art. 38 - Aplica-se às microempresas o disposto no Art. 8º, § 1º, da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, passando essas empresas, assim como as pessoas físicas capazes, a serem admitidas a proporem ação perante o Juizado Especial, excluídos os cessionários de direito de pessoas jurídicas.

Art. 39 - O protesto de título, quando o devedor for microempresário ou empresa de pequeno porte, fica sujeito às seguintes normas:

I - os emolumentos devidos ao tabelião de protesto não excederão um por cento do valor do título, observando o limite máximo de R\$ 20,00 (vinte reais), incluídos neste limite as despesas de apresentação, protesto, intimação, certidão e quaisquer outras relativas à execução dos serviços;

II - para o pagamento do título em cartório, não poderá ser exigido cheque de emissão de estabelecimento bancário, mas, feito o pagamento por meio de cheque, de emissão de estabelecimento bancário ou não, a quitação dada pelo tabelionato de protesto ficará condicionada à efetiva liquidação do cheque;

III - o cancelamento do registro de protesto, fundado no pagamento do título, será feito independentemente de declaração de anuência do credor, salvo no caso de impossibilidade de apresentação do original protestado;

IV - para os fins do disposto no caput e nos incisos I, II e III, caberá ao devedor provar sua qualidade de microempresa ou empresa de pequeno porte perante o tabelionato de protestos de títulos, mediante documento expedido pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso.

Art. 40 - Os arts. 29 e 31 da Lei nº 9.492, de 10 de setembro de 1997, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 29 - Os cartórios fornecerão às entidades representativas da indústria e do comércio ou àquelas vinculadas à proteção do crédito, quando solicitada, certidão diária, em forma de relação, dos protestos tirados e dos cancelamentos efetuados, com a nota de se cuidar de informação reservada da qual não se poderá dar publicidade pela imprensa, nem mesmo parcialmente." (NR)

"§ 1º O fornecimento da certidão será suspenso caso se desatenda ao disposto no caput ou se forneçam informações de protestos cancelados." (NR)

"§ 2º Dos cadastros ou bancos de dados, das entidades referidas no caput, somente serão prestadas informações restritivas de crédito oriundas de títulos ou documentos de dívidas regularmente protestados, cujos registros não foram cancelados." (NR)

"§ 3º Revogado"

"Art. 31. Poderão ser fornecidas certidões de protestos, não cancelados, a quaisquer interessados, desde que requeridas por escrito". (NR)

Art. 41 - Ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior compete acompanhar e avaliar a implantação efetiva das normas desta Lei, visando seu cumprimento e aperfeiçoamento.

Parágrafo único - Para o cumprimento deste artigo, o Poder Executivo fica autorizado a criar o Fórum Permanente da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, com participação dos órgãos federais competentes e das entidades vinculadas ao setor.

Art. 42 - O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de noventa dias, a contar da data de sua publicação.

Art. 43 - Revogam-se as disposições em contrário e, em especial, as Leis nº 7.256, de 27 de novembro de 1984, e nº 8.864, de 28 de março de 1994.

Parte inferior do formulário

Anexo G

Tabela 6
Maiores Bancos no Brasil - Operações de Crédito

Em R\$ milhões e em % do total do sistema bancário

1995	1999			2001				
	Nome	R\$ MM	%	Nome	R\$ MM	%		
CEF	39.257	20,9%	CEF	55.669	24,2%	BB	42.474	14,1%
BB	33.870	18,0%	BB	28.898	12,6%	Bradesco	38.149	12,7%
Banespa	18.981	10,1%	Bradesco	21.536	9,4%	BNDES	34.041	11,3%
Bradesco	10.755	5,7%	Itau	12.832	5,6%	Itaú	23.800	7,9%
Itaú	7.826	4,2%	Unibanco	11.258	4,9%	Unibando	20.504	6,8%
Unibanco	6.615	3,5%	ABNAmro	7.232	3,1%	CEF	18.903	6,3%
Bamerindus	6.547	3,5%	BankBoston	4.588	2,0%	Santander-Brasil	12.534	4,2%
Real	3.936	2,1%	Citibank	4.281	1,9%	ABN Amro	11.907	4,0%
Banestado	2.637	1,4%	Safra	4.273	1,9%	Citibank	9.800	3,3%
Economico	2.439	1,3%	Sudameris	4.034	1,8%	BankBoston	9.211	3,1%
BCN	2.254	1,2%	Banespa	3.974	1,7%	Safra	7.913	2,6%
Sudameris	1.835	1,0%	BBA-Creditanstalt	3.667	1,6%	HSBC	6.620	2,2%
America do Sul	1.688	0,9%	HSBC	3.245	1,4%	BNB	6.426	2,1%
Banrisul	1.376	0,7%	Santander-Brasil	3.099	1,3%	BBA-Creditanstalt	6.114	2,0%
Safra	1.342	0,7%	Mercantil Finasa	1.999	0,9%	Sudameris	5.803	1,9%
Noroeste	1.336	0,7%	Alfa	1.863	0,8%	Bilbao Vizcaya	4.014	1,3%
Meridional	1.137	0,6%	Bandeirantes	1.699	0,7%	Mercantil Finasa	3.576	1,2%
Citibank	1.066	0,6%	Banrisul	1.678	0,7%	Fiat	3.225	1,1%
BBA-Creditanstalt	1.055	0,6%	Rural	1.501	0,7%	Banrisul	3.058	1,0%
Banorte	992	0,5%	Meridional	1.369	0,6%	Alfa	2.755	0,9%
Total do Grupo	146.944	78,1%		178.695	77,8%		270.827	90,1%
Estrangerios	2.901	1,5%		28.178	12,3%		60.200	20,0%
Priv. Nacionais	46.930	24,9%		60.298	26,2%		108.476	36,1%
Tot. Estr +Priv.Nac.	49.831	26,5%		88.476	38,5%		168.676	56,1%
SFN	188.241	100,0%		229.746	100,0%		300.741	100,0%

Fonte: Ipea: Texto para discussão nº 882 - Maio/2002; Carvalho, Carlos Eduardo; Studart, Rogerio; Alves Jr, Antonio José; elaborado pelos autores

com base em Relatórios do Sistema Financeiro Brasileiro do BCB

Anexo H

Cadastro de Pessoa Jurídica

1 - Caracterização da Empresa

CNPJ	Filial	Controle	Código Agência	Dig.	Conta Corrente	Dia	Data da Abertura	Data Ficha Cadastral
------	--------	----------	----------------	------	----------------	-----	------------------	----------------------

Razão Social

Endereço Matriz	Numero	Complemento
-----------------	--------	-------------

Bairro	Cidade	UF	CEP	DDD	Telefone
--------	--------	----	-----	-----	----------

Número de Filiais	Principais Prod.							
-------------------	------------------	--	--	--	--	--	--	--

Ramo de Atividade								Código IR
-------------------	--	--	--	--	--	--	--	-----------

Firma sucede a

Nome Fantasia	N. Empregados	Vencimento Fazenda de Pagamento
---------------	---------------	---------------------------------

Data da Fundação	Data Registro Capital	Nº Registro Capital	Valor do Capital Registrado	Quant. Ações com Direito a Voto	Quantidade Total de Ações
------------------	-----------------------	---------------------	-----------------------------	---------------------------------	---------------------------

Capital Aberto	1- Sim	2- Não	Número do Grupo	Contr. Acionário	1- Da União	4- Empresas Físicas	Quant. Complementar	Quant. Total da Ação	Capital Total
				2- Do Estado	5- De Empresas, Produtos, Serviços	6- Complementar			
				3- De Municipios	7- De Organizações	8- Complementar			

Principais Produtos / Serviços Vendidos (Inserir Marcas Próprias)

Vendas / Rendas Mensais Atuais	Mês / Ano	Valor dos Pedidos em Carteira	Mês / Ano	Previsão Faturamento para o Ano em Curso	Mês / Ano
--------------------------------	-----------	-------------------------------	-----------	--	-----------

Valor do Estoque Atual	Mês / Ano	Valor do Estoque na Data do Último Balanço
------------------------	-----------	--

2 - Informações Operacionais

O Contrato Social / Estatuto permite que a Empresa preste Aval / Fiança	<input type="checkbox"/> 1- Sim	<input type="checkbox"/> 2- Não	Empresa Exportadora	<input type="checkbox"/> 1- Sim	<input type="checkbox"/> 2- Não	% sobre Faturamento	%
---	---------------------------------	---------------------------------	---------------------	---------------------------------	---------------------------------	---------------------	---

Ano	Valor em US\$	Ano	Valor em US\$	Previsão - US\$ para o ano em curso	Ja contratados em US\$
-----	---------------	-----	---------------	-------------------------------------	------------------------

Exporta para Filiais / Coligadas	<input type="checkbox"/> 1- Sim	<input type="checkbox"/> 2- Não	Nome(s) Filial(is) / Coligada(s)				% sobre Faturamento	US\$ / U.S\$ / Último Ano
----------------------------------	---------------------------------	---------------------------------	----------------------------------	--	--	--	---------------------	---------------------------

Nome dos Principais Clientes (incluindo no Exterior)								
--	--	--	--	--	--	--	--	--

--	--	--	--	--	--	--	--	--

--	--	--	--	--	--	--	--	--

Empresa Importadora	<input type="checkbox"/> 1- Sim	<input type="checkbox"/> 2- Não		% sobre Faturamento	%
---------------------	---------------------------------	---------------------------------	--	---------------------	---

Ano	Valor em US\$	Ano	Valor em US\$	Previsão - US\$ para o ano em curso	Ja contratados em US\$
-----	---------------	-----	---------------	-------------------------------------	------------------------

Nome dos Principais Fornecedores (incluindo no Exterior)								
--	--	--	--	--	--	--	--	--

--	--	--	--	--	--	--	--	--

--	--	--	--	--	--	--	--	--

Nome dos Principais Concorrentes

Trabalha com Outros Bancos?	<input type="checkbox"/> 1- Sim	<input type="checkbox"/> 2- Não	Cite-os
-----------------------------	---------------------------------	---------------------------------	---------

3 - Informações Diretores / Sócios - Acionistas

Diretores / Sócios

Nome		CNPJ/CIF		Filial	Controle
------	--	----------	--	--------	----------

Código	Nacionalidade	Cargo	Entrada Mês / Ano	Quantidade de Ações que Direciona	Valor das Cotas
--------	---------------	-------	-------------------	-----------------------------------	-----------------

--	--	--	--	--	--

--	--	--	--	--	--

--	--	--	--	--	--

--	--	--	--	--	--

--	--	--	--	--	--

--	--	--	--	--	--

--	--	--	--	--	--

--	--	--	--	--	--

--	--	--	--	--	--

--	--	--	--	--	--

--	--	--	--	--	--

--	--	--	--	--	--

--	--	--	--	--	--

--	--	--	--	--	--

--	--	--	--	--	--

--	--	--	--	--	--

--	--	--	--	--	--

--	--	--	--	--	--

--	--	--	--	--	--

--	--	--	--	--	--

--	--	--	--	--	--

--	--	--	--	--	--

--	--	--	--	--	--

--	--	--	--	--	--

--	--	--	--	--	--

--	--	--	--	--	--

--	--	--	--	--	--

--	--	--	--	--	--

3 - Informações Patrimoniais

Imóveis Urbanos / Rurais - Dados da Escritura

Ónus sobre os Imóveis Urbanos e Rurais

Onus sobre os Imóveis Urbanos e Rurais				
Imóvel	Penhor / Hipoteca	Valor	Credor	Vencimento Final

Veículos e Máquinas

4 - Outras Informações

Possui Contrato de Leasing Sim Não

Bem	Quant.	Valor / Contrato	Empresa de Leasing	Data do Contrato	Vencimento Final

Seguros em Vigor - Nome da Companhia	Tipo de Cobertura	Valor	Vencimento Final

- Solicitamos a abertura de Ficha(s) Cadastral(is) junto a essa Instituição Financeira, com base nos dados constantes neste formulário, os quais declaramos, sob as penas da Lei, serem verdadeiros.
 - Estamos cientes de que, em ocorrer a falta de pagamento de qualquer obrigação assumida perante esse Banco, serão promovidos os registros correspondentes junto ao SERASA.
 - Autorizamos esse Banco, por seus prepostos, a consultar as "informações consolidadas" sobre o montante dos débitos e comprovações, prestadas por instituições financeiras, existentes no nome desta Firma, no sistema de Central de Risco do Banco Central do Brasil.

5 - Conclusão

Contenidos de la serie

Anexo I

Cadastro de Informações

[] Inclusão

Pessoa Jurídica

[] Alteração

1) Dados de Identificação e Localização

Uso Banco	Razão Social				
Tipo NDG					
Nome Fantasia					
Endereço Comercial					
Próximo a / Ponto de Referência Próximo			Localidade	Número	
Bairro			Complemento		
Cidade					UF
País					
BDU Agência Referência (Uso Banco)			BDU Gerente Referência (Uso Banco)		
CNPJ		Data Vencimento CNPJ / /	Tipo CNPJ [] 1 - CNPJ Provisório [] 2 - CNPJ Definitivo	Tipo Telefone (*) DDD	Telefone
Tipo de Empresa [] 01 - Privada [] 05 - Autarquia		02 - Pública 06 - Sem Fins Lucrativos	03 - Estatal 07 - Estrangeira Domiciliada no exterior	04 - Mista 08 - Estrangeira Domiciliada no Brasil	
Ramo Atividade (código SRF/CNAE)					
Origem Capital [] 01 - Nacional/Privado [] 04 - Estrangeiro/Estatal	02 - Nacional/Estatal 05 - Nacional/Estrangeiro-Privado	03 - Estrangeiro-Privado 06 - Nacional/Estrangeiro - Estatal			
Esfera Poder [] 01- Municipal [] 03 - Federal	02 - Estadual 04 - Distrital	Tipo Administração []	01- Direta 99 - Outros	02 - Indireta	Inscrição Estadual
Data Constituição / /	Data Início Atividade / /	Opção Simples [] Sim [] Não		Data Opção Simples / /	

2) Dimensão da Empresa

AADA

Mês /Ano /	Faturamento Ano Anterior - R\$	Capital Social - RS		
Número de Funcionários Registrados	Terceirizados	Administrativos	Produção	Total (Registrados e Terceirizados)
Período de Pagamento Salarial [] S - Semanal	Q - Quinzenal	M - Mensal	O - Outros	Valor Total da Folha de Pagamento - RS

3) Funcionários por Faixa Salarial

AAFS

Código	001 - Até R\$ 500,00	002 - De 500,01 Até 750,00	003 - De R\$ 750,01 Até 3.000,00	004 - Acima de R\$ 3.000,00
Qtde Funcionários				

4) Faturamento Mensal

AAFM

Faturamento: Mês/Ano	[] Últimos 6 Meses Valor - R\$	[] Próximos 6 Meses % à Vista	% Duplicata	% Cheques Pré-Datado	% Cartões

5) Informações Complementares

AAEI

Tipo Instalação [] P - Próprio A - Aluguel	Valor do Aluguel - R\$	Data Início Contrato / /	Data Fim Contrato / /	Nº Total Clientes da Empresa
Prazo Médio Pagamento (Em Dias) De Clientes A Fornecedores	Inadimplência (Vendas) %	Valor Margem Líquida-R\$	Valor Desp. Gerais - R\$	Valor Estoque Produto-R\$
				Data Base Estoque / /

6) Titulares/Sócios/Administradores (coligações)

AASP/AACG

Uso Banco	Nome/Razão Social	CPF/CNPJ	Tipo (*)	DDD	Telefone	Colig. (**)	% Partici. Capital
Tipo NDG			[]	[]			
			[]	[]			
			[]	[]			
			[]	[]			

Utilize a Legenda

(*) 01 - Telefone comercial 02 - Fax 99 - Outros Telefones

(**) PRC - Procurador ACS - Acionista ADM - Administrador CAP - Sócio Capitalista SOC - Sócio
PAR - Participante PRE - Presidente PRO - Proprietário RPR - Representante SGR - Sócio gerente GER - Gerente
SIN - Síndico Outros

7) Acionista/Cotista (Participações)

AAL2/ AAPG

Uso Banco	Nome da Empresa			Tipo (*)	DDD	Telefone
1) Tipo NDG	Origem Capital (**)	Data Ref. (Uso Banco)	CNPJ/CPF	Capital Social - R\$		% Partic. no Capital
Uso Banco	Nome da Empresa			Tipo (*)	DDD	Telefone
2) Tipo NDG	Origem Capital (**)	Data Ref. (Uso Banco)	CNPJ/CPF	Capital Social - R\$		% Partic. no Capital
Utilize a legenda (**)			01- Nacional/Privado 04 - Estrangeiro/Estatal	02 - Nacional/Estatal 05 - Nacional/Estrangeiro-Privado	03 - Estrangeiro/Privado 06 - Nacional/Estrangeiro-Estatal	

8) Dados de Filiais

AASP/AAPG

Uso Banco	Razão Social			Tipo (*)	DDD	Telefone
1) Tipo NDG				CNPJ		
Uso Banco	Razão Social			Tipo (*)	DDD	Telefone
2) Tipo NDG				CNPJ		

9) Outros Meios para Contato

AATE

Tipo (*)	DDD	Número	Núm. Pager	E-mail
[]				
[]				

10) Relação dos Principais Clientes/Fornecedores

AAC1/AAPF/AAPG

Uso Banco	Nome/Razão Social			Tipo (*)	DDD	Telefone	P-Cliente S-Fornecedores	Cliente/Fornec. Desde	% Sobre Fatur./Compras
1) Tipo NDG	CNPJ/CPF	[]					/	/	
Uso Banco	Nome/Razão Social			Tipo (*)	DDD	Telefone	P-Cliente S-Fornecedores	Cliente/Fornec. Desde	% Sobre Fatur./Compras
2) Tipo NDG	CNPJ/CPF	[]					/	/	
Uso Banco	Nome/Razão Social			Tipo (*)	DDD	Telefone	P-Cliente S-Fornecedores	Cliente/Fornec. Desde	% Sobre Fatur./Compras
3) Tipo NDG	CNPJ/CPF	[]					/	/	

11) Dados Contador

AAL3

Data Ref. (Uso Banco)	Nome Contador			DDD	Telefone
/	/				
CRC Contador	DDD	Telefone	Descrição (Uso Banco)		

12) Referências Pessoais/Comerciais

AAIL

1)	Nome Completo	DDD	Telefone
	Descrição (Uso Banco)		
2)	Nome Completo	DDD	Telefone
	Descrição (Uso Banco)		

13) Relacionamento Bancário/Administradora (Conta Corrente, Financiamento, Investimento, Cobrança, Cartão de Crédito, etc...)

AACB

(***)	Produto(s)/Serviço(s)	Valor - R\$	(***)	Produto(s)/Serviço(s)	Valor - R\$

Utilize a legenda (***)

Adm. Cartões	1 - American Express (00999)	2 - Credicard (00998)
Bancos	3 - Bradesco (00237)	4 - Itaú (00341)
	8 - Banco do Brasil (00001)	9 - CEF (00104)
		10 - Outros

Utilize a legenda (*)	01 - Telefone comercial	02 - Fax	03 - E-mail	04 - Telefone residencial	05 - Celular
	06 - Telefone para recado	07 - Telefone contato	08 - Telefone/pager	26 - Site	99 - Outros Telefones

18) Situação Tributária

Apresentar Documento(s) de Comprovação	Tipo de Tributo	Data Vencimento	Situação Tributária
[] 01 - Isento (temporário) 02 - Imune (definitivo)	[] 01 - IR 02 - CPMF 03 - IR e CPMF	/	/

19) Participações Societárias (Sócios Participantes de Outras Empresas)

1)	Nº NDG (Usa Banco)	Nome Sócio/Acionista				
Tipo NDG (Usa Banco)		Nome da Empresa		Tipo (*) DDD Telefone []		
Origem Capital (**) []		Data Ref. (Usa Banco) / /		CNPJ/CPF	Capital Social - R\$	% Partic. no Capital
2)	Nº NDG (Usa Banco)	Nome Sócio/Acionista				
Tipo NDG (Usa Banco)		Nome da Empresa		Tipo (*) DDD Telefone []		
Origem Capital (**) []		Data Ref. (Usa Banco) / /		CNPJ/CPF	Capital Social - R\$	% Partic. no Capital
3)	Nº NDG (Usa Banco)	Nome Sócio/Acionista				
Tipo NDG (Usa Banco)		Nome da Empresa		Tipo (*) DDD Telefone []		
Origem Capital (**) []		Data Ref. (Usa Banco) / /		CNPJ/CPF	Capital Social - R\$	% Partic. no Capital
4)	Nº NDG (Usa Banco)	Nome Sócio/Acionista				
Tipo NDG (Usa Banco)		Nome da Empresa		Tipo (*) DDD Telefone []		
Origem Capital (**) []		Data Ref. (Usa Banco) / /		CNPJ/CPF	Capital Social - R\$	% Partic. no Capital

Utilize a Legend

(*)	01 - Telefone Comercial 06 - Telefone para Recado	02 - Fax 07 - TelefoneContato	05 - Celular 99 - Outros Telefones
(**)	01- Nacional/Privado 04 - Estrangeiro/Estatal	02 - Nacional/Estatal 05 - Nacional/Estrangeiro-Privado	03 - Estrangeiro/Privado 06 - Nacional/Estrangeiro-Estatal

Declaração

Autorizo que as empresas do [REDACTED] no país e no exterior tenham acesso a todos os meus dados cadastrais e obtenham informações pessoais pertinentes à transações realizadas em qualquer uma das instituições do Grupo [REDACTED] com a finalidade de agilizar e facilitar operações ativas, passivas e de prestação de serviços nos mercados financeiros, de capitais, de câmbio, de seguros e de consumo e, bem assim, que as mesmas efetuem a troca de informações a meu(nosso) respeito com sistemas positivos e negativos de crédito externos, junto a entidades que procedem registros de informações/restricções de crédito.

O Banco fica autorizado, em caráter irrevogável e irretratável, a ter acesso às informações sobre débitos e responsabilidades por garantias constantes em meu(nosso) nome, perante instituições de crédito e registradas no sistema - Central de Risco de Crédito do BACEN, instituído por resolução do Banco Central do Brasil em vigor. Responsabilizamo-me(amos-nos) pela veracidade das informações prestadas por mim(nós) neste formulário.

, de _____ de _____

Assinatura do(s) Representantes Legal(is) da Empresa

Uso Exclusivo do Banco

ANSWER

Status do Cliente (Assinalar Somente se a Empresa Possuir)

- | | | | |
|---|--|--|--|
| <input type="checkbox"/> Possui Balanço | <input type="checkbox"/> Controle Vendas à Vista | <input type="checkbox"/> Controle Vendas à Prazo | <input type="checkbox"/> Controle Contas a Receber |
| <input type="checkbox"/> Controle Contas a Pagar | <input type="checkbox"/> Sócios Participam Administração | <input type="checkbox"/> Sócios com Hobby Risco | <input type="checkbox"/> Indicativo Incorporação Empresa |
| <input type="checkbox"/> Indicativo Fusão Empresa | <input type="checkbox"/> Indicativo Cisão Empresa | <input type="checkbox"/> Contabilidade Própria | <input type="checkbox"/> Contabilidade Terceirizada |
| <input type="checkbox"/> Afiliado à AMEX | <input type="checkbox"/> Afiliado à VISANET | <input type="checkbox"/> Afiliado à REDECARD | <input type="checkbox"/> Afiliado à TECBAN |

_____ , _____ de _____ de _____

Empresa pertence à Grupo Econômico? [] Sim [] Não

Nome do Grupo: _____

Matrícula e Assinatura do Funcionário

14) Seguros

Modalidade/Tipo	Data de Vencimento	Nome Seguradora	Valor Seguro - R\$
1)	/ /		
2)	/ /		
3)	/ /		

15) Patrimônio Imobiliário (Terreno, Fazenda, Loja, Ponto Comercial, Prédio Comercial, etc...)

1) Tipo Bem

Localização do Imóvel [] 1 - Urbano 2 - Rural 3 - Campo 4 - Praia 5 - Exterior		Área Total	Medida [] m ² [] ha	Valor Mercado - R\$
Comprovado (Uso Banco) [] S [] N	Endereço			Número
Localidade		CEP		
Bairro		Complemento		
Cidade		UF	País	
Segurado [] S [] N	Nome Seguradora			
Valor Seguro - R\$	Data Vencimento Seguro / /	Hipotecado/Alienado [] Sim [] Não	SFH	[] Sim [] Não
Descrição Bem				
2) Tipo Bem				
Localização do Imóvel [] 1 - Urbano 2 - Rural 3 - Campo 4 - Praia 5 - Exterior		Área Total	Medida [] m ² [] ha	Valor Mercado - R\$
Comprovado (Uso Banco) [] S [] N	Endereço			Número
Localidade		CEP		
Bairro		Complemento		
Cidade		UF	País	
Segurado [] S [] N	Nome Seguradora			
Valor Seguro - R\$	Data Vencimento Seguro / /	Hipotecado/Alienado [] Sim [] Não	SFH	[] Sim [] Não
Descrição Bem				

16) Patrimônio Mobiliário (Automóvel, Equipamentos Industriais, Ônibus, Caminhão, Máquinas, etc...)

1) Tipo Bem

Segurado [] S [] N	Nome Seguradora		Quantidade Bens	Ano Fabricação	Valor Mercado - R\$	Comprovado [] S [] N
Ónus [] S [] N	Valor Ónus - R\$		Data Vencimento Seguro / /		Data Vencimento Seguro / /	
Descrição Bem						
2) Tipo Bem			Quantidade Bens	Ano Fabricação	Valor Mercado - R\$	Comprovado [] S [] N
Segurado [] S [] N	Nome Seguradora		Valor Seguro - RS	Data Vencimento Seguro / /		
Ónus [] S [] N	Valor Ónus - R\$		Data Vencimento Ónus / /	Renavam		
Descrição Bem						

17) Endereço para Correspondência (preencher se diferente do endereço do item 1)

Tipo de Remessa { }	1 - Correio	3 - Caixa Postal Externa	4 - Caixa Postal Interna	
Nome Completo				
Endereço				Número
Próximo a / Ponto de Referência Próximo		Localidade		
CEP	Bairro			
Complemento	Cidade			UF
País			Caixa Postal	CEP Caixa Postal Externa

ATUALIZAÇÃO DE DADOS FINANCEIROS

Data: _____	Nome da Empresa: _____	CNPJ: _____
Caixa e Disponível em bancos: _____	Fornecedores: _____	
Estoques: _____	Maior prazo de pago: _____ Dias	
Contas a Receber: _____	Menor prazo de pago: _____ Dias	
Maior prazo de recebimento: _____ Dias	Folha sem encargos: _____	
Menor prazo de recebimento: _____ Dias	Demais Impostos: _____	
Faturamento dos últimos 12 meses:		
_____	Aluguel/energia/telefone/água: _____	
_____	Demais despesas: _____	
_____	_____	
_____	_____	
_____	_____	
_____	_____	
_____	_____	
_____	_____	
Média: _____	_____	

Quantidade de Funcionários: _____
 Margem _____

Bruta _____ %
 Líquida _____ %

Contábil: _____

Regime _____

Tributário: _____

() Lucro Real () Simples
 ou () Lucro Presumido () ou Normal

Principais Produtos/Serviços: _____

Assinatura do Gerente: _____

Bancos		Curto Prazo	
Nome do Banco	Valor Limite	Garantia	Utilização
_____	_____	_____	_____
_____	_____	_____	_____
_____	_____	_____	_____
_____	_____	_____	_____
_____	_____	_____	_____
_____	_____	_____	_____

Bancos		Longo Prazo	
Nome Bco	Produto	Vlr do Contrato	Prazo/Pagas
_____	_____	_____	_____
_____	_____	_____	_____
_____	_____	_____	_____
_____	_____	_____	_____
_____	_____	_____	_____

Anexo K

Conhecendo o Balanço - Estudo do Cliente e Operação (Anexo da POC)

Nº Agência	Nome Agência	Gerente	Data
------------	--------------	---------	------

Dados da Empresa/Negócio

Nome/Razão Social	CNPJ
-------------------	------

Atividade	Tempo de Constituição
-----------	-----------------------

Nº Total de Empregados

Familiares Nº

Outros Nº

Imóvel

Próprio

Ativ. Sazonal

Sim Não

Alugado

Franquia

Sim Não

Outros

Exportação (média 12 meses)

Valor R\$

--

US\$

Importação (média 12 meses)

Valor R\$

--

US\$

Dados Econômicos Consolidados - Informações Gerenciais

Receita Média no Mês

1. Negócio

4. Negócio

Pagamento Médio no Mês

Vendas/Serviços

Compras

--

Outros

Gastos com Folha de Pagamento

--

2. * Outras Receitas Líquidas

Aluguel

--

Receitas Fixas

Leasing

--

Receitas Variáveis (Comprovadas)

Pgt. Empréstimo /Outros

--

3. Total Receita (1 + 2)

Débitos (não incluir operação solicitada)

--

Outros Pagto. (Impostos, etc.)

--

5. Outros Pagamentos

Aluguel Residencial

Pagamento SFH

Condomínio

Gastos Gerais - Outros (luz, água, telefone, alimentação, IPTU, despesa escolar, vestuário, entretenimento, etc.)

6. Total Pagamentos (4 + 5)

7. Receita Líquida (3-6)

*Procedência:

Titular

Cônjugue

Outros

Patrimônio

Imóveis

Valor

Dívida com Imóveis

Pendente Pagto. (Valor)

Empresa

--

Empresa

--

Residencial

--

Residencial

--

Outros

--

Outros

--

8. Total de Imóveis

--

15. Total de Dívidas com Imóveis

--

9. Instalações/Maq./Equip

--

16. Instalações/Maq./Equip

--

10. Total Veículos

--

17. Véículos

--

Empresa

--

Empresa

--

Particular

--

Particular

--

11. Estoque

--

18. Fornecedores

--

12. Créditos a Receber

--

19. Out. Dívidas Curto Prazo (não incluir operação solicitada)

--

13. Saldo Banco/Caixa

--

20. TOTAL

--

14. TOTAL

--

21. Total Patrimônio Líquido (14-20)

--

22. Valor Líquido de Imóveis (8-15)

--

23. Patrimônio Líquido menos imóveis (21-22)

Comentários:

Prazo Médio de Recebimento das Vendas:

Prazo Médio de Renovação de Estoque:

Prazo Médio de Pagamento a Fornecedores:

Faturamento Anual do Imposto de Renda

Sistema Tributário que a Empresa está Submetida

Lucro Real

Isento

Lucro Presumido/Arbitrado

Imune

Simples

Avaliação

	VARIÁVEL	Módulo de Risco (1 = Menor, 3 = Maior)			Marcar um X no campo correspondente		
		1	2	3	1	2	3
1	Tempo de Constituição	Mais de 36 meses	De 25 a 36 meses	Até 24 meses	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2	Imóvel	Próprio	Próprio (pendente pago.)	Alugado e outros	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3	Capacidade de pagamento Geração de recursos Receita Líquida (7) X 3(meses)* ----- Crédito solicitado	-	Cheque BBV maior que 0,7 Desc. Recebíveis maior que 0,5 CDC/Leasing maior que 1,2	Cheque BBV menor que 0,7 Desc. Recebíveis menor que 0,5 CDC/Leasing menor que 1,2	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4	Liquidizez** (12 + 13) ----- (18 + 19)	Maior que 1,3	De 1 a 1,3	Menor que 1	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
5	Garantia 22 / Crédito solicitado	Maior que 3,5	De 2 a 3,5	Menor que 2	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6	Faturamento 1-Vendas e Serviços/Mês ----- Faturamento Mensal do I.R.	-	Até 1,4	Maior que 1,4	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
7	Indicadores de Restrições	Não Possui	Já Possuiu	Sim Possui	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
8	Qualificação do risco	Sem risco	Vigiar / acompanhar	Extinguir, reduzir	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

* Receita Líquida limitada a 4% do valor apresentado no item 3.

** Quando se tratar de Supermercados, Farmácias e Postos de Gasolina, acrescentar o estoque para cálculo da liquidez;
(11 + 12 + 13)

(18 + 19)

A agência não tem alçada para operar com a empresa que apresentar classificação 3 em qualquer das variáveis relacionadas a seguir:

1 - Tempo de Constituição

3 - Capacidade de Pagamento

4 - Liquidizez

6 - Faturamento

7 - Indicadores de Restrições (exceto quando se tratar de proposta negada anteriormente, desde que não apresente outro indicador de Restrição).

8 - Qualificação do Risco

Observação: os dados pessoais (sombreados) devem ser obrigatoriamente preenchidos para empresas com faturamento até R\$ 900 mil / ano.

Anexar Declaração do Imposto de Renda

Anexo L

PROPOSTA DE CRÉDITO -

LIMITE **TRANSAÇÃO**

Data: **Agência:**
(Oficial):
Oficial Alternativo:

Alçada Requerida:(Nome)	Nível:	Visto:
	SCO/CO	
	D/C	
	E	
	F	

Nome do Cliente:

Grupo:

Ramo de Atividade:

Data de Fundação:

Cliente Desde:

CGC:

Código:

XX:

C.R.R.:

LIMITE PROPOSTO: NOVO () RENOVAÇÃO () MODIFICAÇÃO () VECTO DO LIMITE:

CREDITO (s) RELACIONADO (s):

CREDITO (S) RELACIONADO (S):	Limite	Outstanding	Patrimonio
Empresas Ligadas / Sóciros / Avalistas			
TOTAL			

GUIDELINES	Política	Crédito	Exceção S/ N
1 <i>Checagem: Bens dos Avalistas via Decl. I. R. ou Cartório</i>	% limite clean		
2 <i>Restrições Cadastrais</i>	Política XX		
3 <i>Tempo de Atividade da Empresa</i>	X anos		
4 <i>Setores de Atividades de Risco Institucional</i>	Política X.X.x		
5 <i>Setores de Atividade Restritas</i>	Política X.X.xi		
6 <i>Periodicidade de Amortização</i>	Mínimo Trim. (P+E)		
7 <i>Informações Financeiras</i>	Desfasagem dados		

UNDERWRITING STANDARDS		Límites da Política	Crédito	Exceção SI/N
1	Máximo Level	US\$ XXX M		
	- com Garantias	US\$ XXX M		
	- sem Garantias	> = X.XX		
2	Coverage (Com Leasing) : Contábil Ajustado		> = X.XX	
			<= X% V.LIQ.CONT./MÊS	
3	Endividamento Bancário de C.P.:			
4	Leverage	< = x		
5	Margem Líquida no Último Exercício	Verificar		

JUSTIFICATIVAS DAS EXCEÇÕES:

COMENTÁRIOS DO APROVADOR: (CEAC)

FINALIDADE DAS LINHAS PROPOSTAS:

ANÁLISE DAS FONTES DE REPAGAMENTO:

DESCRIÇÃO DAS GARANTIAS PROPOSTAS E % DE COBERTURA:

RELACIONAMENTO COM O Banco:

CONTROLE ACIONÁRIO E ADMINISTRADORES:	PART. (%)	CARGO	TEMPO DE EMPRESA

NOME DOS SÓCIOS/ AVALISTAS:	PATRIMÔNIO (IMÓVEIS)	VEÍCULOS	APLICAÇÕES FINANCEIRAS	% CHECADO IR () CART. ()

CLIENTES:	PRODUTOS:	% VENDAS:	PRAZO MÉDIO (DIAS)

FORNECEDORES:	PRODUTOS:	% DO CUSTO:	PRAZO MÉDIO (DIAS)

BANCOS:	LIMITE/PRAZO/GARANTIA:	FONTE/ CARGO:	DATA:

--	--	--	--

VENDAS MENSAIS REAIS: Milhares de Unidades monetárias

Janeiro:	Abril:	Julho:	Outubro:
Fevereiro:	Maio:	Agosto:	Novembro:
Março:	Junho:	Setembro:	Dezembro:

HIGHLIGHTS FINANCEIROS: \$ Mil
ATIVO

Caixa, Bancos e Aplic. Financeiras
 Dupls. Receber (Bruta Dmns Descontadas)
 Estoques (A preço de Custo)
 Outros (Discriminar Valores Expressivos)

PASSIVO CURTO PRAZO

Bancos-Incluindo: *Vendor, ACC, ACE, Carta de Crédito, Desc.Dupls., Desc. Cheque, etc*
 Fornecedores (Nacional e Exterior)
 Impostos e Taxas
 Outros (Discriminar Valores Expressivos)

PASSIVO LONGO PRAZO

Bancos (Incluindo Leasing)
 Impostos Parcelados
 Outros (Discriminar Valores Expressivos)

Data:
Data:
ABERTURA DOS BANCOS:

<i>CURTO PRAZO</i>	<i>VALORES (US\$ M)</i>	<i>LONGO PRAZO</i>	<i>VALORES (US\$ M)</i>	<i>PMTs</i>
<i>TOTAL CURTO PRAZO</i>		<i>TOTAL LONGO PRAZO</i>		

COMENTÁRIOS GERAIS:

1- *Introdução.*

2- *Análise Financeira*

RECOMENDAÇÃO DA GERÊNCIA :
JUSTIFICATIVA DA EXCEÇÃO:

Anexo M**Q U E S T I O N Á R I O**

Este questionário tem a finalidade de subsidiar uma dissertação sobre crédito à Micro e Pequena empresa, do curso de Mestrado em Controladoria e Contabilidade Estratégica da Fundação Escola de Comércio Alvares Penteado - FECAP, e sua aplicação destina-se a funcionários de Bancos das áreas de crédito e gerência comercial.

Sua colaboração será de muita valia, e a identificação do entrevistado é facultativa. Nas questões de múltipla escolha, pode ser indicado mais de um item.

Nome: _____ Cargo: _____

1 – Quando do pleito de crédito junto ao Banco por parte de um cliente, micro ou pequena empresa, são solicitadas informações financeiras desse cliente?

Sim Não

2 – Como a Instituição Financeira solicita essas informações da micro e pequena empresa?

- Através da apresentação de demonstrações contábeis;
- Através de formulários próprios da instituição;
- Através de carta do cliente;
- Verbalmente através do gerente da conta;
- Outras formas. Quais? _____

3 – Os gestores de micro e pequenas empresas, na maioria das vezes, fornecem dados financeiros através de demonstrações contábeis?

Sim Não

4 – Se a resposta anterior for NÃO, por que? Qual sua opinião? Se for SIM, a instituição utiliza as informações das demonstrações contábeis da micro e pequena empresa para avaliá-la?

5 – As informações fornecidas, de alguma forma que não seja através de demonstrações contábeis, são checadas/confirmadas? De que maneira?

6 – A instituição aplica algum modelo específico de análise econômica e financeira para a micro e pequena empresa? Qual?

7 – Se os itens abaixo fossem colocados por ordem de importância, (1 para o mais importante e 6 para o menos importante), como você classificaria essa ordem, se estivesse avaliando atualmente um crédito para a micro e pequena empresa?

- Reciprocidades
- Histórico de crédito no Banco
- Demonstrações Contábeis
- Garantias
- Informações/restrições cadastrais
- Visita ao cliente

8 – Se as demonstrações contábeis da Micro e Pequena empresa obedecessem aos mesmos critérios das demonstrações contábeis das grandes empresas, tais como: publicadas, auditadas independentemente, etc., você acredita que o resultado seria:

- Os bancos exigiriam menos garantias;
- O mercado de crédito para o segmento se desenvolveria;
- Não haveria mudança muito significativa

9 – Você acredita que as demonstrações contábeis também permitem aos gestores das empresas o acesso a uma quantidade de informações que auxiliam na gestão do seu próprio negócio? Por que?

10 – Quais os dois tipos mais comuns de operações com clientes micro e pequenas empresas?

- Capital de giro de curto prazo;
- Cheque especial para empresas;
- Capital de giro de longo prazo;
- Financiamentos de Longo Prazo para investimentos;
- Outros, Quais: _____

11 – Qual o tipo de garantia mais comum nas operações realizadas?

- Aval dos sócios;
- Recebíveis;
- Alienação de equipamentos e veículos;
- Hipotecas;
- Outros, Quais: _____

12 – Você acredita que é possível avaliar e decidir sobre um crédito para uma pequena ou micro empresa sem ter as informações financeiras? Por que?

Obrigado

Antonio Jorge Tavares da Silva